



# TJ RJ

## Prova Comentada

# APRESENTAÇÃO

Olá, pessoal, tudo certo?!

Em 12/01/2025, foi aplicada a prova objetiva do concurso público para o **Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro**. Assim que divulgados o caderno de provas e o gabarito preliminar oficial, nosso time de professores analisou cada uma das questões que agora serão apresentadas em nossa **PROVA COMENTADA**.

Este material visa a auxiliá-los na aferição das notas, elaboração de eventuais recursos, verificação das chances de avanço para fase discursiva, bem como na revisão do conteúdo cobrado no certame.

Desde já, destacamos que nosso time de professores identificou 1 questão passível de recurso e/ou que deve se anular, por apresentar duas ou nenhuma alternativa correta, como veremos adiante. No tipo de prova comentado, trata-se da questão 37.

De modo complementar, elaboramos também o **RANKING do TJ-RJ**, no qual qualquer um, mesmo que ainda não seja nosso aluno, poderá inserir suas respostas à prova, e, ao final, aferir sua nota, de acordo com o gabarito elaborado por nossos professores, e, posteriormente, conforme o gabarito preliminar e o gabarito definido.

Com o ranking, poderemos estimar a nota de corte da 1ª fase.

Essa ferramenta é gratuita e, para participar, basta clicar no link abaixo:

<https://cj.estrategia.com/rankings/d62200ae-871f-42f2-b5b9-387615df808f>

Além disso, montamos um caderno para você, que é nosso aluno e nossa aluna, futuros aprovados em carreiras jurídicas, no qual poderão analisar os comentários longos à prova, e, no futuro, os comentários em vídeo às questões:

<https://cj.estrategia.com/cadernos-e-simulados/cadernos/816d2e44-cabb-4724-abfd-d7d8f0f41498>

Por fim, comentaremos a prova, as questões mais polêmicas, as possibilidades de recurso, bem como a estimativa da nota de corte no **TERMÔMETRO PÓS-PROVA**, no nosso canal do Youtube. Inscreva-se e ative as notificações!



**Estratégia Carreira Jurídica - YouTube**

Esperamos que gostem do material e de todos os novos projetos que preparamos para que avancem rumo à aprovação.

Contem sempre conosco.

Yasmin Ushara,

Coordenação do Estratégia Carreiras Jurídicas.

# PROVA COMENTADA –

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**QUESTÃO 01.** Tendo em vista o entendimento atual do Superior Tribunal de Justiça acerca do bem de família, assinale a alternativa correta.

a) É inválida a penhora do bem de família de fiador apontado em contrato de locação de imóvel comercial, tendo em vista que o direito à moradia deve preponderar sobre o direito creditício decorrente do exercício da atividade empresarial.

b) O fato de o bem imóvel ter sido adquirido no curso da demanda executiva não afasta a impenhorabilidade do bem de família.

c) As hipóteses permissivas da penhora do bem de família permitem interpretação extensiva, havendo a possibilidade de incidência da exceção à impenhorabilidade do bem de família do fiador ao devedor solidário.

d) Se, durante o cumprimento de sentença, for reconhecida a condição de bem de família somente em relação à meação da esposa, não devedora na ação principal, a proteção se estende apenas à metade do bem penhorado.

e) A impenhorabilidade do bem de família também se aplica às execuções de dívidas oriundas de pensão alimentícia.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão exige do candidato conhecimento acerca da impenhorabilidade do bem de família.

A alternativa A está incorreta. De acordo com a Súmula 549 do STJ, é válida a penhora de bem de família pertencente a fiador de contrato de locação. Ademais, a jurisprudência do STJ é pacífica no sentido de que “É constitucional a penhora de bem de família pertencente a fiador de contrato de locação, seja residencial, seja comercial”. STF. Plenário. RE 1.307.334/SP, Rel. Min. Alexandre de Moraes, julgado em 8/3/2022 (Repercussão Geral – Tema 1127) (Info 1046).

A alternativa B está correta. Trata-se de entendimento pacífico do STJ no sentido de que “5. Para o bem de família instituído nos moldes da Lei n. 8.009/1990, a proteção conferida pelo instituto alcançará todas as obrigações do devedor indistintamente, ainda que o imóvel tenha sido adquirido no curso de uma demanda executiva. Por sua vez, a impenhorabilidade convencional é relativa, uma vez que o imóvel apenas estará protegido da execução por dívidas subsequentes à sua constituição, não servindo às obrigações existentes no momento de seu gravame. 6. Recurso especial não provido”. (REsp n.

1.792.265/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 14/12/2021, DJe de 14/3/2022.)

A alternativa C está incorreta. Segundo o entendimento do STJ, “A impenhorabilidade do bem de família decorre dos direitos fundamentais à dignidade da pessoa humana e à moradia, de forma que as exceções previstas na legislação não comportam interpretação extensiva. (STJ. 3ª Turma. REsp 1.604.422-MG, Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino, julgado em 24/08/2021(.

A alternativa D está incorreta. De acordo com o entendimento do STJ, “(...) A proteção instituída pela Lei n. 8.009/1990, quando reconhecida sobre metade de imóvel relativa à meação, deve ser estendida à totalidade do bem, porquanto o escopo precípua da lei é a tutela não apenas da pessoa do devedor, mas da entidade familiar como um todo, de modo a impedir o seu desabrigo, ressalvada a possibilidade de divisão do bem sem prejuízo do direito à moradia. (...)” STJ. 4ª Turma. REsp 1227366/RS, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, julgado em 21/10/2014.

A alternativa E está incorreta. Nos termos do artigo 3º, III, da Lei n. 8.009/1990: Art. 3º A impenhorabilidade é oponível em qualquer processo de execução civil, fiscal, previdenciária, trabalhista ou de outra natureza, salvo se movido: III – pelo credor da pensão alimentícia, resguardados os direitos, sobre o bem, do seu coproprietário que, com o devedor, integre união estável ou conjugal, observadas as hipóteses em que ambos responderão pela dívida;

**QUESTÃO 02. Tendo em vista o entendimento sumulado do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro sobre danos morais, assinale a alternativa correta.**

**a) Para a configuração da responsabilidade por danos morais à pessoa jurídica, se a conduta do agente ofensor for grave, prescinde da efetiva ocorrência de violação da honra objetiva da vítima.**

**b) Qualquer interrupção de prestação de serviço essencial decorrente de ligação clandestina configura dano moral.**

**c) O descumprimento do contrato de transporte em virtude de excesso de reservas configura dano moral in re ipsa.**

**d) A aquisição de gênero alimentício impróprio para consumo importa, por si só, dano moral.**

**e) A tenra idade, a doença mental e outros estados limitadores da consciência da vítima podem excluir a incidência do dano moral em razão da inexistência de dor ou sofrimento decorrentes da agressão.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A questão exige do candidato conhecimento acerca dos entendimentos sumulados do TJRJ.

A alternativa A está incorreta. De acordo com a Súmula 373 do TJRJ: “Para a configuração da responsabilidade por danos morais à pessoa jurídica é imprescindível que a conduta do agente viole sua honra objetiva.” Referência: Processo Administrativo nº. 0037791-42.2016.8.19.0000 - Julgamento em 20/03/2017– Relator: Desembargadora Helda Lima Meireles. Votação por unanimidade.

A alternativa B está incorreta. Nos termos da Súmula 285 do TJRJ: “Qualquer interrupção de prestação de serviço essencial decorrente de ligação clandestina não configura dano moral.” Referência: Processo Administrativo nº 0026906-08.2012.8.19.0000. Julgamento em 10/09/2012. Relator: Desembargador Mario Robert Mannheimer. Votação por maioria.

A alternativa C está correta. Trata-se da literalidade da Súmula 355 do TJRJ: “O descumprimento do contrato de transporte em virtude de excesso de reservas configura dano moral in re ipsa.” Referência: Processo Administrativo nº. 0061460-61.2015.8.19.0000 - Julgamento em 31/10/2016 – Relator: Desembargador Nagib Slaibi. Votação por unanimidade.

A alternativa D está incorreta. Nos termos da Súmula 383 do TJRJ: “A aquisição de gênero alimentício impróprio para consumo não importa, por si só, dano moral.” Referência: Processo Administrativo nº. 0045782-69.2016.8.19.0000 - Julgamento em 09/10/2017 – Relator: Desembargadora Marília de Castro Neves Vieira. Votação por maioria.

A alternativa E está incorreta. De acordo com a Súmula 216 do TJRJ: “A tenra idade, a doença mental e outros estados limitadores da consciência de agressão não excluem a incidência do dano moral.” Referência: Processo Administrativo nº. 0013651-17.2011.8.19.0000. Julgamento em 22/11/2010. Relator: Desembargadora Leila Mariano. Votação por unanimidade.

**QUESTÃO 03. Caio sentiu-se mal e foi levado ao hospital. Foi constatado que Caio teve um acidente vascular cerebral (AVC), razão pela qual foi necessária uma cirurgia urgente.**

**Durante o ato cirúrgico, a esposa de Caio, Sara, foi procurada por Tício, regular representante do plano de saúde do qual Caio e família eram segurados. Tício solicitou que Sara assinasse um aditivo contratual, sob a alegação de que o contrato vigente, apesar de não estar em período de carência, não abrangeria a cirurgia a que Caio estava sendo submetido. Sara assinou o aditivo contratual proposto por Tício. A cirurgia de Caio foi bem-sucedida e ele sobreviveu. Após se recuperar da cirurgia, Caio constatou que o seu contrato original com o plano de saúde abrangia a cirurgia a que se submeteu. Assim, o aditivo contratual assinado por Sara era desnecessário para a cirurgia de Caio e apenas resultou em aumento considerável do valor da mensalidade, sem qualquer aumento da cobertura contratual.**

**Acerca do caso hipotético, é correto afirmar que o aditivo contratual é**

**a) anulável, em razão do dolo, tendo Caio o prazo de 3 (três) anos para pleitear a anulação do aditivo contratual, sob pena de prescrição da pretensão.**

**b) anulável, em razão do estado de perigo, podendo o aditivo contratual ser anulado em até 4 (quatro) anos, sob pena de caducidade do direito.**

**c) nulo, em razão da lesão, podendo o aditivo contratual ser anulado em até 5 (cinco) anos, sob pena de prescrição do direito.**

**d) anulável, em razão da lesão, podendo o aditivo contratual ser anulado em até 4 (quatro) anos, sob pena de caducidade do direito.**

**e) anulável, em razão de erro, tendo Caio o prazo de 5 (cinco) anos para pleitear a anulação do aditivo contratual, sob pena de caducidade do direito.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**. A questão exige do candidato conhecimento acerca dos defeitos do negócio jurídico.

A alternativa A está incorreta. Dolo significa engano, embuste, traição, trapaça. É a ação ou omissão em induzir, fortalecer ou manter o outro na falsa representação da realidade para beneficiar a si ou a outrem, de modo que o negócio não se realizaria de outra maneira (dolus causam). Ou seja, o dolo nada mais é do que “induzir alguém em erro”, resumidamente. Veja que o dolo deve ser a causa eficiente do negócio.

A alternativa B está correta. A situação narrada no enunciado configura o estado de perigo, previsto no art. 156, segundo o qual “Configura-se o estado de perigo quando alguém, premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa”. O art. 178 do CC/2002 estabelece 4 anos de prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio jurídico.

A alternativa C está incorreta. No CC/2002, a lesão está prevista no art. 157 e tem dois pressupostos: Prestação manifestamente desproporcional: valorada pelo juiz (elemento objetivo). O negócio se deu por estado de necessidade ou inexperiência (elemento subjetivo). Caracterizada a lesão, o lesado poderá requerer a anulação do negócio jurídico, em 04 anos.

A alternativa D está incorreta. No CC/2002, a lesão está prevista no art. 157 e tem dois pressupostos: Prestação manifestamente desproporcional: valorada pelo juiz (elemento objetivo). O negócio se deu por estado de necessidade ou inexperiência (elemento subjetivo). Caracterizada a lesão, o lesado poderá requerer a anulação do negócio jurídico, em 04 anos.

A alternativa E está incorreta. O erro, ou ignorância, nada mais é do que “a falsa representação psicológica da realidade”, da situação em face da qual a pessoa se encontra. Há, portanto, uma distorção da vontade relativamente ao mundo exterior. O ato será anulável quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio.

**QUESTÃO 04. Foi celebrado, entre Tício e Mévio, compromisso de compra e venda de bem imóvel. Tício se obrigou a pagar a Mévio 60 (sessenta) parcelas de R\$ 1.000,00 (mil reais) mensais para aquisição do imóvel localizado na Rua X, no Y. O compromisso de compra e venda previu que o inadimplemento de 3 (três) parcelas consecutivas resultaria na resolução do vínculo contratual,**



bem como na incidência da cláusula penal fixada em montante único de R\$ 3.000,00 (três mil reais). Após 12 (doze) meses da assinatura do compromisso de compra e venda, Tício deixou de pagar a prestação convencionada por mais de três meses. Mévio notificou Tício informando-o de que i) o contrato estava resolvido; ii) poderia Tício levantar os valores pagos, com desconto do valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), a título de cláusula penal, bem como com o desconto do valor de R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais), equivalentes ao valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), valor locatício do imóvel, a título de indenização pelo tempo de fruição do imóvel.

Acerca do caso hipotético, é correto afirmar:

a) a indenização relativa ao tempo de fruição do imóvel não guarda relação direta com a rescisão contratual, mas com os benefícios que Tício auferiu pelo uso do bem, razão pela qual não foi incluída no cálculo prévio que prefixou as perdas e os danos na cláusula penal compensatória.

b) a cláusula penal fixada em R\$ 3.000,00 (três mil reais) tem natureza compensatória e afasta qualquer tipo de indenização complementar, razão pela qual não é devido o valor de R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais), relativo ao tempo de fruição do imóvel.

c) a cláusula penal fixada em R\$ 3.000,00 (três mil reais) tem natureza moratória e afasta qualquer tipo de indenização complementar, razão pela qual não é devido o valor de R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais), relativo ao tempo de fruição do imóvel.

d) poderá o credor optar pela cláusula penal fixada em R\$ 3.000,00 (três mil reais) ou pela indenização pelo tempo de fruição de imóvel, fixada em R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais), não podendo cobrar os dois valores de forma cumulativa.

e) somente é devido o valor relativo à indenização pelo tempo de fruição de imóvel, fixada em R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais), sendo nula a cláusula penal fixada em R\$ 3.000,00 (três mil reais), pois ocasiona perda dos valores pagos, vedada por lei.

## Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão exige do candidato conhecimento acerca da teoria das obrigações, em especial, a cláusula penal.

A alternativa A está correta. A garantia ao promitente vendedor do recebimento de indenização pelo tempo em que o comprador desistente ocupou o bem, a fim de evitar enriquecimento ilícito, não deve ser confundida e englobada no percentual da cláusula penal de retenção em favor do construtor. Assim, de acordo com o entendimento do STJ, é possível a cumulação da multa fixada em cláusula penal compensatória, em montante único, com a taxa de ocupação na hipótese de extinção de contrato de compra e venda de imóvel por culpa do comprador (REsp n. 2.024.829/SC, relatora Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 7/3/2023, DJe de 10/3/2023).

A alternativa B está incorreta. A taxa de ocupação não guarda relação direta com a rescisão contratual, mas com os benefícios que auferiu o ocupante pela fruição do bem, razão pela qual não foi incluída no cálculo prévio que prefixou as perdas e danos na cláusula penal compensatória. Não merece prosperar o entendimento de que o vendedor deve receber apenas um valor fixo estabelecido na cláusula penal compensatória, independentemente da quantidade de meses que o comprador usufruiu do imóvel,

porquanto se estaria violando a teoria da reparação integral do dano. Nesse sentido: REsp n. 2.024.829/SC, relatora Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 7/3/2023, DJe de 10/3/2023.

A alternativa C está incorreta. A cláusula penal, nesse caso, tem natureza compensatória. A taxa de ocupação não guarda relação direta com a rescisão contratual, mas com os benefícios que auferiu o ocupante pela fruição do bem, razão pela qual não foi incluída no cálculo prévio que prefixou as perdas e danos na cláusula penal compensatória.

A alternativa D está incorreta. Não merece prosperar o entendimento de que o vendedor deve receber apenas um valor fixo estabelecido na cláusula penal compensatória, independentemente da quantidade de meses que o comprador usufruiu do imóvel, porquanto se estaria violando a teoria da reparação integral do dano. Situação distinta é aquela prevista no Tema 970/STJ, o qual define que a cláusula penal moratória por ter a finalidade de indenizar pelo adimplemento tardio da obrigação, é, em regra, estabelecida em valor equivalente ao locativo, afastando-se sua cumulação com lucros cessantes. Nesse sentido: REsp n. 2.024.829/SC, relatora Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 7/3/2023, DJe de 10/3/2023.

A alternativa E está incorreta. Conforme mencionado, não merece prosperar o entendimento de que o vendedor deve receber apenas um valor fixo estabelecido na cláusula penal compensatória, independentemente da quantidade de meses que o comprador usufruiu do imóvel, porquanto se estaria violando a teoria da reparação integral do dano. Situação distinta é aquela prevista no Tema 970/STJ, o qual define que a cláusula penal moratória por ter a finalidade de indenizar pelo adimplemento tardio da obrigação, é, em regra, estabelecida em valor equivalente ao locativo, afastando-se sua cumulação com lucros cessantes. Nesse sentido: REsp n. 2.024.829/SC, relatora Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 7/3/2023, DJe de 10/3/2023.

**QUESTÃO 05. Caio, no mês de janeiro de 2022, mediante instrumento particular de compra e venda dos direitos possessórios de Tício, adquiriu a posse de um terreno urbano edificado, de 125 metros quadrados, localizado na Rua X, nº 1, onde passou a residir. Tício possuía a área, de forma ostensiva e com animus domini, desde o mês de dezembro de 2018, quando construiu sua casa no terreno vazio localizado na Rua X, no 1. Mévio, proprietário tabular do imóvel localizado na Rua X, no 1, ajuizou, no mês de fevereiro de 2024, ação de reintegração de posse contra Caio. Este, por sua vez, alegou, na defesa da ação possessória ajuizada por Mévio, que teria adquirido a área em razão da usucapião especial urbana, pois teria, em razão da accessio possessionis, posse por prazo superior a 5 (cinco) anos, utilizava a área como moradia e não era proprietário de outro imóvel.**

**Acerca do caso hipotético e tendo em vista a jurisprudência atual dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa correta.**

**a) Caio não possui o tempo necessário para a aquisição da área pela usucapião especial urbana, tendo em vista que a esta não se aplica a accessio possessionis.**



**b) A usucapião não pode ser utilizada como matéria de defesa, devendo Caio ajuizar ação de usucapião e requerer nesta tutela provisória para suspender a ação possessória proposta por Mévio.**

**c) A ação de reintegração de posse ajuizada por Mévio deve ser julgada improcedente e declarada a aquisição da área por Caio em razão da prescrição aquisitiva.**

**d) A venda dos direitos possessórios deveria ter sido feita por escritura pública, sendo, assim, nulo de pleno direito o instrumento particular celebrado entre Caio e Tício.**

**e) A posse de Caio tem fundamento em justo título, razão pela qual a ação de reintegração de posse deve ser sobrestada até que seja completado o período de 5 (cinco) anos de posse.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão exige do candidato conhecimento acerca da usucapião especial urbana.

A alternativa A está correta. De acordo com o entendimento do STJ “Não é possível aproveitar o tempo anterior de posse de terceiros para complementação do quinquênio necessário à declaração de prescrição aquisitiva no caso de usucapião especial urbana. STJ. 4ª Turma. REsp 1.799.625-SP, Rel. Min. Marco Buzzi, julgado em 6/6/2023 (Info 12 – Edição Extraordinária).

A alternativa B está incorreta. De acordo com a Súmula 237 do STF: “O usucapião pode ser arguido em defesa”.

A alternativa C está incorreta. Considerando que, de acordo com o entendimento do STJ não é possível aproveitar o tempo anterior de posse de terceiros para complementação do quinquênio necessário à declaração de prescrição aquisitiva no caso de usucapião especial urbana, Caio não atingiu o tempo necessário para a usucapião. Nesse sentido: STJ. 4ª Turma. REsp 1.799.625-SP, Rel. Min. Marco Buzzi, julgado em 6/6/2023 (Info 12 – Edição Extraordinária).

A alternativa D está incorreta. Considerando que a posse é situação de fato, que se diferencia da propriedade, não se exige a escritura pública.

A alternativa E está incorreta. A reintegração de posse independe de prazo, uma vez que, nos termos do artigo 1.210 do Código Civil: Art. 1.210. O possuidor tem direito a ser mantido na posse em caso de turbação, restituído no de esbulho, e segurado de violência iminente, se tiver justo receio de ser molestado.

**QUESTÃO 06. José, no ano de 2018, com 71 (setenta e um) anos de idade, inicia união estável com Maria, com 18 (dezoito) anos de idade. Foi formalizada a união estável por meio de escritura pública, onde constou que o regime de bens era o da separação de bens. No ano de 2024, em razão do seu estado de saúde, José postula em juízo que a união estável tenha por regime de bens o da comunhão universal, substituindo-se o da separação de bens. Anote-se que José tem descendentes que ostentariam a condição de herdeiros necessários.**

**Acerca do caso hipotético, tendo em vista o entendimento do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que o pedido apresentado por José ao Judiciário**

**a) deve ser indeferido sem julgamento do mérito, tendo em vista que o regime legal da separação de bens ao maior de 70 anos não se aplica à união estável.**

**b) poderá ser atendido se José provar que está em perfeito estado de saúde mental.**

**c) não poderá ser atendido, tendo em vista que, em razão da sua idade, o regime de bens deverá ser o da separação de bens.**

**d) poderá ser atendido, se Maria comprovar que contribuiu para a aquisição dos bens integrantes do patrimônio de José.**

**e) poderá ser atendido, tendo em vista que o regime de separação total poderá ser afastado por meio de manifestação das partes mediante escritura pública.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**. A questão exige do candidato conhecimento acerca da Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal acerca do regime de bens nas uniões envolvendo maior de 70 anos.

De acordo com o entendimento do STF, em sede de repercussão geral, “O regime obrigatório de separação de bens nos casamentos e nas uniões estáveis que envolvam pessoas maiores de 70 anos pode ser alterado pela vontade das partes, mediante escritura pública, firmada em cartório. Caso não se escolha outro regime, prevalecerá a regra disposta em lei (art. 1.641, II, CC/2002). STF. Plenário. ARE 1.309.642/SP, Rel. Min. Luís Roberto Barroso, julgado em 02/02/2024 (Repercussão Geral – Tema 1236) (Info 1122).

A alternativa A está incorreta. Conforme mencionado, o regime de bens escolhido pelo casal se aplica tanto para união estável quanto para o casamento.

A alternativa B está incorreta. Não se presume que o maior de 70 anos não possua plena capacidade. A proibição de que as partes escolham outro regime diferente do art. 1.641, II, do CC viola o princípio da dignidade da pessoa humana em duas vertentes: a autonomia individual, porque impede que pessoas capazes para praticar atos da vida civil façam livremente as suas escolhas existenciais; o valor intrínseco de toda pessoa por tratar idosos como instrumentos para a satisfação do interesse patrimonial de seus herdeiros.

A alternativa C está incorreta. Conforme jurisprudência mencionada, é possível a opção de regime diverso da separação legal, por meio de escritura pública.

A alternativa D está incorreta. Se houve escritura pública que defina regime distinto da separação legal, não se exige prova do esforço comum para comunhão de bens.

A alternativa E está correta. Trata-se da literalidade da decisão do STF em sede de repercussão geral acima mencionada (STF. Plenário. ARE 1.309.642/SP, Rel. Min. Luís Roberto Barroso, julgado em 02/02/2024 (Repercussão Geral – Tema 1236) - Info 1122).

**QUESTÃO 07.** O Município X editou um decreto de utilidade pública para fins de desapropriação do imóvel de propriedade de Mévio. Este concordou com o preço ofertado (R\$ 500.000,00 – quinhentos mil reais), e foi lavrado um termo administrativo de desapropriação amigável entre o Município X e Mévio, encaminhado ao Cartório de Registro de Imóveis para registro da transferência da propriedade.

Acerca do caso hipotético, é correto afirmar:

a) a formalização de desapropriação amigável por termo administrativo tem vedação legal, devendo ser proposta a ação judicial de desapropriação em que deverá ser expedida carta de sentença, título hábil à transferência da propriedade.

b) tendo em vista o alto valor do imóvel, bem como o princípio da indisponibilidade do interesse público, o oficial do registro de imóveis deverá sustar o pedido de registro, condicionando-o a prévia homologação judicial em procedimento de jurisdição voluntária.

c) o termo administrativo deverá ser submetido à qualificação registral pelo oficial do registro de imóveis, previamente ao pagamento do valor devido ao expropriado.

d) o oficial do registro de imóveis deverá emitir nota devolutiva, tendo em vista a necessidade de escritura pública, pois o valor do imóvel é superior a 30 (trinta) salários mínimos.

e) o registro dependerá da apresentação, pelo Município X, de autorização legislativa e de laudo de avaliação homologado em procedimento de jurisdição voluntária.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão exige do candidato conhecimento acerca da desapropriação.

A alternativa A está incorreta. É admitida a desapropriação amigável, nos termos do artigo 10 do Decreto 3.665/1941: Art. 10. A desapropriação deverá efetivar-se mediante acordo ou intentar-se judicialmente, dentro de cinco anos, contados da data da expedição do respectivo decreto e findos os quais este caducará.

A alternativa B está incorreta. Independentemente do valor do imóvel o termo amigável de desapropriação, diante da ausência de vedação legal.

A alternativa C está correta. Nos termos do artigo 221, §6º, da Lei n. 6.015: § 6º Os contratos e termos administrativos mencionados no inciso VI deverão ser submetidos à qualificação registral pelo oficial do registro de imóveis, previamente ao pagamento do valor devido ao expropriado.

A alternativa D está incorreta. Não há necessidade de escritura pública, pois, nos termos do artigo 10-A, §2º, do Decreto-Lei n. 3365/1941: § 2º Aceita a oferta e realizado o pagamento, será lavrado acordo, o qual será título hábil para a transcrição no registro de imóveis.

A alternativa E está incorreta. Conforme mencionado, nos termos do artigo 10-A, §2º, do Decreto-Lei n. 3365/1941: § 2º Aceita a oferta e realizado o pagamento, será lavrado acordo, o qual será título hábil para a transcrição no registro de imóveis.

**QUESTÃO 08.** José era filho de Maria e não sabia quem era o seu pai biológico. Raimundo, amigo de Maria, faleceu, no ano de 2013. Durante o velório de Raimundo, Maria confidenciou ao filho, na ocasião com 18 anos de idade, que Raimundo era o seu verdadeiro pai biológico. Raimundo tinha mais um descendente, uma filha, Aline. No ano de 2019, José propôs ação de reconhecimento de paternidade, ainda não sentenciada. No ano de 2024, José propõe ação de petição de herança.

Acerca do caso hipotético, é correto afirmar:

a) a prescrição da pretensão de petição de herança ocorre em 5 (cinco) anos contados do ajuizamento da ação de reconhecimento de paternidade.

b) a pretensão do reconhecimento da paternidade é imprescritível, mas a prescrição da pretensão de petição de herança ocorre em 10 (dez) anos contados da abertura da sucessão, cuja fluência não é impedida, suspensa ou interrompida pelo ajuizamento de ação de reconhecimento de filiação.

c) o direito potestativo de pleitear o reconhecimento do estado de filho decai em 5 (cinco) anos, contados da data em que houve ciência da paternidade biológica, resultando, assim, por consequência, na prescrição da ação de petição de herança.

d) a pretensão do reconhecimento da paternidade é imprescritível, mas a prescrição da pretensão de petição de herança ocorre em 5 (cinco) anos contados da abertura da sucessão, cuja fluência é suspensa pelo ajuizamento de ação de reconhecimento de filiação, independentemente do seu trânsito em julgado.

e) a pretensão do reconhecimento da paternidade, bem como a de petição de herança, é imprescritível, mas Aline, em razão do princípio da boa-fé objetiva, não poderá ser obrigada a repor bens ao acervo de José, caso a ação de petição de herança seja julgada procedente.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão exige do candidato conhecimento acerca da ação de petição de herança e o entendimento dos tribunais superiores.

A alternativa A está incorreta. Aplica-se à petição de herança o prazo de 10 anos, previsto no artigo 205 do CC. Art. 205. A prescrição ocorre em dez anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor. O prazo prescricional para propor ação de petição de herança conta-se da abertura da sucessão. STJ. 2ª Seção. EAREsp 1.260.418/MG, Rel. Min. Antonio Carlos Ferreira, julgado em 26/10/2022 (Info 757).

A alternativa B está correta. Aplica-se à petição de herança o prazo de 10 anos, previsto no artigo 205 do CC. Art. 205. A prescrição ocorre em dez anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor. O prazo prescricional para propor ação de petição de herança conta-se da abertura da sucessão. STJ. 2ª Seção. EAREsp 1.260.418/MG, Rel. Min. Antonio Carlos Ferreira, julgado em 26/10/2022 (Info 757).

A alternativa C está incorreta. Aplica-se à petição de herança o prazo de 10 anos, previsto no artigo 205 do CC.

A alternativa D está incorreta. A ação de petição de herança tem prazo prescricional de 10 anos (art. 205, CC).

A alternativa E está incorreta. De acordo com a Súmula 149 do STF: É imprescritível a ação de investigação de paternidade, mas não o é a de petição de herança.

**QUESTÃO 09.** Carlos e Marina estão casados há 10 anos e não têm filhos. Após algumas dificuldades no relacionamento, eles decidem que o divórcio é a melhor solução. No entanto, o casal tem divergências sobre a divisão dos bens. Para evitar um processo litigioso, Carlos e Marina decidem buscar um método alternativo para a solução dos conflitos. Diante da situação hipotética, assinale a alternativa correta.

**a) Carlos e Marina têm livre autonomia para escolher tanto a mediação quanto a conciliação, mas não podem alterar as suas regras procedimentais.**

**b) Preferencialmente, deverá atuar no litígio um conciliador, que poderá sugerir soluções para o litígio, sendo vedada a utilização de qualquer tipo de constrangimento ou intimidação para que as partes conciliem.**

**c) Se Carlos e Marina não chegarem a um acordo acerca da escolha do conciliador, o juiz designará um conciliador ou mediador, que poderá ou não estar cadastrado no tribunal.**

**d) Carlos e Marina podem alterar as regras procedimentais, no entanto, a mediação será informada pelos princípios da independência, da imparcialidade, da autonomia da vontade, da confidencialidade, da oralidade, da informalidade e da decisão informada.**

**e) Desde que de comum acordo, Carlos e Marina podem escolher o mediador que deverá estar cadastrado no tribunal.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata dos métodos alternativos de solução de conflitos (mediação e conciliação) no contexto de um divórcio consensual.

A alternativa A está incorreta. Segundo o Código de Processo Civil (CPC), em seus §§2º e 3º do art. 165, a conciliação ocorrerá preferencialmente nos casos em que não houver vínculo anterior entre as partes e a mediação nos casos em que houver vínculo anterior entre as partes, como no caso do divórcio. Para mais, a mediação e a conciliação serão regidas pela livre autonomia dos interessados, inclusive no que diz respeito à definição das regras procedimentais. É o prediz o §4º do art. 166 do CPC.

A alternativa B está incorreta. De fato, na conciliação, o conciliador poderá sugerir soluções para o litígio, sendo vedada a utilização de qualquer tipo de constrangimento ou intimidação para que as partes conciliem. Contudo, esse método ocorrerá preferencialmente nos casos em que não houver vínculo anterior entre as partes, nos termos do §2 do art. 165 do CPC, o que não se aplica ao caso trazido pelo examinador.

A alternativa C está incorreta. Na hipótese de os interessados não chegarem a um acordo sobre a escolha do conciliador, caso a conciliação fosse o método cabível e preferencial, segundo o art. 168, §2º do CPC, deve haver a distribuição entre os conciliadores cadastrados no registro do tribunal. No entanto, como dito *alhures*, esse não é o método preferencial para o caso, em relação ao qual os interessados já possuem vínculo anterior. Além disso, a escolha do conciliador cadastrado ou não no tribunal é prerrogativa que a legislação atribui às partes (art. 168, §1º, CPC).

A alternativa D está correta. É o que consta expressamente no seguinte dispositivo do CPC: “Art. 166. A conciliação e a mediação são informadas pelos princípios da independência, da imparcialidade, da autonomia da vontade, da confidencialidade, da oralidade, da informalidade e da decisão informada. [...] §4º A mediação e a conciliação serão regidas conforme a livre autonomia dos interessados, inclusive no que diz respeito à definição das regras procedimentais”.

A alternativa E está incorreta. O mediador escolhido de comum acordo pelas partes poderá ou não estar cadastrado no tribunal, consoante o art. 168, §1º do CPC.

**QUESTÃO 10. João, um empresário, firmou um contrato de financiamento com o Banco XYZ para expandir seu negócio. Como parte do acordo, os amigos de João, Alberto e Roberto, assinaram o contrato como fiadores solidários. Com dificuldades financeiras, João deixou de cumprir as obrigações estabelecidas no contrato de financiamento, e o Banco XYZ propôs ação contra Alberto, cobrando integralmente a dívida. Diante da situação hipotética, é correto afirmar que Alberto**

**a) pode requerer o chamamento ao processo de João e de Roberto, para que a dívida seja apurada conjuntamente entre todos os devedores solidários.**

**b) deverá requerer a citação de João e Roberto diretamente ao Banco XYZ, uma vez que o chamamento ao processo deve ser requerido pelo autor da ação.**

**c) não pode requerer o chamamento ao processo, uma vez que esse instituto se aplica apenas em ações nas quais o réu é um devedor principal, e não um fiador.**

**d) deve contestar a ação sem incluir João ou Roberto, uma vez que a inclusão de terceiros no processo só seria possível se houvesse concordância do Banco XYZ.**

**e) deve requerer o chamamento ao processo apenas de João.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema intervenção de terceiro, especialmente sobre o chamamento ao processo.

A alternativa A está correta. O art. 130 do Código de Processo Civil (CPC) estabelece que o réu pode requerer o chamamento ao processo: i. do devedor principal, quando o fiador for demandado; ii. dos demais fiadores, quando o fiador for demandado individualmente; ou iii. de outros coobrigados solidários. No caso apresentado, Alberto é fiador solidário e tem o direito de requerer o chamamento de



João (devedor principal) e Roberto (outro fiador solidário), de modo a buscar a solução conjunta da dívida.

A alternativa B está incorreta. O chamamento ao processo é um instituto processual conferido ao réu, como previsto no art. 130 do CPC, sendo o próprio réu quem deve requerer a inclusão dos demais coobrigados ou devedores principais. O autor da ação (Banco XYZ) não tem obrigação de realizar o chamamento ao processo.

A alternativa C está incorreta. O chamamento ao processo não se restringe ao devedor principal. Depreende-se do art. 130 do CPC: “Art. 130 É admissível o chamamento ao processo, requerido pelo réu: I - do afiançado, na ação em que o fiador for réu; II - dos demais fiadores, na ação proposta contra um ou alguns deles; III - dos demais devedores solidários, quando o credor exigir de um ou de alguns o pagamento da dívida comum”. Assim, Alberto, como fiador, pode se valer do instituto.

A alternativa D está incorreta. O chamamento ao processo, como supramencionado, é um instrumento processual conferido ao réu e não depende da concordância do autor da ação (Banco XYZ). A inclusão de João e Roberto é possível, mesmo sem anuência do autor, uma vez que respaldada no art. 130 do CPC.

A alternativa E está incorreta. Embora Alberto possa requerer o chamamento de João, como prevê o art. 130, inciso I, ele também pode requerer o chamamento de Roberto, com base no inciso II, já que Roberto é cofiador solidário. Não há limitação no CPC que restrinja o chamamento apenas ao devedor principal.

**QUESTÃO 11. A sociedade empresária “Alfa Construtora Ltda.” foi constituída por três sócios: Mateus, Marcos e Maurício, com o objetivo de atuar no ramo de construção civil. Após cinco anos de atividades, Mateus decide retirar-se da sociedade, comunicando sua decisão de forma imotivada, sem apresentar justificativa específica. Diante da situação hipotética, é correto afirmar que a data da resolução da sociedade Alfa Construtora Ltda. será**

- a) trinta dias contados do recebimento da notificação de Mateus pela sociedade.**
- b) a data da notificação de Mateus.**
- c) sessenta dias contados do dia seguinte ao do recebimento da notificação de Mateus pela sociedade.**
- d) a data do recebimento da notificação de Mateus pela sociedade.**
- e) a data da juntada da resolução da sociedade na Junta Comercial do Estado.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema dissolução parcial de sociedade empresária.

Para responder a questão, é necessário o conhecimento do teor do inciso II do art. 605 do Código de Processo Civil. Confira-se: “Art. 605. A data da resolução da sociedade será: [...] II - na retirada imotivada, o sexagésimo dia seguinte ao do recebimento, pela sociedade, da notificação do sócio retirante;” Assim,

com base no art. 605, inciso II, do Código de Processo Civil (CPC), a data da resolução da sociedade Alfa Construtora Ltda. em caso de retirada imotivada do sócio será o sexagésimo dia seguinte ao do recebimento da notificação de Mateus pela sociedade.

Logo, a alternativa C está correta e as alternativas A, B, D e E estão incorretas.

**QUESTÃO 12.** Joana ajuizou uma ação de cobrança contra Lucas, alegando que ele lhe deve uma quantia substancial em razão de um contrato verbal de empréstimo. Durante a instrução, Paulo apresenta uma oposição, alegando que o valor cobrado por Joana pertence, na verdade, a ele, em razão de um contrato de cessão de crédito celebrado com Joana, pelo qual ele se tornou o titular da dívida. Paulo requer que a oposição seja processada em conjunto com a ação originária. Com base no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

a) Paulo deve, necessariamente, comprovar a validade do contrato de cessão de crédito com Lucas antes de o juiz admitir o processamento da oposição, sob pena de extinção sem resolução de mérito.

b) Se Lucas reconhecer a procedência do pedido de Paulo, o juiz deverá julgar imediatamente a oposição, sem necessidade de prosseguir com a análise da ação de cobrança proposta por Joana.

c) Paulo não pode apresentar oposição contra Joana e Lucas, pois a oposição é restrita a situações de reivindicação de propriedade de bens imóveis.

d) Para que a oposição seja admitida, Paulo deve comprovar que apresentou o pedido antes do início da audiência de instrução, sob pena de preclusão do direito de oposição.

e) A oposição de Paulo deve ser processada conjuntamente com a ação de cobrança, e a sentença final deverá julgar ambas as demandas, assegurando a resolução do conflito entre o oponente e os opostos.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão envolve o instituto da oposição, tratado pelos arts. 682 a 686 do Código de Processo Civil (CPC).

A alternativa A está incorreta. O CPC não exige, como condição para a admissão da oposição, a comprovação prévia da validade do direito alegado. A comprovação do direito será analisada durante a instrução e julgamento da oposição.

A alternativa B está incorreta. O reconhecimento de Lucas não autoriza o julgamento imediato da oposição. Vejamos: “Art. 684, CPC. Se um dos opostos reconhecer a procedência do pedido, contra o outro prosseguirá o opoente”.

A alternativa C está incorreta. A oposição não é restrita a bens imóveis. Ela pode ser utilizada em qualquer situação em que um terceiro, alheio ao processo, alegue ser o titular do direito controvertido em uma demanda principal. Confira-se: “Art. 682. Quem pretender, no todo ou em parte, a coisa ou o

direito sobre que controvertem autor e réu poderá, até ser proferida a sentença, oferecer oposição contra ambos”.

A alternativa D está incorreta. O art. 682 do CPC prevê que a oposição pode ser apresentada até ser proferida sentença na ação principal. Não há preclusão para a oposição pelo início da audiência de instrução. Ocorre que, se a oposição for proposta após o início da audiência de instrução, o juiz suspenderá o curso do processo ao fim da produção das provas, salvo se concluir que a unidade da instrução atende melhor ao princípio da duração razoável do processo, nos moldes do art. 685, parágrafo único, do mesmo diploma normativo.

A alternativa E está correta. Esta é a previsão correta do art. 686 do CPC, que estabelece que a oposição será processada em conjunto com a ação principal, sendo decididas ambas na mesma sentença, para resolver o conflito entre o oponente e os opostos. Vejamos: “Art. 686. Cabendo ao juiz decidir simultaneamente a ação originária e a oposição, desta conhecerá em primeiro lugar”.

**QUESTÃO 13. Cleide ajuizou uma ação de investigação de paternidade em nome de sua filha menor, Adriana, indicando Armando como pai biológico. Durante o processo, constatou-se que Armando faleceu sem deixar descendentes diretos. Em busca de elementos para instruir o processo, o juiz determina que seja realizado exame de DNA em parentes consanguíneos de Armando. Após notificações, o único irmão de Armando recusa-se a realizar o exame, alegando questões pessoais. Diante da situação hipotética, assinale a alternativa correta.**

**a) Em face da característica da indisponibilidade dos direitos da personalidade, não se admite que o juiz determine a realização de exame de DNA em parentes consanguíneos de Armando.**

**b) A recusa do irmão de Armando não poderá ser considerada como presunção de paternidade, pois apenas o suposto pai, se estivesse vivo, poderia sofrer tal presunção.**

**c) O juiz deverá extinguir o processo sem resolução do mérito, uma vez que o exame de DNA no suposto pai não pode ser realizado e não existem outros parentes de grau próximo dispostos a colaborar.**

**d) A recusa do irmão de Armando poderá ser interpretada como indício de paternidade, cabendo ao juiz avaliá-la em conjunto com as demais provas constantes dos autos.**

**e) O juiz deverá, obrigatoriamente, determinar o exame de DNA em parentes consanguíneos de grau mais distante, antes de apreciar a recusa do irmão de Armando como presunção de paternidade.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema investigação de paternidade.

A alternativa A está incorreta. O art. 2º-A, § 1º da Lei nº 8.560/1992 permite que o juiz determine o exame de DNA em parentes consanguíneos, preferindo-se os de grau mais próximo aos mais distantes, em caso de falecimento do suposto pai ou de não existir notícia de seu paradeiro.

A alternativa B está incorreta. Depreende do art. 2º-A, §§ 1º e 2º da Lei nº 8.560/1992 que "a recusa do réu em se submeter ao exame de código genético – DNA – gerará a presunção de paternidade", sendo essa presunção extensível aos parentes consanguíneos do suposto pai, a ser apreciada em conjunto com o contexto probatório.

A alternativa C está incorreta. A impossibilidade de realizar o exame de DNA diretamente com o suposto pai ou em parentes consanguíneos dispostos a colaborar não implica, automaticamente, a extinção do processo. O juiz pode valer-se de outros meios de prova e da presunção de paternidade pela recusa (art. 2º-A, §§ 1º e 2º da Lei nº 8.560/1992).

A alternativa D está correta. É o teor do art. 2º-A, §2º da Lei nº 8.560/92, segundo o qual "§ 2º Se o suposto pai houver falecido ou não existir notícia de seu paradeiro, o juiz determinará, a expensas do autor da ação, a realização do exame de pareamento do código genético (DNA) em parentes consanguíneos, preferindo-se os de grau mais próximo aos mais distantes, importando a recusa em presunção da paternidade, a ser apreciada em conjunto com o contexto probatório".

A alternativa E está incorreta. Não há previsão legal de obrigatoriedade de ser determinada a realização de exame em parentes mais distantes, antes de avaliar a recusa de parentes mais próximos.

**QUESTÃO 14. As empresas "Alfa Engenharia Ltda." e "Beta Construções S/A" firmaram um contrato para a execução de um grande projeto de construção de um centro empresarial. No contrato, havia uma cláusula compromissória estabelecendo que eventuais disputas seriam resolvidas por meio de arbitragem. Meses depois do início das obras, surgiram divergências sobre os pagamentos, e a "Alfa Engenharia Ltda." decidiu instaurar o procedimento arbitral para resolver a questão. Após o trâmite da arbitragem, o árbitro designado proferiu uma sentença arbitral favorável à "Alfa Engenharia Ltda.", determinando que a "Beta Construções S/A" pagasse um montante específico pelos serviços prestados. Contudo, na redação final da sentença arbitral, o árbitro omitiu a data e o local onde a decisão foi proferida. Diante da situação hipotética, assinale a alternativa correta.**

**a) Beta Construções S/A poderá propor demanda para a declaração de nulidade da sentença arbitral e, caso a sentença seja procedente, declarará a nulidade da sentença arbitral e determinará, se for o caso, o encaminhamento dos autos ao juízo competente.**

**b) Por haver execução judicial, a decretação da nulidade da sentença arbitral também poderá ser requerida na impugnação ao cumprimento da sentença.**

**c) Beta Construções S/A poderá recorrer perante o próprio árbitro para sanar o erro material de omissão da data e local.**

**d) Beta Construções S/A poderá propor demanda para a declaração de nulidade da sentença arbitral no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da notificação da respectiva sentença.**

**e) A sentença arbitral proferida é válida e produz, entre as partes e seus sucessores, os mesmos efeitos da sentença proferida pelos órgãos do Poder Judiciário, constituindo, inclusive, título executivo.**

## **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata da Lei nº 9.307/1996 (Lei de Arbitragem).

A alternativa A está incorreta. O art. 32, inciso III da Lei de Arbitragem prevê que a sentença arbitral é nula se não atender aos requisitos do art. 26 do mesmo diploma normativo, entre os quais constam a data e o local em que foi proferida. Portanto, a omissão desses elementos pode justificar a propositura de ação de nulidade. Caso a sentença seja declarada nula, o Juiz determinará, se for o caso, que o árbitro ou o tribunal profira nova sentença arbitral, conforme §2º, art. 33 da Lei de Arbitragem.

A alternativa B está correta. Dispõe o art. 33, §3º da Lei de Arbitragem: “§ 3º A decretação da nulidade da sentença arbitral também poderá ser requerida na impugnação ao cumprimento da sentença, nos termos dos arts. 525 e seguintes do Código de Processo Civil, se houver execução judicial”.

A alternativa C está incorreta. A omissão de data e local de sentença arbitral é causa de nulidade, cuja declaração deve ser pleiteada junto ao órgão do Poder Judiciário competente, nos termos do art. 32, inciso III c/c art. 26 c/c art. 33, todos da Lei de Arbitragem, e não constitui simples “erro material”, recorrível junto ao árbitro.

A alternativa D está incorreta. O prazo para propor ação de nulidade da sentença arbitral é de 90 dias, conforme o art. 33, §1º, da Lei de Arbitragem, e não de 30 dias. Vejamos: “§ 1º A demanda para a declaração de nulidade da sentença arbitral, parcial ou final, seguirá as regras do procedimento comum, previstas na Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), e deverá ser proposta no prazo de até 90 (noventa) dias após o recebimento da notificação da respectiva sentença, parcial ou final, ou da decisão do pedido de esclarecimentos”.

A alternativa E está incorreta. Embora a sentença arbitral tenha, de fato, os mesmos efeitos de uma sentença judicial, constituindo título executivo judicial (art. 31 da Lei de Arbitragem), a ausência de elementos obrigatórios, como a data e o local da prolação, torna a sentença passível de nulidade, conforme o art. 32, III da Lei nº 9.307/1996. Assim, essa sentença não pode ser considerada válida.

**QUESTÃO 15. Eduardo foi declarado ausente judicialmente, após ter desaparecido sem deixar notícias. Em razão de sua ausência, seus bens foram arrecadados e o juiz nomeou um curador para a administração deles, determinando a publicação de editais em conformidade com a lei. Após um ano de publicação dos editais, seus herdeiros legítimos requerem a abertura da sucessão provisória. Passados cinco anos, um dos herdeiros solicita a conversão da sucessão provisória em definitiva. Considerando o caso hipotético narrado, assinale a alternativa correta.**

**a) No caso de conversão da sucessão provisória em definitiva, os sucessores provisórios serão automaticamente considerados proprietários definitivos dos bens de Eduardo, extinguindo-se qualquer possibilidade de reivindicação futura.**

**b) Após o pedido de abertura da sucessão provisória, a citação pessoal do curador é dispensável, bastando a citação dos herdeiros e a intimação do Ministério Público.**

**c) A abertura da sucessão provisória só poderia ter sido requerida após três anos de publicações de editais, contados da arrecadação dos bens de Eduardo.**

**d) Caso Eduardo ou um descendente seu retorne posteriormente e requeira a entrega dos bens, o juiz deverá permitir que os sucessores provisórios ou definitivos, o Ministério Público e a Fazenda Pública, contestem o pedido, conforme o procedimento comum.**

**e) Findo o prazo de um ano dos editais, o juiz deverá converter automaticamente a sucessão provisória em sucessão definitiva.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**. A questão exige compreensão das regras procedimentais relacionadas à ausência, sucessão provisória e sucessão definitiva, tratadas nos artigos 744 e 745 do Código de Processo Civil (CPC).

A alternativa A está incorreta. O art. 745 do Código de Processo Civil indica que, mesmo após a conversão da sucessão provisória em definitiva, há possibilidade de o ausente ou seus descendentes requererem a entrega dos bens. Assim, os sucessores definitivos não se tornam automaticamente proprietários definitivos, sendo preservado o direito de reivindicação pelo ausente ou seus descendentes.

A alternativa B está incorreta. O art. 745, §2º do CPC exige a citação pessoal tanto do curador como dos herdeiros presentes, além da citação por edital dos ausentes, para que possam requerer habilitação no processo. Portanto, a citação do curador é indispensável.

A alternativa C está incorreta. Conforme o art. 745, *caput* e §1º do CPC, a sucessão provisória pode ser requerida após 1 ano de publicação dos editais e não de 3 anos. Assim: “Art. 745. Feita a arrecadação, o juiz mandará publicar editais na rede mundial de computadores, no sítio do tribunal a que estiver vinculado e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 1 (um) ano, ou, não havendo sítio, no órgão oficial e na imprensa da comarca, durante 1 (um) ano, reproduzida de 2 (dois) em 2 (dois) meses, anunciando a arrecadação e chamando o ausente a entrar na posse de seus bens. § 1º Findo o prazo previsto no edital, poderão os interessados requerer a abertura da sucessão provisória, observando-se o disposto em lei”.

A alternativa D está correta. É o que consta expressamente no §4º do art. 745 do Código de Processo Civil: “§4º Regressando o ausente ou algum de seus descendentes ou ascendentes para requerer ao juiz a entrega de bens, serão citados para contestar o pedido os sucessores provisórios ou definitivos, o Ministério Público e o representante da Fazenda Pública, seguindo-se o procedimento comum”.

A alternativa E está incorreta. O art. 745, §3º estabelece que a conversão da sucessão provisória em definitiva depende de um requerimento pelos interessados. Não há conversão automática após o prazo de 1 ano.



**QUESTÃO 16.** Rafael, comerciante, possui um contrato de locação comercial de uma loja no Shopping Verde Mar. O contrato está prestes a vencer e Rafael, sabendo que o Shopping Verde Mar não pretende renovar o contrato, decide propor uma ação renovatória. Na petição inicial, Rafael indica todas as condições de renovação e apresenta a prova de cumprimento do contrato em curso e das demais obrigações legais. O Shopping Verde Mar, por seu representante legal, contesta a petição inicial, alegando que a proposta de Rafael não atende ao valor locativo real e apresenta uma contraproposta com um valor locativo mais elevado. Durante a instrução, Lucas aparece com uma proposta para alugar o espaço para a exploração de um ramo diferente, assinada por duas testemunhas, com valor mais vantajoso que o oferecido por Rafael. Diante da situação hipotética, assinale a alternativa correta.

a) Caso a locação não seja renovada, Rafael terá direito a indenização pela não prorrogação, a qual será fixada em sentença e devida solidariamente pelo Shopping Verde Mar e por Lucas.

b) O juiz deverá fixar aluguel provisório em favor do Shopping Verde Mar, não superior a 50% do valor da contraproposta, que vigorará desde o primeiro mês do prazo do contrato a ser renovado.

c) Renovada a locação, as diferenças dos aluguéis vencidos serão executadas nos próprios autos da ação e pagas de forma parcelada em até 12 (doze) meses.

d) Não sendo renovada a locação, e caso haja pedido na contestação apresentada pelo Shopping Verde Mar, o juiz determinará a expedição de mandado de despejo de Rafael, que conterà o prazo de 60 (sessenta) dias para a desocupação voluntária.

e) Na contestação, o Shopping Verde Mar poderá solicitar reajuste de aluguel com indexador distinto do atual, mas a sentença não poderá alterar a periodicidade dos reajustes prevista no contrato.

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata da Lei nº 8.245/91 (Lei do Inquilinato).

A alternativa A está correta. Segundo a Lei nº 8.245/91: “Art. 52 [...] § 3º O locatário terá direito a indenização para ressarcimento dos prejuízos e dos lucros cessantes que tiver que arcar com mudança, perda do lugar e desvalorização do fundo de comércio, se a renovação não ocorrer em razão de proposta de terceiro, em melhores condições [...]”. Além disso: “Art. 72. A contestação do locador, além da defesa de direito que possa caber, ficará adstrita, quanto à matéria de fato, ao seguinte: [...] III - ter proposta de terceiro para a locação, em condições melhores”. Por fim, dispõe o art. 75 do mesmo diploma normativo: “Art. 75. Na hipótese do inciso III do art. 72, a sentença fixará desde logo a indenização devida ao locatário em consequência da não prorrogação da locação, solidariamente devida pelo locador e o proponente”.

A alternativa B está incorreta. O art. 72, §4º, da Lei do Inquilinato permite que o juiz fixe aluguel provisório durante o trâmite da ação renovatória, mas o valor não está limitado a 50% da contraproposta. Senão, vejamos: “§ 4º Na contestação, o locador, ou sublocador, poderá pedir, ainda, a fixação de aluguel provisório, para vigorar a partir do primeiro mês do prazo do contrato a ser renovado,

não excedente a oitenta por cento do pedido, desde que apresentados elementos hábeis para aferição do justo valor do aluguel”.

A alternativa C está incorreta. Segundo o art. 73 da Lei do Inquilinato: “Art. 73. Renovada a locação, as diferenças dos aluguéis vencidos serão executadas nos próprios autos da ação e pagas de uma só vez”.

A alternativa D está incorreta. Consoante o art. 74 da Lei nº 8.245/91: “Art. 74. Não sendo renovada a locação, o juiz determinará a expedição de mandado de despejo, que conterà o prazo de 30 (trinta) dias para a desocupação voluntária, se houver pedido na contestação”.

A alternativa E está incorreta. De acordo com o §5º do art. 72 da Lei nº 8.245/91: “§ 5º Se pedido pelo locador, ou sublocador, a sentença poderá estabelecer periodicidade de reajustamento do aluguel diversa daquela prevista no contrato renovando, bem como adotar outro indexador para reajustamento do aluguel”.

**QUESTÃO 17.** Na região serrana do estado do Rio de Janeiro há um grande número de plantios de soja que utilizam agrotóxicos em larga escala. Com o tempo, esses agrotóxicos começaram a contaminar o solo e as fontes de água subterrâneas. Pequenos produtores que dependem dos poços para a fabricação de cerveja começaram a notar uma queda acentuada na qualidade da cerveja produzida, bem como os moradores, que também utilizam esses poços para consumo próprio, relataram um aumento de doenças respiratórias e dermatológicas. Diante desse dano regional, o Ministério Público, em conjunto com uma cooperativa local de pequenos produtores de cerveja, decide propor uma ação civil pública contra as grandes fazendas de soja, buscando a redução e controle do uso de agrotóxicos, bem como a indenização aos atingidos apenas no que tange à atividade das cervejarias. Diante da situação hipotética, considerando o atual entendimento do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta.

a) A ação civil pública pode ser proposta em qualquer comarca que teve o solo e as fontes de água subterrâneas contaminados.

b) A sentença civil fará coisa julgada erga omnes, nos limites da competência territorial do órgão prolator, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova.

c) Ajuizadas múltiplas ações civis públicas no estado do Rio de Janeiro, firma-se a prevenção do juízo que primeiro conheceu de uma delas, para o julgamento de todas as demandas ainda que entre elas não haja conexão.

d) A ação civil pública deve ser proposta no foro da cidade do Rio de Janeiro, por ser a capital do estado.

e) Para a propositura da ação é competente o foro do local onde houve o primeiro caso de contaminação do solo e das fontes de água subterrâneas.

**Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema Ação Civil Pública.

A alternativa A está incorreta. De acordo com o STF, no julgamento do RE 1101937/SP, e com o art. 93, inciso II do CDC, é competente o foro da cidade do Rio de Janeiro, por ser a capital do estado.

A alternativa B está incorreta. Segundo o STF: “É inconstitucional o art. 16 da Lei nº 7.347/85, na redação dada pela Lei nº 9.494/97. É inconstitucional a delimitação dos efeitos da sentença proferida em sede de ação civil pública aos limites da competência territorial de seu órgão prolator” (RE 1101937/SP).

A alternativa C está incorreta. Decidiu a Suprema Corte: “Ajuizadas múltiplas ações civis públicas de âmbito nacional ou regional, firma-se a prevenção do juízo que primeiro conheceu de uma delas, para o julgamento de todas as demandas conexas” (RE 1101937/SP).

A alternativa D está correta. Segundo o STF, “em se tratando de ação civil pública de efeitos nacionais ou regionais, a competência deve observar o art. 93, II, da Lei nº 8.078/90 (CDC)” (RE 1101937/SP). Dispõe o art. 93, inciso II do CDC que “ressalvada a competência da Justiça Federal, é competente para a causa a justiça local: [...] o foro da Capital do Estado ou o do Distrito Federal, para os danos de âmbito nacional ou regional”. Assim, é competente o foro da cidade do Rio de Janeiro, por ser a capital do estado.

A alternativa E está incorreta. De acordo com o STF, no julgamento do RE 1101937/SP, e com o art. 93, inciso II do CDC, é competente o foro da cidade do Rio de Janeiro, por ser a capital do estado.

**QUESTÃO 18. A fictícia loja Belo Lar Ltda. tem publicado, com frequência, em vários canais televisivos, bem como em vários outdoors da cidade na qual está sediada, as fotos de seus produtos acompanhadas da mensagem “Escolha seu móvel planejado e pague quanto quiser e quando quiser”. É certo que referida mensagem tem causado equívocos aos consumidores que, ao chegarem no referido comércio, deparam-se com situação bastante diversa, visto que o valor mínimo para a encomenda do móvel planejado mais simples é de R\$ 10.000,00, com possibilidade de pagamento em 10 parcelas mensais de R\$ 1.000,00. Nos termos do Código de Defesa do Consumidor, a loja em questão estará sujeita à sanção administrativa de**

**a) suspensão de fornecimento de seus produtos.**

**b) suspensão temporária de sua atividade.**

**c) imposição de contrapropaganda.**

**d) proibição de fabricação de seus produtos.**

**e) cassação de registro de seus produtos junto ao órgão competente.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A questão exige o conhecimento acerca das sanções administrativas em matéria consumerista.

A alternativa A está incorreta, pois dispõe o art. 58 do CDC: “As penas de apreensão, de inutilização de produtos, de proibição de fabricação de produtos, de suspensão do fornecimento de produto ou serviço, de cassação do registro do produto e revogação da concessão ou permissão de uso serão aplicadas pela administração, mediante procedimento administrativo, assegurada ampla defesa, quando forem constatados vícios de quantidade ou de qualidade por inadequação ou insegurança do produto ou serviço.”

A alternativa B está incorreta, pois determina o art. 59 do CDC: “As penas de cassação de alvará de licença, de interdição e de suspensão temporária da atividade, bem como a de intervenção administrativa, serão aplicadas mediante procedimento administrativo, assegurada ampla defesa, quando o fornecedor reincidir na prática das infrações de maior gravidade previstas neste código e na legislação de consumo.”

A alternativa C está correta, pois estabelece o art. 60 do CDC: “A imposição de contrapropaganda será cominada quando o fornecedor incorrer na prática de publicidade enganosa ou abusiva, nos termos do art. 36 e seus parágrafos, sempre às expensas do infrator.” O caso trata de evidente propaganda enganosa, nos termos do art. 37, §1º, do CDC: “É enganosa qualquer modalidade de informação ou comunicação de caráter publicitário, inteira ou parcialmente falsa, ou, por qualquer outro modo, mesmo por omissão, capaz de induzir em erro o consumidor a respeito da natureza, características, qualidade, quantidade, propriedades, origem, preço e quaisquer outros dados sobre produtos e serviços.”

A alternativa D está incorreta, segundo o art. 58 do CDC, acima transcrito.

A alternativa E está incorreta, nos termos do art. 58 do CDC, acima transcrito.

**QUESTÃO 19. O Código de Defesa do Consumidor autoriza que o juiz desconsidere a personalidade jurídica das sociedades se, em detrimento do consumidor, ocorrer alguma das situações que prevê. Acerca do tema, é correto afirmar que, pelas obrigações decorrentes da legislação consumerista, as sociedades**

- a) controladas responderão solidária e objetivamente.**
- b) coligadas só responderão subjetivamente.**
- c) integrantes de grupos societários responderão solidária e objetivamente.**
- d) controladas responderão por culpa.**
- e) consorciadas responderão subjetiva e subsidiariamente.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão exige o conhecimento legal acerca do art. 28, e seus parágrafos, do CDC, no que tange à responsabilidade das sociedades nas relações consumeristas.

A alternativa A está incorreta, de acordo com o art. 28, §2º, do CDC: “As sociedades integrantes dos grupos societários e as sociedades controladas, são subsidiariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes deste código.”

A alternativa B está correta, segundo o art. 28, §4º, do CDC: “As sociedades coligadas só responderão por culpa.” Assim, as sociedades coligadas responderão de forma subjetiva.

A alternativa C está incorreta, na forma do art. 28, §2º, do CDC, acima transcrito.

A alternativa D está incorreta, segundo o art. 28, §2º, do CDC, acima transcrito.

A alternativa E está incorreta, conforme o art. 28, §3º, do CDC: “As sociedades consorciadas são solidariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes deste código.”

**QUESTÃO 20. De acordo com matéria sumulada pelo Superior Tribunal de Justiça, assinale a assertiva correta.**

**a) Na prestação de contas, para obter esclarecimentos sobre cobrança de taxas, tarifas e encargos bancários, é aplicável o prazo decadencial previsto no Código de Defesa do Consumidor.**

**b) Nas cartas de comunicação ao consumidor acerca da negativação de seu nome em bancos de dados e cadastros, é indispensável o aviso de recebimento (AR).**

**c) No âmbito das operações bancárias, tratando-se de danos gerados por fortuito interno relativo a fraudes e delitos praticados por terceiros, as instituições financeiras respondem mediante comprovação de culpa.**

**d) A utilização do score de crédito, por constituir banco de dados, exige o consentimento do consumidor, que terá o direito de solicitar esclarecimentos sobre as informações valoradas.**

**e) O código de Defesa do Consumidor é aplicável às entidades abertas de previdência complementar, mas não incide nos contratos previdenciários celebrados com entidades fechadas.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**. A questão explora o conhecimento jurisprudencial sumulado do STJ em matéria de Direito do Consumidor.

A alternativa A está incorreta, segundo a Súmula 477 do STJ: “A decadência do art. 26 do CDC não é aplicável à prestação de contas para obter esclarecimentos sobre cobrança de taxas, tarifas e encargos bancários.”

A alternativa B está incorreta, conforme a Súmula 404 do STJ: “É dispensável o Aviso de Recebimento (AR) na carta de comunicação ao consumidor sobre a negativação de seu nome em bancos de dados e cadastros.”

A alternativa C está incorreta, de acordo com Súmula 479 do STJ: “A instituição financeira responde pelo defeito na prestação de serviço consistente no tratamento indevido de dados pessoais bancários, quando tais informações são utilizadas por estelionatário para facilitar a aplicação de golpe em desfavor do consumidor.”

A alternativa D está incorreta, consoante a Súmula 550 do STJ: “A utilização de escore de crédito, método estatístico de avaliação de risco que não constitui banco de dados, dispensa o consentimento do consumidor, que terá o direito de solicitar esclarecimentos sobre as informações pessoais valoradas e as fontes dos dados considerados no respectivo cálculo.”

A alternativa E está correta, na forma da Súmula 563 do STJ: “O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às entidades abertas de previdência complementar, não incidindo nos contratos previdenciários celebrados com entidades fechadas.”

**QUESTÃO 21. Estando em curso uma ação coletiva proposta por entidade legitimada para defesa de direito coletivo pertencente a um grupo de pessoas, certa pessoa, integrante desse grupo e ciente da distribuição da ação coletiva, resolve, per si, promover ação individual com o mesmo pedido e a mesma causa de pedir. Nos moldes do Código de Defesa do Consumidor, no caso da procedência da ação coletiva antes do julgamento da individual, o autor da ação individual irá se beneficiar dos efeitos da sentença coletiva**

**a) caso tenha requerido a suspensão da ação individual, no prazo de trinta dias contados da ciência da ação coletiva.**

**b) em decorrência da litispendência existente entre a ação coletiva e a individual.**

**c) visto que, existindo, entre ambas, identidade dos direitos postulados, a sentença coletiva fará coisa julgada ultra partes.**

**d) visto que, existindo, entre ambas, identidade dos direitos postulados, a sentença coletiva fará coisa julgada erga omnes, impondo-se a extinção da ação individual.**

**e) porque a procedência da ação coletiva impõe a extinção da ação individual diante da perda de seu objeto.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do “right to opt out”, ou direito de colocar-se a salvo da coisa julgada, previsto no art. 104 do CDC.

O art. 94 do CDC estabelece que a demanda coletiva deve ter ampla divulgação, o que ocorrerá através de divulgação pelos meios de comunicação social, por parte dos órgãos de defesa do consumidor, além



da publicação de edital no órgão oficial. Segundo o dispositivo, proposta a ação, será publicado edital no órgão oficial, a fim de que os interessados possam intervir no processo como litisconsortes, sem prejuízo de ampla divulgação pelos meios de comunicação social por parte dos órgãos de defesa do consumidor. A ampla divulgação serve para que os indivíduos que ficariam abrigados pela coisa julgada coletiva possam fiscalizar a condução do processo, e exercer seu direito de sair (“right to opt out”), caso assim queiram. De acordo com o art. 104 do CDC, para o autor da ação individual já proposta aproveitar o transporte “in utilibus” da coisa julgada coletiva, deverá requerer a suspensão da sua ação individual em 30 dias, a contar da data em que o autor é avisado, nos autos da ação individual, de que há uma ação coletiva. É o chamado exercício da opção de ser excluído da abrangência da decisão coletiva, denominado no sistema norte-americano do “class action” de “right to opt out”.

Assim determina o art. 104 do CDC: “As ações coletivas, previstas nos incisos I [difusos] e II [coletivos] e do parágrafo único do art. 81, não induzem litispendência para as ações individuais, mas os efeitos da coisa julgada erga omnes ou ultra partes a que aludem os incisos II [coletivos] e III [individuais homogêneos] do artigo anterior não beneficiarão os autores das ações individuais, se não for requerida sua suspensão no prazo de trinta dias, a contar da ciência nos autos do ajuizamento da ação coletiva.” Logo, se eventualmente o autor pedir a suspensão da sua ação individual, e a ação coletiva for julgada procedente, ele será beneficiado. Se não pedir, o autor não será beneficiado pela coisa julgada coletiva.

**QUESTÃO 22. Na execução da Política Nacional das Relações de Consumo, o poder público poderá contar, dentre outros, com o seguinte instrumento:**

- a) fomento de ações direcionadas à educação financeira e ambiental dos consumidores.**
- b) incentivo à criação pelos fornecedores de meios eficientes de controle de qualidade e segurança de produtos e serviços, assim como de mecanismos alternativos de solução de conflitos de consumo.**
- c) instituição de núcleos de conciliação e mediação de conflitos oriundos de superendividamento.**
- d) prevenção e tratamento do superendividamento como forma de evitar a exclusão social do consumidor.**
- e) ação governamental no sentido de proteger o consumidor pela presença do Estado no mercado de consumo.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A questão explora o conhecimento acerca dos princípios e instrumentos da Política Nacional das Relações de Consumo.

A alternativa A está incorreta, pois trata de princípio, e não instrumento, segundo o art. 4º, IX, do CDC: “A Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo,

atendidos os seguintes princípios: (...) IX - fomento de ações direcionadas à educação financeira e ambiental dos consumidores;”

A alternativa B está incorreta, uma vez que trata de princípio, e não instrumento, segundo o art. 4º, V, do CDC: “A Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo, atendidos os seguintes princípios: (...) V - incentivo à criação pelos fornecedores de meios eficientes de controle de qualidade e segurança de produtos e serviços, assim como de mecanismos alternativos de solução de conflitos de consumo;”

A alternativa C está correta, nos termos do art. 5º, VII, do CDC: “Para a execução da Política Nacional das Relações de Consumo, contará o poder público com os seguintes instrumentos, entre outros: (...) VII - instituição de núcleos de conciliação e mediação de conflitos oriundos de superendividamento.”

A alternativa D está incorreta, pois trata de princípio, e não instrumento, segundo o art. 4º, X, do CDC: “A Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo, atendidos os seguintes princípios: (...) X - prevenção e tratamento do superendividamento como forma de evitar a exclusão social do consumidor.”

A alternativa E está incorreta, uma vez que trata de princípio, e não instrumento, segundo o art. 4º, II, b, do CDC: “II - ação governamental no sentido de proteger efetivamente o consumidor: (...) c) pela presença do Estado no mercado de consumo;”

**QUESTÃO 23. Considerando os princípios aplicáveis ao Estatuto da Criança e do Adolescente, é correto afirmar que o princípio da brevidade**

**a) não possui impacto direto nos processos judiciais de apuração de ato infracional, aplicando-se, por sua vez, aos procedimentos administrativos.**

**b) visa à imposição de um período mínimo para a conclusão de processos de adoção, de forma a garantir a segurança jurídica para a família adotante.**

**c) fundamenta-se na necessidade de manter o menor de idade em medidas de acolhimento institucional pelo tempo necessário, ainda que prolongado, visando o seu melhor interesse.**

**d) tem como objetivo conceder a prioridade absoluta ao menor, de forma que todos os procedimentos administrativos sejam realizados da forma mais célere possível.**

**e) tem como objetivo evitar a permanência prolongada de crianças e adolescentes em programas de acolhimento institucional, assegurando que seja priorizada a reintegração familiar.**

**Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**. A questão exige do candidato conhecimento acerca do princípio da brevidade.

A alternativa A está incorreta. O princípio da brevidade tem aplicação direta na apuração de ato infracional, nos termos do artigo 121 do ECA. A medida de internação deve ser aplicada por curto espaço de tempo. O ECA prevê como prazo máximo 3 anos e determina que a autoridade judiciária reavalie a situação a cada 6 meses para se possível substituir a medida por outra menos gravosa ou até encerrar o cumprimento, isso significa que o comportamento do autor do ato infracional irá influenciar no alcance deste princípio.

A alternativa B está incorreta. O princípio da brevidade é direcionado à proteção do menor, aplicável especialmente para as medidas socioeducativas em meio fechado, nos termos do artigo 121 do ECA.

A alternativa C está incorreta. O menor deve ser mantido em acolhimento institucional pelo menor tempo necessário ao seu restabelecimento familiar, nos termos do artigo 101, §1º, do ECA.

A alternativa D está incorreta. O princípio da brevidade tem aplicação especial à medida socioeducativa de internação.

A alternativa E está correta. De acordo com o princípio da brevidade medida de internação deve ser aplicada por curto espaço de tempo. O ECA prevê como prazo máximo 3 anos e determina que a autoridade judiciária reavalie a situação a cada 6 meses para se possível substituir a medida por outra menos gravosa ou até encerrar o cumprimento, isso significa que o comportamento do autor do ato infracional irá influenciar no alcance deste princípio.

#### **QUESTÃO 24. A criança e o adolescente em programa de acolhimento institucional ou familiar poderão participar de programa de apadrinhamento.**

**Acerca do tema, assinale a alternativa correta.**

**a) Podem ser padrinhos ou madrinhas pessoas maiores de 18 (dezoito) anos, desde que inscritas nos cadastros de adoção.**

**b) O perfil da criança ou do adolescente a ser apadrinhado será definido no âmbito de cada programa de apadrinhamento, com prioridade para crianças menores de 2 (dois) anos.**

**c) Se ocorrer violação das regras de apadrinhamento, os responsáveis pelo programa e pelos serviços de acolhimento deverão imediatamente notificar o Conselho Tutelar.**

**d) Pessoas jurídicas podem apadrinhar criança ou adolescente a fim de colaborar para o seu desenvolvimento.**

**e) O apadrinhamento consiste em estabelecer e proporcionar à criança e ao adolescente vínculos internos e externos à instituição para fins de convivência familiar e comunitária e colaboração com o seu desenvolvimento nos aspectos social, moral, físico, cognitivo, educacional e financeiro.**

## Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão exige do candidato conhecimento acerca do programa de apadrinhamento previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente.

A alternativa A está incorreta. Nos termos do artigo 19-B do ECA: § 2º Podem ser padrinhos ou madrinhas pessoas maiores de 18 (dezoito) anos não inscritas nos cadastros de adoção, desde que cumpram os requisitos exigidos pelo programa de apadrinhamento de que fazem parte.

A alternativa B está incorreta. De acordo com o artigo 19-B do ECA: m § 4 o O perfil da criança ou do adolescente a ser apadrinhado será definido no âmbito de cada programa de apadrinhamento, com prioridade para crianças ou adolescentes com remota possibilidade de reinserção familiar ou colocação em família adotiva.

A alternativa C está incorreta. Dispõe o artigo 19-B, §6º, do ECA: § 6 o Se ocorrer violação das regras de apadrinhamento, os responsáveis pelo programa e pelos serviços de acolhimento deverão imediatamente notificar a autoridade judiciária competente.

A alternativa D está correta. Trata-se da literalidade do artigo 19-B, §3º, do ECA: § 3 Pessoas jurídicas podem apadrinhar criança ou adolescente a fim de colaborar para o seu desenvolvimento.

A alternativa E está incorreta. Nos termos do artigo 19-B §1º, do ECA: § 1 o O apadrinhamento consiste em estabelecer e proporcionar à criança e ao adolescente vínculos externos à instituição para fins de convivência familiar e comunitária e colaboração com o seu desenvolvimento nos aspectos social, moral, físico, cognitivo, educacional e financeiro.

**QUESTÃO 25. De acordo com o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente, poderá ser deferida a adoção em favor de candidato não cadastrado previamente como pessoa interessada na adoção no caso em que o candidato**

**a) detenha a tutela ou guarda legal de criança maior de 2 (dois) anos ou adolescente, desde que o lapso de tempo de convivência comprove a fixação de laços de afinidade e afetividade.**

**b) seja domiciliado no Brasil e formule pedido de adoção unilateral.**

**c) seja parente com o qual a criança ou adolescente mantenha vínculos de afinidade e afetividade, dispensada a comprovação de que preenche os requisitos necessários à adoção.**

**d) esteja interessado em adotar criança ou adolescente com deficiência, com doença crônica ou com necessidades específicas de saúde.**

**e) esteja interessado em adotar um grupo de irmãos.**

## Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão exige do candidato conhecimento acerca da adoção unilateral.

A alternativa A está incorreta. Nos termos do artigo 50, § 13, do ECA: §13. Somente poderá ser deferida adoção em favor de candidato domiciliado no Brasil não cadastrado previamente nos termos desta Lei quando: III - oriundo o pedido de quem detém a tutela ou guarda legal de criança maior de 3 (três) anos ou adolescente, desde que o lapso de tempo de convivência comprove a fixação de laços de afinidade e afetividade, e não seja constatada a ocorrência de má-fé ou qualquer das situações previstas nos arts. 237 ou 238 desta Lei.

A alternativa B está correta. Trata-se da literalidade do artigo 50, §13, I, do ECA: § 13. Somente poderá ser deferida adoção em favor de candidato domiciliado no Brasil não cadastrado previamente nos termos desta Lei quando: I - se tratar de pedido de adoção unilateral;

A alternativa C está incorreta. De acordo com o artigo 50, §14, do ECA, exige-se a comprovação dos requisitos necessários à adoção: § 14. Nas hipóteses previstas no § 13 deste artigo, o candidato deverá comprovar, no curso do procedimento, que preenche os requisitos necessários à adoção, conforme previsto nesta Lei.

A alternativa D está incorreta. Não há previsão desses requisitos no artigo 50, §13, do ECA, segundo o qual: § 13. Somente poderá ser deferida adoção em favor de candidato domiciliado no Brasil não cadastrado previamente nos termos desta Lei quando: I - se tratar de pedido de adoção unilateral; II - for formulada por parente com o qual a criança ou adolescente mantenha vínculos de afinidade e afetividade; III - oriundo o pedido de quem detém a tutela ou guarda legal de criança maior de 3 (três) anos ou adolescente, desde que o lapso de tempo de convivência comprove a fixação de laços de afinidade e afetividade, e não seja constatada a ocorrência de má-fé ou qualquer das situações previstas nos arts. 237 ou 238 desta Lei.

A alternativa E está incorreta. Não há previsão desses requisitos no artigo 50, §13, do ECA, segundo o qual: § 13. Somente poderá ser deferida adoção em favor de candidato domiciliado no Brasil não cadastrado previamente nos termos desta Lei quando: I - se tratar de pedido de adoção unilateral; II - for formulada por parente com o qual a criança ou adolescente mantenha vínculos de afinidade e afetividade; III - oriundo o pedido de quem detém a tutela ou guarda legal de criança maior de 3 (três) anos ou adolescente, desde que o lapso de tempo de convivência comprove a fixação de laços de afinidade e afetividade, e não seja constatada a ocorrência de má-fé ou qualquer das situações previstas nos arts. 237 ou 238 desta Lei.

**QUESTÃO 26. Caio, de 16 anos, morador da cidade de Três Rios, decide fazer uma “pegadinha” ao vivo em um programa de televisão estadual da emissora Serras, que tem a sua sede estadual na cidade de Teresópolis. Caio consegue invadir o estúdio de gravação da emissora Serras, situado na cidade de Petrópolis e, durante a transmissão ao vivo do programa, que é transmitido para várias cidades vizinhas, toma o microfone e começa a espalhar informações falsas sobre um possível acidente na rodovia BR 040, dizendo que houve várias vítimas e que há risco para outras pessoas na área.**

**Diante da situação hipotética, é correto afirmar que, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente, será competente, para aplicação da penalidade, a autoridade judiciária de**

- a) Teresópolis, por ser a sede estadual da emissora Serras.**
- b) qualquer comarca que tenha recebido a transmissão, sendo definida a competência por prevenção.**
- c) Petrópolis, por ser o local do estúdio de gravação.**
- d) Rio de Janeiro, por ser a capital do estado, uma vez que o ato infracional atingiu mais de uma comarca.**
- e) Três Rios, por ser o domicílio de Caio.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão exige do candidato conhecimento acerca da competência para aplicação de medidas socioeducativas.

De acordo com o artigo 147, §3º, do ECA, Art. 147, § 3º Em caso de infração cometida através de transmissão simultânea de rádio ou televisão, que atinja mais de uma comarca, será competente, para aplicação da penalidade, a autoridade judiciária do local da sede estadual da emissora ou rede, tendo a sentença eficácia para todas as transmissoras ou retransmissoras do respectivo estado.

Desse modo, a comarca competente é a de Teresópolis, razão pela qual a alternativa a ser assinalada é a letra A.

**QUESTÃO 27. Após o falecimento de seus pais biológicos, Lucas foi levado para uma casa de acolhimento. Pouco tempo depois, um casal se interessou em adotá-lo e formalizou o pedido de adoção. A equipe psicossocial atestou o forte vínculo afetivo entre Lucas e o casal, recomendando a adoção. Com base nos relatórios favoráveis e na busca do melhor interesse da criança, o juiz deferiu a adoção, proferindo sentença para que Lucas fosse definitivamente adotado pelo casal. Após a sentença, porém, uma tia materna de Lucas, que reside em outra cidade, interpôs apelação alegando que não foi devidamente informada sobre a situação e que, como parente biológica próxima, teria interesse e condições de adotar Lucas.**

**Diante da situação hipotética, é correto afirmar que, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente, a apelação**

- a) deverá ser colocada em mesa para julgamento no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado da sua conclusão.**
- b) será recebida, em regra, no duplo efeito.**



c) será posta em mesa para julgamento, devendo o Ministério Público ser intimado para, querendo, apresentar seu parecer até 5 (cinco) dias antes da data do julgamento.

d) depende do pagamento do preparo para a sua interposição.

e) deve ser imediatamente distribuída, ficando vedado que aguarde, em qualquer situação, oportuna distribuição, e será colocada em mesa para julgamento sem revisão e com parecer urgente do Ministério Público.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão exige do candidato conhecimento acerca do procedimento recursal nas ações de adoção.

A alternativa A está incorreta. De acordo com o artigo 199-C do ECA, o recurso será colocado em mesa para julgamento com prioridade absoluta: Art. 199-C. Os recursos nos procedimentos de adoção e de destituição de poder familiar, em face da relevância das questões, serão processados com prioridade absoluta, devendo ser imediatamente distribuídos, ficando vedado que aguardem, em qualquer situação, oportuna distribuição, e serão colocados em mesa para julgamento sem revisão e com parecer urgente do Ministério Público.

A alternativa B está incorreta. De acordo com o artigo 199-A do ECA: Art. 199-A. A sentença que deferir a adoção produz efeito desde logo, embora sujeita a apelação, que será recebida exclusivamente no efeito devolutivo, salvo se se tratar de adoção internacional ou se houver perigo de dano irreparável ou de difícil reparação ao adotando.

A alternativa C está incorreta. Nos termos do artigo 199-C do ECA, o parecer do Ministério Público será urgente: Art. 199-C. Os recursos nos procedimentos de adoção e de destituição de poder familiar, em face da relevância das questões, serão processados com prioridade absoluta, devendo ser imediatamente distribuídos, ficando vedado que aguardem, em qualquer situação, oportuna distribuição, e serão colocados em mesa para julgamento sem revisão e com parecer urgente do Ministério Público.

A alternativa D está incorreta. De acordo com artigo 198, I, do ECA: I - os recursos serão interpostos independentemente de preparo;

A alternativa E está correta. Nos termos do artigo 199-C do ECA: Art. 199-C. Os recursos nos procedimentos de adoção e de destituição de poder familiar, em face da relevância das questões, serão processados com prioridade absoluta, devendo ser imediatamente distribuídos, ficando vedado que aguardem, em qualquer situação, oportuna distribuição, e serão colocados em mesa para julgamento sem revisão e com parecer urgente do Ministério Público.

**QUESTÃO 28. Assinale a alternativa que apresenta uma situação hipotética na qual Clarissa pode servir no Conselho Tutelar de sua cidade.**

a) Sua mãe é conselheira no mesmo Conselho Tutelar.

**b) Sua sobrinha é conselheira no mesmo Conselho Tutelar.**

**c) Seu cunhado é conselheiro no mesmo Conselho Tutelar.**

**d) Seu irmão é um dos membros do Ministério Público com atuação na Vara da Família em exercício na comarca.**

**e) Seu marido é uma das autoridades judiciárias com atuação na Justiça da Infância e da Juventude em exercício na comarca.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**. A questão exige do candidato conhecimento acerca da composição do Conselho Tutelar.

A alternativa A está incorreta. Nos termos do artigo 140 do Estatuto da Criança e do Adolescente: Art. 140. São impedidos de servir no mesmo Conselho marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados, durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado.

A alternativa B está incorreta. Conforme o citado artigo 140 do Estatuto da Criança e do Adolescente: Art. 140. São impedidos de servir no mesmo Conselho marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados, durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado.

A alternativa C está incorreta. Dispõe o citado artigo 140 do Estatuto da Criança e do Adolescente: Art. 140. São impedidos de servir no mesmo Conselho marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados, durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado.

A alternativa D está correta. O impedimento previsto no artigo 140, parágrafo único, do Estatuto da Criança e do Adolescente não se aplica ao membro do Ministério Público com atuação em outras varas que não a Justiça da infância e Juventude: Parágrafo único. Estende-se o impedimento do conselheiro, na forma deste artigo, em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude, em exercício na comarca, foro regional ou distrital.

A alternativa E está incorreta. Nos termos do artigo 140, parágrafo único, do Estatuto da Criança e do Adolescente: Parágrafo único. Estende-se o impedimento do conselheiro, na forma deste artigo, em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude, em exercício na comarca, foro regional ou distrital.

**QUESTÃO 29. Caio, um dia antes de completar 21 anos, em 09.10.2020, tendo se comprometido a olhar Tícia, filha de sua madrasta, de 3 anos, em um momento de distração, deixou a menina sem supervisão e ela veio a cair na piscina.**

**Caio, ao ouvir o barulho de água, correu e tirou Tícia da piscina. Socorrida no hospital, após ter uma parada cardíaca, a criança permaneceu em coma por seis meses, vindo a falecer no dia 08.04.2021. Instaurado inquérito policial para apurar as circunstâncias da morte, Caio veio a ser**

denunciado pelo crime de homicídio culposo, em 08.10.2024, sendo a denúncia recebida em 20.10.2024.

Diante da situação hipotética, assinale a alternativa correta.

a) Uma vez que na data da morte (08.04.2021) Caio já tinha completado 21 anos, é inaplicável a redução do prazo prescricional que, no caso, é de 8 anos, período não transcorrido entre a data da morte (08.04.2021) e o recebimento da denúncia (20.10.2024).

b) Uma vez que entre a data da morte (08.04.2021) e o recebimento da denúncia (20.10.2024) transcorreu período inferior a 4 anos, não há que se falar em prescrição da pretensão punitiva do Estado e, por conseguinte, em extinção da punibilidade.

c) Uma vez que a vítima é menor de 14 anos, incide a causa de aumento da pena de 1/3, circunstância que afasta a prescrição, já que entre a data da morte (08.04.2021) e o recebimento da denúncia (20.10.2024) não transcorreu período superior a 4 anos.

d) Uma vez que entre a data do fato (09.10.2020) e o oferecimento da denúncia (08.10.2024) transcorreu período inferior a 4 anos, não há que se falar em prescrição da pretensão punitiva do Estado e, por conseguinte, em extinção da punibilidade.

e) Uma vez que entre a data do fato (09.10.2020) e o recebimento da denúncia (20.10.2024) transcorreu período superior a 4 anos, operou-se a prescrição da pretensão punitiva do Estado e, por conseguinte, a extinção da suposta punibilidade.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre a prescrição da pretensão punitiva e redução do prazo prescricional.

A alternativa A está incorreta. A redução do prazo prescricional em razão da idade (art. 115 do Código Penal) aplica-se ao momento da prática do fato criminoso, e não ao momento do resultado (morte). No caso, Caio ainda não havia completado 21 anos na data do fato (09.10.2020), sendo cabível a redução do prazo prescricional pela metade. Assim, o prazo prescricional do homicídio culposo, que seria de 8 anos, reduz-se para 4 anos.

A alternativa B está correta. Como o prazo prescricional foi reduzido para 4 anos, e entre a data do resultado (morte em 08.04.2021) e o recebimento da denúncia (20.10.2024) transcorreram menos de 4 anos, não houve prescrição.

A alternativa C está incorreta. A idade da vítima (menor de 14 anos) poderia, de fato, justificar a incidência da causa de aumento prevista no art. 121, § 4º, do Código Penal. Contudo, a eventual majoração da pena não afeta o prazo prescricional, pois este é calculado com base na pena máxima cominada no preceito secundário do tipo penal (art. 109 do CP). Como a pena do homicídio culposo (com ou sem aumento) não ultrapassa 4 anos de prescrição após a redução prevista no art. 115 do CP, a alternativa está incorreta.

A alternativa D está incorreta. Porque considera a data do fato como marco inicial da prescrição, contudo, a contagem começa na data do resultado (08.04.2021). Como o intervalo entre o resultado e o recebimento da denúncia (20.10.2024) é inferior a 4 anos, não houve prescrição, mas a justificativa da alternativa está equivocada.

A alternativa E está incorreta. O marco inicial da prescrição não é a data do fato (09.10.2020), mas sim a data do resultado (08.04.2021). Assim, o período superior a 4 anos entre 09.10.2020 e 20.10.2024 não é relevante para o cálculo da prescrição.

### **QUESTÃO 30. A respeito das Escolas Penais, é correto dizer que:**

**a) na Escola Correcionalista, a função da pena é meramente retributiva, pois o infrator é tido como alguém dotado de vontade perversa, sem possibilidade de recuperação.**

**b) na Escola Clássica, o crime era visto como um fato social e humano, enquanto na Escola Positivista o crime era encarado como uma entidade jurídica.**

**c) a Escola Clássica, também denominada Primeira Escola, tem por representantes Cesare Beccaria e Francesco Carrara.**

**d) a Terceira Escola, embora repelisse a ideia da criminalidade congênita, pregava como fundamento da pena a periculosidade, para imputáveis e inimputáveis.**

**e) para os Clássicos, os homens nasciam livres e deveriam ser punidos conforme suas escolhas, calcadas no livre arbítrio. Os Positivistas, ao contrário, pregavam o determinismo, tendo a pena, para eles, finalidade meramente retributiva.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre as principais características das Escolas Penais.

A alternativa A está incorreta. Pois a Escola Correcionalista não defende uma função meramente retributiva da pena. Essa escola prega a ideia de que o criminoso deve ser reabilitado e recuperado, considerando a pena como meio de corrigir desvios e reintegrar o infrator à sociedade. A função retributiva da pena é característica da Escola Clássica, não da Correcionalista.

A alternativa B está incorreta. Na Escola Clássica, o crime era visto como uma entidade jurídica decorrente do livre arbítrio, enquanto na Escola Positivista o crime era entendido como um fato social e humano, condicionado por fatores biológicos, sociais e psicológicos. A afirmação inverte as características dessas escolas.

A alternativa C está correta. A Escola Clássica é, de fato, denominada Primeira Escola e tem como representantes principais Cesare Beccaria, autor de *Dos Delitos e das Penas*, e Francesco Carrara, um dos grandes sistematizadores do Direito Penal. Essa escola se fundamenta no livre arbítrio, na proporcionalidade da pena e na ideia de que o crime é uma infração de normas jurídicas.

A alternativa D está incorreta. A Terceira Escola, também conhecida como Escola Eclética, buscou conciliar os pontos de vista das Escolas Clássica e Positivista. Apesar de não adotar a ideia de criminalidade congênita, a periculosidade não era o fundamento exclusivo da pena. Para a Terceira Escola, a aplicação da pena deveria considerar a prevenção e a individualização do tratamento penal, mas sem se limitar apenas à periculosidade.

A alternativa E está incorreta. Embora seja correto que os Clássicos defendiam o livre-arbítrio e a responsabilização com base nas escolhas conscientes, os Positivistas pregavam o determinismo, mas a pena, para eles, tinha uma finalidade preventiva e ressocializadora, e não meramente retributiva. O objetivo da pena, segundo os Positivistas, era proteger a sociedade e tratar o delinquente.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra C, estando incorretas as alternativas A, B, D e E.

**QUESTÃO 31. Tendo em conta os crimes contra a incolumidade pública, assinale a alternativa correta.**

**a) O crime de exercício ilegal da medicina, arte dentária ou farmacêutica pode ser praticado por qualquer pessoa. Contudo, na hipótese de exceder os limites da autorização concedida, é próprio de médicos, dentistas e farmacêuticos.**

**b) O crime de infração de medida sanitária, tipo penal em branco, não pode ser complementado por ato normativo estadual ou municipal, já que, em matéria penal, somente a União possui competência legislativa.**

**c) O crime de perigo de desastre ferroviário inadmite a modalidade culposa; já o crime de perigo de inundação, sim.**

**d) O crime de omissão de notificação de doença é próprio dos profissionais de saúde, médicos, enfermeiros e qualquer outro profissional que, por lei, esteja obrigado a comunicar.**

**e) A aplicação da pena prevista no artigo 273, do CP (falsificação de produto terapêutico), à hipótese prevista no parágrafo 1º-B (importação de medicamento sem registro sanitário), é inconstitucional, devendo ser aplicado, conforme decidido pelo Supremo Tribunal Federal, o preceito secundário do crime de tráfico de entorpecentes, previsto no artigo 33 da Lei de Drogas.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre os crimes contra a incolumidade pública.

A alternativa A está correta. O crime de exercício ilegal da medicina, arte dentária ou farmacêutica está previsto no art. 282 do Código Penal e pode ser praticado por qualquer pessoa que exerça essas profissões sem autorização legal. Contudo, a hipótese de "excesso nos limites da autorização concedida" configura uma modalidade própria, restrita aos médicos, dentistas ou farmacêuticos que ultrapassem os limites de sua atuação autorizada. Essa diferenciação está consolidada na doutrina.

A alternativa B está incorreta. O crime de infração de medida sanitária está previsto no art. 268 do Código Penal e é um tipo penal em branco, ou seja, sua complementação pode ser feita por atos normativos, como portarias, decretos ou leis estaduais e municipais, desde que no âmbito de suas competências específicas. Embora a União tenha competência legislativa em matéria penal, os Estados e Municípios podem estabelecer normas sanitárias para proteger a saúde pública, complementando o tipo penal.

A alternativa C está incorreta. Ambos os crimes de perigo mencionados estão previstos no art. 260 e art. 255 do Código Penal, respectivamente, e ambos admitem a forma culposa. A doutrina e a jurisprudência não excluem a possibilidade de configuração na modalidade culposa em situações de negligência ou imprudência que gerem os riscos descritos nos tipos penais.

A alternativa D está incorreta. O crime de omissão de notificação de doença está previsto no art. 269 do Código Penal e é um crime próprio de médicos que deixem de notificar à autoridade pública doença cuja notificação seja obrigatória. A lei não inclui outros profissionais de saúde, como enfermeiros, como sujeitos ativos desse tipo penal, tornando a afirmativa equivocada.

A alternativa E está incorreta. O STF declarou a inconstitucionalidade parcial da aplicação das penas do art. 273, caput, do Código Penal às hipóteses do § 1º-B (importação de medicamentos sem registro sanitário), considerando-as desproporcionais. Contudo, não determinou que a pena do art. 33 da Lei de Drogas seja aplicada automaticamente. O STF decidiu que, nesses casos, deve-se realizar uma readequação da pena com base nos princípios da proporcionalidade e individualização, mas a vinculação ao art. 33 da Lei de Drogas é uma interpretação equivocada.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra A, estando incorretas as alternativas B, C, D e E.

**QUESTÃO 32. Tendo em conta a recente decisão do Supremo Tribunal Federal, em julgamento de repercussão geral (Tema 506), a respeito do artigo 28 da Lei de Drogas, assinale a alternativa correta.**

**a) O artigo 28, que tipifica o crime de porte de drogas para uso pessoal, foi declarado inconstitucional, implicando descriminalização das condutas até então criminalizadas.**

**b) Embora o uso pessoal da maconha siga sendo considerado infração administrativa, até que seja editada lei regulamentando o procedimento para a imposição da sanção, ao sujeito flagrado não se aplicará qualquer medida.**

**c) A sanção eventualmente aplicada pela infração administrativa de porte para uso pessoal de drogas constará na ficha criminal, embora não gere reincidência.**

**d) A despeito da descriminalização do porte de maconha para uso próprio, a conduta continua sendo considerada infração administrativa, sujeitando o infrator a advertência, comparecimento obrigatório a curso educativo e prestação de serviço à comunidade.**



**e) A fim de diferenciar o usuário do traficante, estabeleceu-se como critério a quantidade de até 40 gramas de cannabis sativa ou 6 plantas fêmeas, o que, contudo, não é absoluto, tratando-se de presunção relativa.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre a constitucionalidade do porte de drogas para consumo pessoal.

A alternativa A está incorreta. Pois o STF não declarou inconstitucional o artigo 28 da Lei de Drogas como um todo. Até o momento, a decisão do STF restringe-se ao porte de maconha para uso pessoal, reconhecendo a descriminalização da conduta, mas o artigo permanece válido para outras drogas. Assim, a inconstitucionalidade não implica descriminalização total do porte de drogas.

A alternativa B está incorreta. Pois, após a decisão do STF sobre o porte de maconha para uso pessoal, a conduta não é considerada infração administrativa. A descriminalização exclui a aplicação de medidas previstas no art. 28 da Lei de Drogas. Não há necessidade de regulamentação específica para reconhecer a inaplicabilidade de sanções administrativas à conduta.

A alternativa C está incorreta. O art. 28 da Lei de Drogas estabelece medidas educativas (advertência, curso educativo e prestação de serviços à comunidade), que não possuem natureza criminal ou administrativa, mas sim caráter *sui generis*. Essas sanções não constam na ficha criminal e não geram reincidência, já que não se trata de condenação penal.

A alternativa D está incorreta. Pois, após a decisão do STF, o porte de maconha para uso pessoal não é considerado crime nem infração administrativa. Portanto, não há aplicação de qualquer medida ao sujeito flagrado com pequenas quantidades de maconha para uso próprio.

A alternativa E está correta. No julgamento do Tema 506, o STF indicou parâmetros para diferenciar usuários de traficantes, considerando quantidades de até 40 gramas de maconha ou 6 plantas fêmeas de *cannabis* como indicativas de uso pessoal. Contudo, tais critérios são presunções relativas, permitindo ao juiz analisar o caso concreto para determinar a finalidade da droga (uso ou tráfico).

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra E, estando incorretas as alternativas A, B, C e D.

**QUESTÃO 33. Tendo em conta as situações hipotéticas e considerando a jurisprudência dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa correta.**

**a) Tícia, por submeter a filha a intenso sofrimento físico como forma de castigo, incide no crime de tortura-castigo, previsto no artigo 1, do inciso II, da Lei nº 9.455/97, agravado pela circunstância de ter sido praticado em detrimento de descendente.**

**b) Mévia, mulher trans, vítima de violência praticada em âmbito doméstico, não está protegida pela Lei Maria da Penha, já que o critério estabelecido da definição de mulher é o biológico.**

c) Tício, por dirigir com a habilitação suspensa em decorrência de penalidade administrativa, incorre no crime de violar a suspensão para dirigir, previsto no artigo 307 do Código de Trânsito Brasileiro.

d) Tício, pelo crime de roubo praticado em detrimento de Caio, de 61 anos, será punido sem a incidência da agravante genérica, prevista no artigo 61, II, h, do CP, se restar comprovado que a condição de idoso da vítima em nada facilitou a prática delitiva.

e) Seprônio, tendo transportado substância considerada tóxica à saúde, em desacordo às exigências estabelecidas, sem que perícia ateste a periculosidade do produto, não incorrerá no crime previsto no artigo 56 da Lei nº 9.605/98.

## Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre crimes de tortura, violência doméstica, trânsito, crimes contra idosos e crimes ambientais.

A alternativa A está correta. O art. 1º, inciso II, da Lei nº 9.455/97 prevê o crime de tortura-castigo, que ocorre quando alguém infringe sofrimento físico ou mental como forma de aplicar castigo pessoal. Além disso, a prática do crime contra descendente é agravada, conforme o § 4º do art. 1º da Lei nº 9.455/97. A jurisprudência reconhece que submeter criança a intenso sofrimento físico, especialmente em relações parentais, configura esse crime.

A alternativa B está incorreta. O STF e o STJ já decidiram que a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) protege todas as mulheres, incluindo mulheres trans, independentemente de critério biológico, desde que identificadas com o gênero feminino. O objetivo da lei é proteger mulheres em situação de vulnerabilidade em decorrência de violência doméstica e familiar, independentemente de sua condição biológica.

A alternativa C está incorreta. O art. 307 do CTB prevê o crime de dirigir veículo automotor em via pública com a habilitação suspensa ou cassada, desde que o agente tenha ciência da penalidade. No entanto, a jurisprudência exige que a conduta envolva risco concreto à segurança viária para caracterizar o crime. Assim, dirigir com habilitação suspensa, sem risco efetivo, pode ser tratado apenas como infração administrativa, não configurando o delito.

A alternativa D está incorreta. O art. 61, II, h, do CP prevê a agravante genérica para crimes cometidos contra pessoas com mais de 60 anos, independentemente de a condição de idoso facilitar ou não o crime. A aplicabilidade da agravante não está condicionada ao fato de a idade ter facilitado o delito, bastando que a vítima seja idosa.

A alternativa E está incorreta. O crime previsto no art. 56 da Lei nº 9.605/98 (transportar substância perigosa de forma irregular) não exige, necessariamente, a comprovação da periculosidade específica do produto por meio de perícia. A simples violação das normas legais ou regulamentares, que colocam em risco a saúde pública ou o meio ambiente, é suficiente para caracterizar o delito.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra A, estando incorretas as alternativas B, C, D e E.

**QUESTÃO 34. Tendo em conta a Lei de Abuso de Autoridade, assinale a alternativa correta.**

**a) Tipifica como crime o cumprimento de mandado de busca e apreensão domiciliar após as 20 h ou antes das 06 h.**

**b) Prevê como pena restritiva de direito substitutiva da pena privativa de liberdade a suspensão do exercício do cargo, da função ou mandato pelo prazo de 1 (um) a 6 (seis) meses, sem receber vencimentos e vantagens.**

**c) Tipifica como crime a omissão de dados ou a divulgação de dados incompletos, ainda que por culpa, que implique desvio do curso da investigação ou**

**diligência.**

**d) Tipifica como crime a negativa de acesso a autos de investigação de infração penal e administrativa, excluídas as investigações para apurar infração civil.**

**e) Prevê como efeito da condenação a perda do cargo, do mandato ou da função pública, sendo automático no caso de reincidência em crime de abuso de autoridade.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre a lei de abuso de autoridade (Lei nº 13.869/2019).

A alternativa A está incorreta. Pois o art. 22 da Lei nº 13.869/2019 estabelece como crime cumprir mandado de busca e apreensão domiciliar após as 21h (vinte e uma horas) ou antes das 5h (cinco horas), salvo em casos de flagrante delito ou em outras exceções legais. Portanto, a alternativa erra ao indicar os horários como sendo "após as 20h ou antes das 6h", divergindo do texto legal. Além disso, para configurar o crime, é necessário que a conduta seja praticada com dolo específico, conforme o art. 1º, § 1º, da lei, ou seja, com a finalidade de prejudicar outrem ou beneficiar a si ou a terceiros.

A alternativa B está correta. O art. 5º da Lei nº 13.869/2019 prevê a possibilidade de substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos, incluindo a suspensão do exercício do cargo, da função ou do mandato pelo período de 1 a 6 meses, sem vencimentos e vantagens. Essa é uma das penas aplicáveis nos casos de condenação por abuso de autoridade.

A alternativa C está incorreta. A Lei de Abuso de Autoridade tipifica apenas condutas dolosas (realizadas com intenção), conforme o art. 1º, § 1º, que dispõe que só haverá crime de abuso de autoridade quando a conduta for praticada com dolo e com a finalidade de prejudicar outrem ou beneficiar a si ou a terceiros. Não há previsão para punição de atos culposos (sem intenção) na referida lei.

A alternativa D está incorreta. O art. 32 da Lei nº 13.869/2019 tipifica como crime negar ao interessado, ou ao seu defensor, acesso aos autos de investigação, independentemente da natureza da infração (penal, administrativa ou civil), salvo em casos de sigilo imprescindível à elucidação do fato ou no interesse da investigação. Portanto, a exclusão das infrações civis, como mencionada na alternativa, não procede.

A alternativa E está incorreta. O art. 4º da Lei nº 13.869/2019 prevê que a perda do cargo, mandato ou função pública, como efeito da condenação, só ocorre mediante decisão judicial fundamentada e não é automática, mesmo em caso de reincidência. Cabe ao juiz avaliar a necessidade de aplicar esse efeito específico, considerando as circunstâncias do caso concreto.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra B, estando incorretas as alternativas A, C, D e E.

### **35. A respeito do Estatuto da Pessoa Idosa e da Lei nº 9.099/95, é correto dizer que:**

**a) com exceção dos crimes que envolvam violência ou grave ameaça, todos os crimes previstos no Estatuto da Pessoa Idosa são de ação penal condicionada à representação.**

**b) o crime de abandonar pessoa idosa, previsto no artigo 98, será qualificado quando praticado por descendente ou por quem, por lei ou mandato, tenha o dever de prestar assistência.**

**c) o crime de omissão de socorro ao idoso, previsto no artigo 97 do Estatuto da Pessoa Idosa, diferentemente do crime de omissão de socorro previsto no Código Penal, somente se configura se, da omissão, resultar, ao menos, lesão corporal de natureza grave.**

**d) aos crimes previstos no Estatuto da Pessoa Idosa não se aplicam as escusas absolutórias, previstas no Código Penal, dos crimes patrimoniais.**

**e) os crimes apenados com pena privativa de liberdade máxima de até 4 anos, por expressa previsão legal, são de menor potencial ofensivo, aplicando-se a medida despenalizadora da composição civil, mas não a da transação penal.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre os crimes previstos no Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003) e sua relação com a Lei nº 9.099/95, que dispõe sobre os Juizados Especiais Criminais.

A alternativa A está incorreta. De forma geral, os crimes previstos no Estatuto da Pessoa Idosa são de ação penal pública incondicionada, ou seja, não dependem de representação para que o Ministério Público possa agir, mesmo que não envolvam violência ou grave ameaça. A exceção é para crimes cuja pena máxima não ultrapasse 4 anos e sejam de ação penal pública condicionada, mas isso não abrange "todos" os crimes da lei, como afirma a alternativa.

A alternativa B está incorreta. O art. 98 do Estatuto da Pessoa Idosa prevê o crime de abandonar pessoa idosa em situação de risco, mas não há qualificadora expressa no dispositivo legal que mencione o fato de o crime ser cometido por descendente ou por quem tenha dever legal de prestar assistência. Essas circunstâncias podem ser agravantes genéricas (art. 61 do Código Penal), mas não qualificadoras específicas desse crime.

A alternativa C está incorreta. O art. 97 do Estatuto da Pessoa Idosa tipifica o crime de omissão de socorro ao idoso sem exigir, como elemento do tipo, o resultado de lesão corporal grave. O dispositivo é semelhante ao crime de omissão de socorro do art. 135 do Código Penal, sendo suficiente o risco à saúde ou à integridade física do idoso para configurar o crime, independentemente de eventual resultado grave.

A alternativa D está correta. O art. 96 do Estatuto da Pessoa Idosa estabelece que não se aplicam aos crimes patrimoniais cometidos contra pessoa idosa as escusas absolutórias previstas no art. 181 do Código Penal, que isentam de pena os crimes cometidos em prejuízo de cônjuge, ascendente ou descendente. Dessa forma, o agente será punido independentemente de sua relação com a vítima.

A alternativa E está incorreta. De acordo com a Lei nº 9.099/95, os crimes com pena privativa de liberdade máxima de até 2 anos são considerados de menor potencial ofensivo, e não aqueles com penas de até 4 anos, como afirma a alternativa. Ademais, tanto a composição civil quanto a transação penal podem ser aplicadas nos crimes de menor potencial ofensivo, quando preenchidos os requisitos legais.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra D, estando incorretas as alternativas A, B, C e E.

**QUESTÃO 36. Sobre a lei de Execução Penal e tendo em conta a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta.**

**a) Caio, acusado de praticar fato definido como crime, no curso da execução penal, não terá reconhecida a falta grave, com a imposição de sanção administrativa respectiva antes de transitada em julgado a condenação criminal em processo de conhecimento.**

**b) Tícia, tendo reconhecida a prática de falta grave, será sancionada com revogação total do tempo remido.**

**c) Mévio, condenado pela prática de crime hediondo, sem resultado morte, reincidente não específico, tendo cumprido 40% da pena imposta, poderá progredir de regime.**

**d) Tícia, flagrada fugindo do estabelecimento prisional, no curso da execução penal, não terá reconhecida a falta grave correspondente sem que seja instaurado procedimento administrativo, não suprimindo a falta a realização de audiência de justificação.**

**e) Mévia, aprovada em concurso público, estando em livramento condicional, não poderá tomar posse no cargo, por não preencher os requisitos de gozo dos direitos políticos e quitação eleitoral, suspensos em razão de condenação transitada em julgado.**

**Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre a Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984).

A alternativa A está incorreta. A prática de falta grave pode ser reconhecida na execução penal com base em um procedimento administrativo disciplinar, independentemente do trânsito em julgado da

condenação no processo de conhecimento. O STF entende que o reconhecimento da falta grave não depende de uma condenação criminal definitiva, desde que seja assegurado o contraditório e a ampla defesa no procedimento administrativo.

A alternativa B está incorreta. O art. 127 da Lei de Execução Penal prevê que, em caso de prática de falta grave, o juiz poderá revogar até 1/3 do tempo remido, e não a totalidade. A revogação total do tempo remido é vedada pela legislação e pela jurisprudência consolidada do STF e do STJ.

A alternativa C está correta. O art. 112 da Lei de Execução Penal, alterado pela Lei nº 13.964/2019 (Pacote Anticrime), estabelece que, nos casos de crimes hediondos ou equiparados, sem resultado morte, a progressão de regime exige o cumprimento de 40% da pena quando o condenado for reincidente não específico. Portanto, Mévio atende aos requisitos legais para progredir de regime.

A alternativa D está incorreta. A prática de falta grave, como a fuga, deve ser apurada por meio de procedimento administrativo disciplinar, garantindo o contraditório e a ampla defesa. Contudo, a realização de audiência de justificação pode suprir a ausência do procedimento administrativo, conforme entendimento jurisprudencial do STF e do STJ.

A alternativa E está incorreta. O STF tem decidido que a suspensão dos direitos políticos não impede a posse em concurso público, desde que os requisitos constitucionais e legais do cargo sejam compatíveis com a situação do condenado em livramento condicional. Além disso, a quitação eleitoral pode ser regularizada, não constituindo impedimento absoluto.

**QUESTÃO 37. De acordo com a norma do artigo 10 do CPP, “o inquérito deverá terminar no prazo de 10 dias (...)”.**

**Em consonância com o regramento expresso do CPP, é correto afirmar que**

**a) nas ações penais públicas, o Ministério Público sempre poderá requerer a devolução do inquérito à autoridade policial.**

**b) são requisitos para que o delegado peça dilação do prazo: a necessidade de ulteriores diligências, o fato ser de difícil elucidação e a condição de solto do indiciado.**

**c) tal regra não admite exceção.**

**d) tal regra se aplica tanto a indiciados presos como soltos, tanto a ações penais públicas quanto a ações penais privadas.**

**e) o ofendido, ou seu representante legal, e o acusado poderão requerer qualquer diligência, que será realizada, ou não, a juízo da autoridade, hipótese em que o prazo de conclusão do inquérito fica automaticamente dilatado.**

**Comentários**



A banca apontou como gabarito a **alternativa B**. Todavia, embora tenha advertido para o “regramento expresso do CPP”, NÃO considerou o disposto expressamente no art. 3ºB, inciso VII, que prevê a possibilidade de prorrogação do IP para investigados presos.

Portanto, não é ‘um requisito para que o delegado peça dilação do prazo’ a condição de solto do indiciado. Está errada a alternativa B nesse ponto. Por outro lado, essa também foi a compreensão, em decisão vinculante do STF, das ADIs do Pacote Anticrime.

**QUESTÃO 38. Considere a seguinte situação hipotética: Maria é esposa de José, filha de Ana, mãe de Cristiano e irmã de Cleófas. Maria é querelante em queixa-crime e desaparece no curso do processo, sendo declarada ausente por decisão judicial.**

**Nesse cenário, de acordo com os artigos 31 e 36 do CPP,**

- a) se Cleófas e Cristiano quiserem prosseguir na ação penal, aquele tem preferência em relação a este.**
- b) extingue-se o direito de queixa.**
- c) se Cristiano e Ana quiserem prosseguir na ação penal, aquele tem preferência em relação a esta.**
- d) se Cristiano e José quiserem prosseguir na ação penal, aquele tem preferência em relação a este.**
- e) José tem preferência para prosseguir na ação penal.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre a possibilidade de continuidade da ação penal privada no caso de falecimento ou desaparecimento do querelante.

A alternativa A está incorreta. O art. 36 do CPP estabelece que, no caso de falecimento ou desaparecimento do querelante, o direito de prosseguir na ação penal segue a ordem de preferência: cônjuge, ascendente, descendente e irmão. Assim, Cristiano (descendente) tem preferência em relação a Cleófas (irmão), o que torna a afirmativa equivocada.

A alternativa B está incorreta. O desaparecimento ou morte do querelante não extingue automaticamente o direito de queixa, conforme prevê o art. 31 do CPP. Nesse caso, a ação penal pode ser continuada por pessoas legitimadas, respeitando a ordem de preferência estabelecida no art. 36 do CPP.

A alternativa C está incorreta. De acordo com o art. 36 do CPP, a ordem de preferência para prosseguir na ação penal é: cônjuge, ascendente, descendente e irmão. Como Ana (ascendente) tem preferência sobre Cristiano (descendente), essa alternativa contraria a ordem estabelecida no dispositivo legal.

A alternativa D está incorreta. Na ordem de preferência do art. 36 do CPP, o cônjuge (José) tem prioridade sobre o descendente (Cristiano) para prosseguir com a ação penal. Portanto, a afirmativa está errada ao inverter a ordem de preferência.

A alternativa E está correta. Conforme o art. 36 do CPP, a ordem de preferência para prosseguir na queixa-crime no caso de morte ou desaparecimento do querelante é: cônjuge, ascendente, descendente e irmão. Sendo José o cônjuge de Maria, ele tem preferência sobre os demais legitimados.

**QUESTÃO 39. Imagine que determinada infração penal se executou e consumou em singela embarcação que subia o Rio Paraíba do Sul e que navegava, portanto, do Estado do Rio de Janeiro para o Estado de São Paulo, não sendo possível identificar o Estado exato em que a infração se executou e se consumou, e também não sendo possível identificar em que porto a embarcação primeiro tocou depois do cometimento do crime.**

**Nesse caso, de acordo com o CPP, é correto afirmar que a competência para julgar a infração penal**

**a) fixar-se-á pela prevenção, podendo recair tanto sobre o Juízo de São Paulo como do Rio de Janeiro.**

**b) é do Juízo do Estado em que a embarcação está registrada, podendo recair tanto em São Paulo como no Rio de Janeiro.**

**c) é do Juízo da Capital da República, tendo em vista que se trata de curso d'água que atravessa dois Estados da Federação.**

**d) é do Juízo do Estado de origem da embarcação, ou seja, Rio de Janeiro.**

**e) é do Juízo do Estado que inicialmente figurava como destino da embarcação, ou seja, São Paulo.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre competência para julgamento.

A alternativa A está correta. De acordo com o art. 72, § 2º, do CPP, quando não for possível determinar o local da infração ou o local onde a embarcação primeiro tocou após o crime, a competência será fixada pela prevenção. Assim, o juízo competente será o daquele que primeiro tomar conhecimento do caso, podendo ser tanto de São Paulo quanto do Rio de Janeiro, dependendo de qual juízo atuar preventivamente.

A alternativa B está incorreta. O local de registro da embarcação não determina a competência para julgamento de infrações penais. A competência territorial é regulada pelas regras do art. 70 e seguintes do CPP, que não contemplam o registro da embarcação como critério para definição do juízo competente.

A alternativa C está incorreta. Não há previsão no CPP que determine que crimes cometidos em cursos d'água interestaduais sejam julgados pelo Juízo da Capital da República. A competência é fixada com base nas regras territoriais do Código, como o local da consumação, porto tocado pela embarcação ou prevenção, e não por uma regra especial ligada à localização do curso d'água.

A alternativa D está incorreta. O Estado de origem da embarcação não é critério estabelecido no CPP para fixação da competência territorial. A determinação do juízo competente deve seguir as regras do art. 72 do CPP, que priorizam o local da consumação, o porto tocado ou, na ausência de definição, a prevenção.

A alternativa E está incorreta. O destino da embarcação não é um critério para determinar a competência, de acordo com o CPP. A competência deve ser fixada com base nos critérios de territorialidade previstos nos artigos 70 e 72 do CPP, que não incluem o destino da embarcação como fator determinante.

**QUESTÃO 40. Considere a seguinte situação hipotética: Carlos, acusado em ação penal pública condicionada, arrolou como testemunha de defesa Roberto, seu sócio. Ocorre que, alguns dias antes da audiência, ambos se desentenderam por motivos alheios ao processo, e Carlos, imaginando que Roberto poderia prejudicá-lo em depoimento, desiste imotivadamente da oitiva por petição escrita, protocolada 24 horas antes da audiência.**

**Nesse contexto, o CPP expressamente prescreve que**

**a) o Ministério Público deve concordar com a desistência e, só então, esta será homologada se ao juiz parecer conveniente.**

**b) as demais partes devem se manifestar sobre a desistência, tendo em vista que, após arrolada, a testemunha não mais se vincula à parte que a arrolou, mas ao processo.**

**c) à parte não cabe o direito de desistir imotivadamente de testemunha arrolada no prazo indicado.**

**d) Carlos pode desistir do depoimento, mas, mesmo assim, se lhe parecer conveniente, o juiz pode ouvir a testemunha.**

**e) o Ministério Público deve se manifestar sobre a desistência e, só então, esta será homologada se ao juiz parecer conveniente.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre a desistência da oitiva de testemunha arrolada no processo penal

A alternativa A está incorreta. A desistência da oitiva de testemunha arrolada pela defesa ou pela acusação não depende da anuência do Ministério Público, sendo suficiente a manifestação da parte que a arrolou. Contudo, conforme o art. 209 do CPP, o juiz pode determinar a oitiva de qualquer pessoa que,

a seu critério, tenha informações úteis para o esclarecimento dos fatos, independentemente da desistência.

A alternativa B está incorreta. Embora as testemunhas sejam vinculadas ao processo e não apenas às partes, a desistência da oitiva de uma testemunha não exige a manifestação das demais partes, salvo se houver interesse direto destas na oitiva. O juiz, porém, tem discricionariedade para decidir pela oitiva da testemunha se considerar relevante ao deslinde da causa, mesmo que haja desistência.

A alternativa C está incorreta. O CPP não impede que a parte desista da oitiva de testemunha arrolada, mesmo que a desistência seja imotivada. Contudo, essa decisão não vincula o juiz, que pode determinar a oitiva se entender que a testemunha pode contribuir para a elucidação dos fatos, conforme o art. 209 do CPP.

A alternativa D está correta. De acordo com o art. 209 do CPP, o juiz tem poder discricionário para determinar a oitiva de qualquer pessoa que considere relevante para o esclarecimento dos fatos, independentemente da desistência por parte do réu ou da acusação. Assim, mesmo que Carlos tenha desistido da oitiva de Roberto, o juiz pode decidir ouvir a testemunha se entender que seu depoimento é importante para o processo.

A alternativa E está incorreta. A manifestação do Ministério Público sobre a desistência da testemunha não é necessária, pois a decisão cabe exclusivamente à parte que arrolou a testemunha. Contudo, o juiz tem o poder de decidir pela oitiva da testemunha com base na conveniência para o esclarecimento da causa, como previsto no art. 209 do CPP.

**QUESTÃO 41. De acordo com a norma do artigo 366 do CPP, se o acusado, citado por edital, não comparecer nem constituir advogado, decorrem duas consequências legais. O juiz tem, ainda, a prerrogativa de determinar duas providências.**

**Nesse contexto, é correto afirmar que são**

- a) consequências legais: a produção antecipada de provas e a prisão preventiva do acusado.**
- b) prerrogativas do juiz: determinar a produção antecipada de provas urgentes e decretar a prisão temporária do acusado.**
- c) prerrogativas do juiz: determinar a produção antecipada de provas urgentes e decretar a prisão preventiva do acusado.**
- d) consequências legais: a suspensão do processo e a interrupção do prazo prescricional.**
- e) prerrogativas do juiz: determinar a suspensão do processo e o curso do prazo prescricional.**

**Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre os efeitos e medidas previstas no art. 366 do Código de Processo Penal (CPP), que regula os procedimentos aplicáveis quando o acusado, citado por edital, não comparece nem constitui advogado.

A alternativa A está incorreta. As consequências legais previstas no art. 366 do CPP são: suspensão do processo e suspensão do prazo prescricional. A produção antecipada de provas urgentes não é uma consequência automática, mas uma medida facultativa que o juiz pode determinar se considerar necessário. A prisão preventiva não é mencionada como consequência legal no artigo.

A alternativa B está incorreta. O juiz pode determinar a produção antecipada de provas urgentes, mas não há previsão no art. 366 do CPP para decretação de prisão temporária do acusado como prerrogativa do magistrado. A prisão temporária, regulada pela Lei nº 7.960/1989, depende de outros requisitos e não é aplicável automaticamente no caso de citação por edital.

A alternativa C está correta. O art. 366 do CPP faculta ao juiz a adoção de duas medidas adicionais: (i) determinar a produção antecipada de provas consideradas urgentes e (ii) decretar a prisão preventiva, desde que preenchidos os requisitos do art. 312 do CPP (necessidade para garantir a ordem pública, econômica, conveniência da instrução criminal ou assegurar a aplicação da lei penal). Assim, ambas as prerrogativas são legítimas e estão previstas no dispositivo.

A alternativa D está incorreta. O art. 366 do CPP prevê a suspensão do processo e a suspensão do prazo prescricional, e não a interrupção do prazo prescricional. A interrupção e a suspensão possuem efeitos distintos no Direito Penal: enquanto a interrupção reinicia o prazo prescricional desde o início, a suspensão apenas paralisa sua contagem pelo período em que perdurar a suspensão.

A alternativa E está incorreta. A suspensão do processo e do prazo prescricional não são prerrogativas do juiz, mas sim consequências automáticas determinadas pelo art. 366 do CPP quando o acusado citado por edital não comparece nem constitui advogado. O juiz apenas declara tais efeitos, que são previstos expressamente em lei.

**QUESTÃO 42. Determina o artigo 89 da Lei nº 9.099/95: “nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano, abrangidas ou não por esta Lei, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo, por dois a quatro anos (...)”.**

**Assim, considere a seguinte situação hipotética: Cneu teve denúncia oferecida por crime praticado em situação de violência doméstica contra a mulher, que prevê pena de 1 a 2 anos de detenção ou multa. Nesse contexto, o órgão do Ministério Público negou-se a propor a suspensão condicional do processo, argumentando que a pena cominada é excedente à moldura legal da suspensão (por também haver previsão de multa no caso concreto) e que há vedação de suspensão do processo nos crimes cometidos em situação de violência doméstica contra a mulher.**

**Diante desse cenário, de acordo com o entendimento sumulado pelo TJRJ e texto das Leis nº 11.340/06 e 9.099/95, é correto afirmar que**

**a) ambas as justificativas são incorretas.**

**b) apenas a segunda justificativa é correta.**

**c) ambas as justificativas são corretas.**

**d) apenas a primeira justificativa é correta.**

**e) a proposta de suspensão deve ser feita após o recebimento da denúncia.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre a suspensão condicional do processo.

A alternativa A está incorreta. A primeira justificativa (de que a pena excede a moldura legal por haver previsão de multa) está equivocada, pois a pena de multa não impede a concessão da suspensão condicional do processo, desde que a pena mínima privativa de liberdade seja igual ou inferior a 1 ano, como prevê o art. 89 da Lei nº 9.099/95. Por outro lado, a segunda justificativa está correta, pois há vedação legal expressa à aplicação da suspensão condicional do processo nos crimes praticados em situação de violência doméstica contra a mulher, conforme entendimento consolidado no art. 41 da Lei Maria da Penha.

A alternativa B está correta. A segunda justificativa, que aponta a vedação da suspensão condicional do processo em crimes de violência doméstica contra a mulher, é correta. O art. 41 da Lei nº 11.340/06 estabelece que as disposições da Lei nº 9.099/95 não se aplicam aos crimes praticados em situação de violência doméstica e familiar contra a mulher. Já a primeira justificativa (que a previsão de multa impede a concessão) está incorreta, pois a pena de multa não afasta a possibilidade de suspensão condicional do processo, desde que a pena mínima privativa de liberdade seja igual ou inferior a 1 ano.

A alternativa C está incorreta. A primeira justificativa, que menciona que a pena cominada excede o limite em razão da previsão de multa, é equivocada. A pena de multa não interfere na análise da possibilidade de suspensão condicional do processo, conforme o art. 89 da Lei nº 9.099/95. A segunda justificativa, no entanto, está correta, pois a Lei Maria da Penha veda expressamente a aplicação do instituto aos crimes de violência doméstica contra a mulher.

A alternativa D está incorreta. A primeira justificativa é equivocada, pois a previsão de multa no caso concreto não impede a proposta de suspensão condicional do processo, desde que a pena mínima privativa de liberdade seja igual ou inferior a 1 ano. Já a segunda justificativa está correta, em razão da vedação expressa do art. 41 da Lei Maria da Penha.

A alternativa E está incorreta. O art. 89 da Lei nº 9.099/95 prevê que a proposta de suspensão condicional do processo deve ser feita no momento do oferecimento da denúncia, e não após seu recebimento. Portanto, essa afirmativa está em desacordo com o texto legal.

**QUESTÃO 43. Em caso de falta grave cometida por quem já teve reconhecida a remição, de acordo com a Lei nº 7.210/84 e entendimento do STF, é correto afirmar que**

**a) a coisa julgada material impede que seja revogado o tempo remido.**



**b) por se tratar a sentença de remição de coisa julgada formal, é possível a revogação de até 30 (trinta) dias do tempo remido.**

**c) o Juiz poderá revogar até 1/3 (um terço) do tempo de pena remido, sem limite máximo.**

**d) o artigo da Lei nº 7.210/84 que possibilita a revogação da remição por falta grave não foi recepcionado pela CR/88.**

**e) o Juiz poderá revogar até 1/3 (um terço) do tempo de pena remido, tendo por limite máximo 30 (trinta) dias.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre o instituto da remição de pena e das consequências da prática de falta grave pelo condenado que já tenha obtido tempo remido.

A alternativa A está incorreta. A decisão que reconhece a remição não constitui coisa julgada material, mas sim coisa julgada formal, conforme entendimento do STF e STJ. Isso significa que, caso o condenado cometa falta grave, é possível a revogação de até 1/3 do tempo remido, conforme o art. 127 da LEP. A coisa julgada material não se aplica a essa situação.

A alternativa B está incorreta. Embora seja correto afirmar que a decisão sobre a remição constitui coisa julgada formal, a revogação não está limitada a 30 dias. O art. 127 da LEP permite a revogação de até 1/3 do tempo remido, sem estabelecer um limite fixo em número de dias.

A alternativa C está correta. De acordo com o art. 127 da LEP, no caso de falta grave, o juiz pode revogar até 1/3 do tempo remido, sendo o limite proporcional ao total de dias remidos, sem qualquer limitação fixa em termos de dias. Essa regra é constitucional, como já decidiu o STF, e visa assegurar que a prática de falta grave tenha consequências no cumprimento da pena.

A alternativa D está incorreta. O STF já se manifestou no sentido de que o art. 127 da LEP foi recepcionado pela Constituição de 1988, pois a possibilidade de revogação parcial do tempo remido não viola direitos fundamentais. A norma busca garantir a disciplina e o bom comportamento durante o cumprimento da pena.

A alternativa E está incorreta. O art. 127 da LEP não estabelece um limite fixo de dias para a revogação do tempo remido. O limite é proporcional e corresponde a até 1/3 do total do tempo remido, independentemente do número absoluto de dias.

### **QUESTÃO 44. Assinale a alternativa que apresenta o entendimento sumulado pelo STJ.**

**a) O Juízo Federal competente para processar e julgar acusado de crime de uso de passaporte falso é o do lugar onde o delito se consumou.**

**b) Compete à Justiça Estadual processar e julgar Prefeito Municipal por desvio de verba sujeita a prestação de contas perante órgão federal.**

**c) A participação de membro do Ministério Público na fase investigatória criminal acarreta sua suspeição para o oferecimento da denúncia.**

**d) Ainda que a ação penal tenha sido instruída por inquérito policial, é necessária a resposta preliminar de que trata o artigo 514 do CPP.**

**e) A decisão que determina a produção antecipada de provas com base no artigo 366 do CPP não precisa ser concretamente fundamentada, justificando-a o mero decurso do tempo.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre súmulas do STJ.

A alternativa A está correta. De acordo com a Súmula 546 do STJ, o juízo federal competente para processar e julgar o crime de uso de passaporte falso é o do lugar onde o delito se consumou, ou seja, onde o documento falso foi efetivamente utilizado. Essa súmula reflete a aplicação do princípio da territorialidade e a competência definida pelo local de consumação do crime, nos termos do art. 70 do CPP.

A alternativa B está incorreta. De acordo com a Súmula 208 do STJ, compete à Justiça Federal processar e julgar prefeito municipal acusado de desviar verbas públicas sujeitas à prestação de contas perante órgão federal. A competência da Justiça Federal é determinada pela origem dos recursos e pela necessidade de fiscalização de recursos federais.

A alternativa C está incorreta. A Súmula 234 do STJ estabelece que a participação do membro do Ministério Público na fase investigatória não acarreta sua suspeição ou impedimento para o oferecimento da denúncia. O MP tem a atribuição de atuar tanto na fase investigativa quanto na processual, sem que isso comprometa sua imparcialidade.

A alternativa D está incorreta. De acordo com a Súmula 330 do STJ, a resposta preliminar prevista no art. 514 do CPP somente é obrigatória nos casos de ação penal contra funcionário público, quando a denúncia não for precedida de inquérito policial. Caso haja inquérito, não há necessidade de resposta preliminar.

A alternativa E está incorreta. A jurisprudência do STJ exige que a decisão judicial que determina a produção antecipada de provas seja concretamente fundamentada, demonstrando a urgência e a necessidade da medida. O mero decurso do tempo ou a suspensão do processo não justifica, por si só, a produção antecipada de provas.

**QUESTÃO 45. Leia o trecho a seguir, de “O Manifesto Republicano”, transcrito por Waldemar Martins Ferreira: No Brasil, antes ainda da ideia democrática, encarregou-se a natureza de estabelecer o princípio federativo. A topografia de nosso território, as zonas diversas em que ele se divide, os climas vários e as produções diferentes, as cordilheiras e as águas estavam indicando a necessidade de modelar a administração e o governo local acompanhando as próprias divisões criadas pela natureza física e impostas pela imensa superfície de nosso**

território. (Waldemar Martins Ferreira, História do Direito Constitucional Brasileiro. São Paulo, 1954).

Com base no trecho, na história e nas características do federalismo brasileiro, assinale a alternativa correta.

a) A Federação brasileira apresenta movimento pendular, oscilando entre momentos de maior concentração de recursos e competências na União, como após a primeira Constituição Republicana, e momentos de maior autonomia para os estados e municípios, como no período de vigência da Constituição de 1967.

b) O trecho faz menção à implantação da Federação no Brasil, ainda durante o período monárquico, como forma de lidar com a disputa política entre liberais e conservadores que se instalou durante o período do Segundo Império.

c) Com o advento da Constituição de 1891, os estados-membros passaram a ser considerados soberanos, outorgando-se a eles, por exemplo, o direito de regular o comércio interestadual e de celebrar convenções internacionais sem necessidade de obtenção de assentimento do Congresso Nacional.

d) Embora as Câmaras sediadas nas vilas e nas cidades coloniais frequentemente exercessem múltiplas atribuições políticas e administrativas, o município apenas passou a integrar o pacto federativo de jure com o advento da Constituição de 1988.

e) A Constituição de 1934, especialmente em virtude das pressões exercidas pelo movimento revolucionário de 1930, revigorou o princípio centralizador, representando forte golpe no liberalismo político e no reformismo econômico do período antecedente.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre a obra “O manifesto republicano”.

A alternativa A está incorreta. É correta em termos históricos, mas não reflete diretamente o trecho do Manifesto Republicano citado.

A alternativa B está incorreta. A implantação da Federação ocorreu após a proclamação da República, não durante o período monárquico.

A alternativa C está incorreta. A Constituição de 1891 conferiu autonomia aos estados, mas não a ponto de permitir a regulação do comércio interestadual e celebração de convenções internacionais sem aprovação do Congresso.

A alternativa D está correta. Este ponto é claramente refletido na história constitucional do Brasil e está em consonância com o trecho mencionado. A Constituição de 1988 formalizou a inclusão dos municípios no pacto federativo, reconhecendo sua autonomia e importância no federalismo brasileiro.

A alternativa E está incorreta. Não está diretamente relacionado ao trecho do Manifesto Republicano que destaca as divisões naturais do território.

**QUESTÃO 46. Considere o trecho:**

**A origem formal do constitucionalismo está ligada às Constituições escritas e rígidas dos Estados Unidos da América, em 1787, após a Independência das 13 Colônias, e da França, em 1791, a partir da Revolução Francesa (...). (Alexandre de Moraes, Direito Constitucional).**

**É correto afirmar que os documentos históricos referidos no trecho contemplam conjuntamente dois traços marcantes do constitucionalismo, quais sejam:**

- a) a preferência por normas rígidas em detrimento de Constituições predominantemente flexíveis ou mistas e o recurso às Constituições escritas, rebaixando-se as Constituições consuetudinárias a status de mero costume social, sem força normativa.**
- b) a referência ao modelo de ordenamento jurídico piramidal e hierárquico desenvolvido por Hans Kelsen e o estabelecimento de estrutura, organização e instituições políticas do Estado.**
- c) a compreensão da Constituição como uma decisão política fundamental, manifestada pela existência de um Estado forte e a transformação dos problemas econômicos e sociais em questões potencialmente políticas, conforme ensina Carl Schmitt.**
- d) o caráter revolucionário, que distingue a ruptura em relação a uma ordem jurídica preestabelecida pela outorga de uma nova Constituição, e a influência anticolonialista e liberal do movimento constitucionalista.**
- e) a estruturação, a organização e a previsão das instituições políticas do Estado e a limitação do poder estatal, por meio da previsão de direitos e garantias fundamentais, a serem respeitados por todos os cidadãos e todas as instituições.**

**Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre Constituições.

A alternativa A está incorreta. As constituições rígidas são difíceis aquelas difíceis de alterar, ao contrário das flexíveis que podem ser mudadas por meio de processos legislativos comuns. Entretanto, o que torna essa alternativa incorreta é que a limitação do poder estatal e a previsão de direitos e garantias fundamentais, são traços marcantes do constitucionalismo.

Ou seja, a preferência por normas rígidas e Constituições escritas refletiu a necessidade de assegurar estabilidade, clareza e formalização dos princípios fundamentais do Estado.

A alternativa B está incorreta. Primeiramente, Kelsen desenvolveu sua teoria no século XX, enquanto o trecho refere-se aos documentos históricos do século XVIII. Desse modo, não é diretamente relacionado aos documentos históricos dos EUA e da França mencionados no trecho.

A alternativa C está incorreta. Os documentos históricos de 1787 e 1791, que focam na limitação do poder estatal e na previsão de direitos fundamentais.

A alternativa D está incorreta. Embora as revoluções tenham sido importantes, a alternativa não aborda diretamente os traços do constitucionalismo, como a limitação do poder estatal e a previsão de direitos fundamentais.

A alternativa E está incorreta. Note que aqui aborda-se de forma completa e precisa os traços marcantes do constitucionalismo, como a estruturação do Estado e a limitação do poder estatal por meio de direitos e garantias fundamentais.

**QUESTÃO 47. Conforme J. J. Gomes Canotilho, o Direito Constitucional vale-se de princípios e regras interpretativos das normas constitucionais, a fim de se extrair, pela atividade do intérprete, o sentido da norma jurídica. Com base nesse contexto, assinale a alternativa que explica corretamente o princípio ou a regra citados.**

**a) Da máxima efetividade ou da eficiência: os órgãos encarregados da interpretação não podem chegar a uma posição que perturbe o esquema organizatório-funcional constitucionalmente estabelecido.**

**b) Do efeito integrador: exigem-se a coordenação e a combinação dos bens jurídicos em conflito de forma a evitar o sacrifício total de uns em relação aos outros.**

**c) Da justeza ou da conformidade funcional: entre as interpretações possíveis, deve ser adotada aquela que garanta maior eficácia, aplicabilidade e permanência das normas constitucionais.**

**d) Da unidade da Constituição: a interpretação constitucional deve ser realizada de maneira a evitar contradições entre suas normas.**

**e) Da concordância prática ou da harmonização: na resolução dos problemas jurídico-constitucionais, deverá ser dada maior primazia aos critérios favorecedores da integração política e social, bem como ao reforço da unidade política.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre princípios constitucionais.

A alternativa A está incorreta. A alternativa está incorreta porque não reflete o princípio da máxima efetividade. A descrição fornecida aqui está incorreta. Assim, podemos concluir que a definição correta seria que as normas constitucionais devem ser interpretadas de maneira a garantir sua máxima eficácia e aplicabilidade.

A alternativa B está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, o efeito integrador foca na unidade política e social, não na coordenação de bens jurídicos em conflito.

A alternativa C está incorreta. Veja que, pois, a descrição corresponde a outro princípio. A conformidade funcional garante que cada órgão atue nos limites de suas funções constitucionais.

A alternativa D está correta. O princípio da unidade da Constituição exige que a interpretação das normas constitucionais seja feita para garantir a coerência e a harmonia do sistema jurídico. Este princípio assegura que todas as disposições da Constituição sejam vistas na totalidade integrado.

Desse modo, podemos afirmar que essa alternativa reflete precisamente o princípio da unidade da Constituição, que visa evitar interpretações contraditórias e garantir a coesão interna das normas constitucionais.

A alternativa E está incorreta. A alternativa está incorreta porque descreve erroneamente o princípio da concordância prática.

**QUESTÃO 48. Os Estados-membros se auto-organizam por meio do exercício de seu poder constituinte, consubstanciando-se na edição das respectivas Constituições Estaduais e também por meio de sua própria legislação. Devem, porém, respeitar os princípios constitucionais sensíveis, princípios federais extensíveis e princípios constitucionais estabelecidos, conforme já decidiu o Supremo Tribunal Federal (STF – Pleno – Adin no 216/PB – Rel. Min. Celso de Mello; RTJ 146/388). A respeito desse tema, é correto afirmar:**

**a) os princípios constitucionais estabelecidos consistem em normas que se encontram topicamente delimitadas no texto da Constituição Federal, facilitando a sua identificação e referência nas Constituições Estaduais.**

**b) os princípios constitucionais sensíveis dividem-se nas normas de competência e nas normas de preordenação, sendo exemplo das primeiras a regra constitucional que estabelece o número de deputados estaduais nas respectivas assembleias.**

**c) os princípios constitucionais sensíveis são aqueles cuja inobservância pelos Estados-membros no exercício de suas competências legislativas ou administrativas pode acarretar a intervenção federal.**

**d) o exercício jurídico de auto-organização dos Estados-membros mediante edição das suas respectivas Constituições é revelador do chamado Poder Constituinte Reformador Derivado.**

**e) o princípio da simetria, que limita o poder constituinte dos Estados-membros no seu mister de auto-organização, refere-se ao dever de repetir, nas Constituições Estaduais, os mesmos enunciados da Constituição Federal.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre princípios constitucionais.

A alternativa A está incorreta. Os princípios constitucionais estabelecidos não se limitam a locais específicos na Constituição Federal, isto pois, abrangem diversos aspectos que devem ser respeitados pelos Estados. Ou seja, não estão delimitadas apenas em tópicos específicos do texto constitucional.



A alternativa B está incorreta. Ao contrário do que se extrai da alternativa, os princípios constitucionais sensíveis são aqueles cuja violação pode resultar em intervenção federal, e não são divididos em normas de competência e preordenação.

A alternativa C está correta. Princípios constitucionais sensíveis são realmente aqueles cuja violação pode levar à intervenção federal. Eles incluem a forma republicana, o sistema representativo, os direitos da pessoa humana, entre outros.

A alternativa D está incorreta. O poder constituinte reformador derivado refere-se ao poder de modificar a Constituição Federal, não à elaboração de Constituições Estaduais. A auto-organização dos Estados-membros revela o exercício do Poder Constituinte Estadual, que é autônomo, mas subordinado à Constituição Federal.

A alternativa E está incorreta. O princípio da simetria requer que as Constituições Estaduais mantenham uma estrutura similar à da Constituição Federal. Entretanto, isso não significa uma repetição literal de seus enunciados, o que torna essa alternativa incorreta.

**QUESTÃO 49.** João é empresário e atua no setor de construção civil. Em 2018, ele foi investigado e acusado pelo Ministério Público de participar de um esquema de corrupção envolvendo obras públicas em um município da Baixada Fluminense. Durante a investigação, foram levantadas provas, como documentos e depoimentos de testemunhas, que apontavam para a participação de João em um esquema de desvio de verbas públicas. Em 2020, João foi condenado, em primeira instância, a uma pena de 12 anos de reclusão por corrupção ativa e lavagem de dinheiro, tendo sido determinante para a sua condenação a não comprovação de origem lícita para recursos encontrados na sede da empresa na ocasião de cumprimento de mandado de busca e apreensão. O advogado de João recorreu da decisão, e o processo foi levado à segunda instância. No final de 2022, o Tribunal de Justiça confirmou a condenação de João, reduzindo a pena para 10 anos, mas mantendo os demais itens da condenação, como o reconhecimento da responsabilidade de João pelos fatos narrados na peça acusatória e a proibição de João atuar como administrador de empresa pelo período de cumprimento da condenação. Após essa decisão, o advogado de defesa de João entrou com recurso especial no Superior Tribunal de Justiça (STJ) e com recurso extraordinário no Supremo Tribunal Federal (STF), alegando a necessidade de revisão das provas e que João deveria aguardar esses recursos em liberdade, como manda o princípio da presunção de inocência até o trânsito em julgado. Com base na situação hipotética, na Constituição de 1988, nos tratados de direitos humanos de que o Brasil é signatário e na jurisprudência dos tribunais superiores, é correto afirmar:

a) o tratado internacional de direitos humanos conhecido por Pacto de San José da Costa Rica contém expressa exigência normativa que condiciona o início do cumprimento da pena ao trânsito em julgado da sentença condenatória.

b) o esquema organizatório-funcional estabelecido pelo legislador constituinte no tocante à persecução penal estatal garante aos juízes e tribunais de segundo grau, além dos tribunais superiores, a competência para analisar o conjunto probatório e decidir o mérito das causas penais.

c) o princípio da presunção de inocência não veda a alocação dinâmica do ônus da prova sobre a defesa quando se tratar de prova de difícil constituição pela acusação em virtude do seu caráter negativo (prova diabólica), sendo, porém, garantida a inviolabilidade do escritório da empresa, por ser este equiparado ao domicílio.

d) não há incompatibilidade entre o princípio da presunção de inocência e a possibilidade de execução provisória da pena após julgamento em segunda instância, sendo afastada, porém, a aplicação de outros efeitos da condenação, tais como a perda de cargo ou função pública e a perda da primariedade.

e) é constitucional a regra prevista no artigo 283 do Código de Processo Penal, no sentido de condicionar o início do cumprimento da pena ao trânsito em julgado do título condenatório, o que não afasta a supressão cautelar da liberdade, desde que presentes os pressupostos legais.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre o princípio da presunção de inocência.

A alternativa A está incorreta. Ainda que o pacto defenda a presunção de inocência, ele não contém uma exigência normativa expressa que condicione o início do cumprimento da pena exclusivamente ao trânsito em julgado. Desse modo, esta alternativa é incorreta.

A alternativa B está incorreta. O esquema de organização jurisdicional não se relaciona com o princípio da presunção de inocência. Embora correta em termos de competência de tribunais, essa alternativa não aborda a questão central sobre o início do cumprimento da pena e a presunção de inocência.

A alternativa C está incorreta. A alternativa está incorreta porque desvirtua o princípio da presunção de inocência, que coloca o ônus da prova sobre a acusação.

A alternativa D está incorreta. Esta alternativa está incorreta porque a jurisprudência atual do STF entende que a execução provisória da pena contraria o princípio da presunção de inocência, consoante os julgamentos das Ações Declaratórias de Constitucionalidade (ADC) 43, 44 e 54.

A alternativa E está correta. O art. 283 do Código de Processo Penal estabelece que ninguém pode ser preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, em decorrência de sentença condenatória transitada em julgado. Vejamos: “Art. 283. Ninguém poderá ser preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente, em decorrência de prisão cautelar ou em virtude de condenação criminal transitada em julgado. (Redação dada pela Lei nº 13.964, de 2019).”

**QUESTÃO 50.** Carlos nasceu na cidade de São Paulo em 1985 e é filho de mãe grega e pai francês, ambos jornalistas e vivendo no Brasil como correspondentes internacionais de agências de notícias estrangeiras. Em 2021, Carlos decidiu morar na França, onde abriu uma empresa de importação e exportação. Durante sua estadia na França, Carlos foi acusado pelas autoridades locais de envolvimento em uma fraude financeira, que envolvia empresas de vários países europeus. As autoridades francesas iniciaram uma investigação e emitiram um mandado de

prisão contra Carlos, alegando que ele cometeu crimes de falsidade ideológica, lavagem de dinheiro e evasão fiscal. Ciente do mandado de prisão, Carlos decidiu voltar imediatamente para o Brasil, onde ele tem residência fixa e grande parte de sua família vive. Ao retornar ao Brasil, Carlos continuou seus negócios e tentou retomar sua vida normalmente. Entretanto, em 2023, o governo francês formalizou um pedido de extradição ao Brasil, solicitando que Carlos fosse enviado de volta à França para ser julgado pelos supostos crimes cometidos em solo francês. Com base na situação hipotética e na Constituição de 1988, é correto afirmar:

a) caso Carlos, ao se mudar para a França, tenha solicitado o reconhecimento de sua nacionalidade francesa originária nos termos da lei francesa, então, poderá vir a ser autorizada a sua extradição, pois terá Carlos, nesse caso, perdido o direito à nacionalidade brasileira.

b) a existência de tratado bilateral assinado e ratificado entre o Brasil e a União Europeia, tratando do cumprimento de mandado internacional de prisão, autoriza o cumprimento do pedido de extradição diretamente por juiz de primeiro grau.

c) o brasileiro nato, quaisquer que sejam as circunstâncias e a natureza do delito, não pode ser extraditado, pelo Brasil, a pedido de Governo estrangeiro, pois a Constituição da República, em cláusula que não comporta exceção, impede, em caráter absoluto, a efetivação da entrega extradição daquele que é titular, seja pelo critério do jus soli, seja pelo critério do jus sanguinis, de nacionalidade brasileira primária ou originária.

d) por ser filho de pais estrangeiros domiciliados no Brasil por razões profissionais, Carlos não pode ser considerado brasileiro nato, o que autoriza a sua extradição para a França, país que tem competência para julgar o crime supostamente ocorrido no seu território.

e) caberá ao Superior Tribunal de Justiça julgar e processar em caráter originário o pedido de extradição formulado ao Brasil por governo estrangeiro, devendo analisar a presença dos requisitos legais e a conformidade do processo no exterior com as garantias constitucionais asseguradas no Brasil.

## Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre nacionalidade.

A alternativa A está incorreta. Ainda que o Carlos tenha solicitado a nacionalidade francesa, ele não perderia automaticamente a nacionalidade brasileira se o reconhecimento se der nos termos da lei francesa como uma nacionalidade originária (jus sanguinis).

A alternativa B está incorreta. Consoante o artigo 102, I, "g", da Constituição Federal, compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, a extradição solicitada por Estado estrangeiro. Ou seja, mesmo com a existência de tratado bilateral, o pedido de extradição deve ser analisado pelo Supremo Tribunal Federal, não por juiz de primeiro grau.

A alternativa C está correta. Carlos é brasileiro nato, ele não pode ser extraditado em nenhuma circunstância, conforme o artigo 5º, LI, da Constituição Federal.

A alternativa D está incorreta. A alternativa está incorreta, pois Carlos é considerado brasileiro nato, pois seus pais não estavam a serviço de seus respectivos países quando ele nasceu no Brasil. Portanto, ele não pode ser extraditado.

A alternativa E está incorreta. A competência para julgar e processar pedidos de extradição formulados por governos estrangeiros é do Supremo Tribunal Federal (STF), não do Superior Tribunal de Justiça (STJ), conforme o artigo 102, I, "g", da Constituição Federal.

**QUESTÃO 51. No estado X da Federação, devido ao crescente número de crimes relacionados a organizações criminosas, a Assembleia Legislativa aprovou uma lei estadual criando varas especializadas para julgar delitos praticados por essas organizações, como tráfico de drogas, extorsão e lavagem de dinheiro. Essas novas varas têm juízes com experiência em crimes complexos e equipes dedicadas exclusivamente ao combate ao crime organizado. Com base na situação hipotética e na Constituição Federal, é correto afirmar:**

**a) a lei estadual que cria vara especializada em razão da matéria pode, de forma objetiva e abstrata, impedir a redistribuição dos processos em curso, através de norma procedimental, que se afigura necessária para preservar a racionalidade da prestação jurisdicional e uma eficiente organização judiciária.**

**b) o crime de lavagem de dinheiro deve ser julgado por varas federais, como determina a Constituição, motivo pelo qual deve a lei ser considerada inconstitucional, em que pese a competência estadual para organização da sua Justiça.**

**c) os delitos cometidos por organizações criminosas não podem submeter-se ao juízo especializado criado por lei estadual, porquanto o tema é de organização judiciária, cuja previsão encontra-se fora do âmbito da competência dos Estados-membros.**

**d) o princípio do juiz natural é compatível com disposição que permita a delegação de atos de instrução ou execução a outro juízo, sem justificativa calcada na competência territorial ou funcional dos órgãos envolvidos, ante a proibição dos poderes de comissão e de avocação.**

**e) em caso de conexão dos crimes citados com o crime de homicídio doloso, deverá este ser julgado também pelas varas especializadas, posto que a competência constitucional do tribunal do júri não prevalece sobre a competência funcional, mas apenas sobre o foro por prerrogativa de função.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre competência.

A alternativa A está correta. A criação de varas especializadas pelos estados é uma forma de organização judiciária permitida pela Constituição Federal, nos termos do art.125, § 1º: "Art. 125. Os Estados organizarão sua Justiça, observados os princípios estabelecidos nesta Constituição. § 1º A competência dos tribunais será definida na Constituição do Estado, sendo a lei de organização judiciária de iniciativa do Tribunal de Justiça."

A alternativa B está incorreta. A Constituição não define especificamente a competência exclusiva da Justiça Federal para crimes de lavagem de dinheiro, tendo em vista a competência da Justiça Federal como residual da justiça estadual. As exceções vêm previstas expressamente. Aquelas que não estiverem previstas, portanto, como exceção, são da competência da justiça estadual. Vejamos o art. 7º, §1º da Lei 9.613/1998: “§ 1º A União e os Estados, no âmbito de suas competências, regulamentarão a forma de destinação dos bens, direitos e valores cuja perda houver sido declarada, assegurada, quanto aos processos de competência da Justiça Federal, a sua utilização pelos órgãos federais encarregados da prevenção, do combate, da ação penal e do julgamento dos crimes previstos nesta Lei, e, quanto aos processos de competência da Justiça Estadual, a preferência dos órgãos locais com idêntica função. (Incluído pela Lei nº 12.683, de 2012) Regulamento (Vide ADPF 569).” Esse parágrafo é um exemplo de como a legislação pode definir claramente as competências entre Justiça Federal e Estadual, reforçando a colaboração entre diferentes níveis de governo no combate ao crime organizado.

A alternativa C está incorreta. A organização judiciária é uma competência dos Estados-membros, que podem criar varas especializadas, consoante o art. 125 da Constituição Federal.

A alternativa D está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, segundo o princípio do juiz natural, exige que a competência seja previamente estabelecida e justificada pela competência territorial ou funcional dos órgãos envolvidos.

A alternativa E está incorreta. A competência do tribunal do júri é constitucional e prevalece sobre outras competências, exceto o foro por prerrogativa de função. Vejamos o art. 5º, XXXVIII, da CF: é reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurados: a) a plenitude de defesa; b) o sigilo das votações; c) a soberania dos veredictos; d) a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida;”

**QUESTÃO 52. Considere a frase: A intersecção entre controle de constitucionalidade e constituições rígidas é tão forte que, no Estado onde inexistir o controle, a Constituição será flexível, por mais que ela se denomine rígida, pois o Poder Constituinte ilimitado estará em mãos do legislador ordinário. Com base na frase transcrita e na teoria do Direito Constitucional, é correto afirmar, sobre o controle de constitucionalidade:**

**a) o controle concentrado de constitucionalidade brasileiro deriva do direito alemão, caracterizando-se pela previsão da “questão de inconstitucionalidade” (Richterklage), na qual os juízes e os tribunais detêm competência para a análise de constitucionalidade, mas a declaração de inconstitucionalidade cabe ao Tribunal Constitucional.**

**b) no sistema constitucional brasileiro, somente as normas constitucionais positivadas podem ser utilizadas como paradigma para a análise da constitucionalidade de leis ou atos normativos estatais (bloco de constitucionalidade).**

**c) a rigidez ou a flexibilidade de uma Constituição deriva de uma decisão fundamental do constituinte originário, que assim denomina a Constituição em seu texto, independentemente de outros requisitos, tais como a existência de procedimento formal para controle de constitucionalidade.**

**d) é constitucional a lei ordinária, decorrente de projeto de lei apresentado por deputado federal, aprovada para majoração do salário do funcionalismo público federal, desde que tenha contado com posterior sanção e promulgação pela Presidência da República.**

**e) não é possível o descumprimento de lei por parte de qualquer funcionário público do Poder Executivo sob a alegação de inconstitucionalidade, ainda que o Chefe do Poder Executivo respectivo assim tenha determinado formalmente, com base em parecer jurídico uniformizador.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre Teoria Geral do Direito Constitucional e na frase apresentada.

A alternativa A está incorreta. A "questão de inconstitucionalidade" (Richterklage) não é característica do sistema brasileiro. Contudo, no Brasil, o controle concentrado de constitucionalidade é inspirado no modelo austríaco, e não alemão. No Brasil, o sistema de controle concentrado de constitucionalidade foi adotado com a Emenda à Constituição de 1946, de 26 de novembro de 1965. Assim explica Othoniel Pinheiro Neto, em 1920, por meio da Constituição da Áustria, que o mundo conheceu o controle concentrado de constitucionalidade.

A alternativa B está correta. O conceito de "bloco de constitucionalidade" é utilizado para se referir ao conjunto de normas constitucionais que servem como parâmetro para o controle de constitucionalidade. No Brasil, esse bloco é composto pelas normas positivadas na Constituição.

A alternativa C está incorreta. A rigidez de uma Constituição não se dá apenas pela denominação em seu texto, mas também pela existência de procedimentos formais de alteração e mecanismos de controle de constitucionalidade.

A alternativa D está incorreta. O aumento de salário do funcionalismo público federal deve obedecer a iniciativa privativa do Presidente da República, consoante o art. 61, § 1º, II, "a", da CF.

A alternativa E está incorreta. A autoridade administrativa pode deixar de aplicar uma lei que considere inconstitucional, mas essa decisão está sujeita ao controle judicial (Pet 4656, Relator(a): Min. CÁRMEN LÚCIA, Tribunal Pleno, julgado em 19/12/2016, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-278 DIVULG 01-12-2017 PUBLIC 04-12-2017).

**QUESTÃO 53. Considere o trecho: É temerária qualquer expressão que denote "intervenção" do Estado no domínio econômico pois induz a crer que o Estado e a economia são coisas distintas, e que ao agir no domínio econômico o Estado o faz em um lugar que não lhe é próprio. Cremos que tal concepção de separação entre o econômico e o político não tem como subsistir. (Fernando Facury Scaff, A ilusão do livre mercado. Adaptado) Com base no trecho, na Constituição Federal e na jurisprudência dos tribunais superiores no Brasil, é correto afirmar, sobre a Ordem Econômica e Financeira no país:**

**a) o tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras que tenham sua sede e administração no País apenas se aplica às empresas**



brasileiras de capital nacional, isto é, às empresas cuja maioria do capital social votante seja detida por brasileiros.

b) em que pese a importância conferida pela Constituição de 1988 ao meio ambiente, é contrária à noção de uma ordem econômica fundada sobre a livre iniciativa e a igualdade à ideia de tratamento legal diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços.

c) compete à União exercer monopólio estatal sobre a pesquisa e lavra, o enriquecimento e o reprocessamento, a industrialização e o comércio de minérios nucleares e seus derivados, bem como a comercialização e a utilização de radioisótopos para a pesquisa e para usos médicos, agrícolas e industriais, cuja delegação ao setor privado mediante permissão é vedada.

d) a Constituição de 1988 reflete a tensão entre as diretrizes de um capitalismo liberal, consagrando os valores fundamentais desse sistema, com um intervencionismo sistemático e um dirigismo planificador, com elementos socializadores.

e) conforme decidido pelo Supremo Tribunal Federal, o reconhecimento do direito à usucapião especial urbana pode ser obstado por legislação infraconstitucional que estabeleça dimensão mínima para os lotes na área em que está situado o imóvel (módulo urbano).

## Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre a Ordem Econômica e Financeira no Brasil.

A alternativa A está incorreta. De acordo com o art. 170, IX da CF, a Constituição garante tratamento favorecido para micro e pequenas empresas, independentemente da composição do capital social, desde que sejam constituídas sob as leis brasileiras e tenham sede e administração no País.

A alternativa B está incorreta. A Constituição de 1988, no Art. 170, VI, estabelece que a defesa do meio ambiente deve ser considerada na ordem econômica, permitindo tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços.

A alternativa C está incorreta. A Constituição, no art. 21, XXIII, "b", estabelece que a União detém o monopólio sobre essas atividades, mas permite a delegação ao setor privado mediante permissão.

A alternativa D está correta. Conforme se compreende com a leitura do art. 170 da CF, verifica-se que a Constituição de 1988, de fato, combina elementos de livre iniciativa e de intervenção estatal na economia.

Veja que ela reconhece o papel do mercado, mas também estabelece diretrizes para a intervenção do Estado visando garantir a justiça social e o desenvolvimento econômico.

A alternativa E está incorreta. Consoante a Tese 815 do STF, entende-se que a legislação infraconstitucional não pode obstaculizar o direito à usucapião especial urbana, pois este direito é garantido constitucionalmente (art. 183 da Constituição Federal).



**QUESTÃO 54.** Com relação ao tema “Partidos Políticos”, assinale a alternativa correta.

- a) No mínimo dez por cento do total dos recursos do fundo partidário que cabe ao partido político deve ser destinado à criação e manutenção de instituto ou fundação de pesquisa e de doutrinação e educação política.
- b) O órgão nacional do partido político é responsável solidário pelo descumprimento de obrigações assumidas pelo órgão estadual, se este deixar de adimplir a obrigação assumida em dívida trabalhista.
- c) O partido político reunido em federação que não permanecer a ela filiado por, no mínimo, quatro anos, não poderá ingressar em outra federação, tampouco celebrar coligação nas 2 duas eleições seguintes e, até completar o prazo mínimo remanescente, não poderá utilizar o fundo partidário.
- d) O partido político que se encontra em fase de registro perante o Tribunal Superior Eleitoral pode reunir-se com outro partido político que tenha registro deferido pelo mencionado Tribunal, desde que ambos permaneçam federados por quatro anos e obedeçam ao estatuto do partido com registro definitivo durante esse período.
- e) Considera-se justa causa para a desfiliação partidária a mudança de partido efetuada durante o período de sessenta dias antecedentes ao prazo de filiação exigido em lei para concorrer à eleição, majoritária ou proporcional ao término do mandato vigente.

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre partidos políticos.

A alternativa A está incorreta. De acordo com o art. 44, IV, da Lei nº 9.096/1995 (Lei dos Partidos Políticos), pelo menos 20% dos recursos do fundo partidário devem ser destinados à criação e manutenção de instituto ou fundação de pesquisa e de doutrinação e educação política. Vejamos: “Art. 44. Os recursos oriundos do Fundo Partidário serão aplicados: IV - na criação e manutenção de instituto ou fundação de pesquisa e de doutrinação e educação política, sendo esta aplicação de, no mínimo, vinte por cento do total recebido.”

A alternativa B está incorreta. Não há previsão legal que estabeleça essa modalidade de responsabilidade.

A alternativa C está correta. De acordo com o art. 11-A, § 4º, da Lei nº 9.096/1995, o partido político que se desfiliar de uma federação antes de completar quatro anos não poderá ingressar em outra federação, celebrar coligações nas duas eleições seguintes e não poderá utilizar o fundo partidário até completar o prazo mínimo remanescente. Vejamos: “Art. 11-A. Dois ou mais partidos políticos poderão reunir-se em federação, a qual, após sua constituição e respectivo registro perante o Tribunal Superior Eleitoral, atuará como se fosse uma única agremiação partidária. (Incluído pela Lei nº 14.208, de 2021); § 4º O descumprimento do disposto no inciso II do § 3º deste artigo acarretará ao partido vedação de ingressar em federação, de celebrar coligação nas 2 (duas) eleições seguintes e, até completar o prazo mínimo remanescente, de utilizar o fundo partidário. (Incluído pela Lei nº 14.208, de 2021)”

Nesse sentido, vejamos o que prevê o §3º, II: “§ 3º A criação de federação obedecerá às seguintes regras: (Incluído pela Lei nº 14.208, de 2021) II – os partidos reunidos em federação deverão permanecer a ela filiados por, no mínimo, 4 (quatro) anos; (Incluído pela Lei nº 14.208, de 2021).”

A alternativa D está incorreta. Não há previsão legal que permita a reunião de partidos políticos em fase de registro com partidos que já tenham registro deferido pelo Tribunal Superior Eleitoral.

A alternativa E está incorreta. De acordo com o art. 22-A, parágrafo único, I a III, da Lei nº 9.096/1995, a justa causa para a desfiliação partidária inclui a mudança substancial ou desvio reiterado do programa partidário, grave discriminação política pessoal e mudança de partido durante a janela partidária. Vejamos: “Art. 22-A. Perderá o mandato o detentor de cargo eletivo que se desfiliar, sem justa causa, do partido pelo qual foi eleito. (Incluído pela Lei nº 13.165, de 2015) Parágrafo único. Consideram-se justa causa para a desfiliação partidária somente as seguintes hipóteses: (Incluído pela Lei nº 13.165, de 2015) I - mudança substancial ou desvio reiterado do programa partidário; (Incluído pela Lei nº 13.165, de 2015) II - grave discriminação política pessoal; e (Incluído pela Lei nº 13.165, de 2015) III - mudança de partido efetuada durante o período de trinta dias que antecede o prazo de filiação exigido em lei para concorrer à eleição, majoritária ou proporcional, ao término do mandato vigente”.

#### **QUESTÃO 55. Com relação aos sistemas eleitorais, é correto dizer que**

**a) nas eleições para senadores e para prefeitos em municípios com menos de 200 mil eleitores, é adotado o sistema majoritário, com maioria absoluta.**

**b) o quociente eleitoral é extraído do cálculo de divisão entre a quantidade de votos válidos e o número de cadeiras a serem obtidas. Se da divisão resultante do quociente eleitoral não resultar um número inteiro, deve ser desprezada a fração resultante.**

**c) a cláusula de desempenho individual decorre da exigência, aos candidatos registrados por um partido, para efeito de serem considerados eleitos, de obtenção de votos em número igual ou superior a 20% (vinte por cento) do quociente eleitoral, de acordo com o que o respectivo quociente partidário indicar, na ordem da votação nominal que cada um tenha recebido.**

**d) as sobras ou restos decorrem de uma operação aritmética, que permite a todos os partidos que concorreram ao pleito eleitoral participarem de nova distribuição das cadeiras restantes do legislativo e que não foram preenchidas na primeira operação de divisão do quociente eleitoral pelo quociente partidário.**

**e) os votos válidos são os votos em branco, da legenda partidária e de todos os candidatos, pois os votos nulos não entram na contagem.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre sistemas eleitorais.

A alternativa A está incorreta. Nas eleições para senadores e prefeitos em municípios com menos de 200 mil eleitores, é adotado o sistema majoritário simples, não sendo necessária a maioria absoluta (arts 28, 29, II e art. 77 da CF).

A alternativa B está incorreta. De acordo com o art. 106 do Código Eleitoral (Lei nº 4.737/1965), o quociente eleitoral é obtido dividindo-se o número de votos válidos pelo número de cadeiras a serem preenchidas.

A alternativa C está incorreta. A cláusula de desempenho individual, conforme o art. 108 do Código Eleitoral, estabelece que os candidatos devem obter, no mínimo, 10% do quociente eleitoral para serem eleitos.

A alternativa D está correta. As sobras ou restos são distribuídas entre todos os partidos que participaram do pleito, permitindo uma nova distribuição das cadeiras restantes que não foram preenchidas na primeira operação com base no quociente eleitoral (art. 109, Lei nº 4.737/1965).

A alternativa E está incorreta. Os votos válidos são aqueles atribuídos a candidatos ou legendas partidárias, excluindo votos em branco e nulos (art. 77, Lei nº 4.737/1965).

**QUESTÃO 56. Com relação ao processo eleitoral, assinale a alternativa correta.**

**a) Para concorrer às eleições, o candidato deverá possuir domicílio eleitoral na respectiva circunscrição, pelo prazo de um ano, e estar com a filiação deferida pelo partido por, no mínimo, seis meses.**

**b) O reconhecimento da fraude à cota de gênero acarretará na cassação do Demonstrativo de Regularidade de Atos Partidários da legenda e dos diplomas dos candidatos a ele vinculados, independentemente de prova de participação, ciência ou anuência deles, além da inelegibilidade daqueles que praticaram ou anuíram com a conduta e na nulidade dos votos obtidos pelo partido.**

**c) O registro de candidatura avulsa deve estar condicionado à anterior filiação partidária para efeito de deferimento e sem prejuízo dos demais requisitos do registro de candidatura.**

**d) O órgão nacional do partido deve requerer declaração liminar de nulidade da convenção partidária de nível inferior, caso o órgão regional venha a se opor, na deliberação sobre coligações, às diretrizes legitimamente estabelecidas pelo órgão de direção nacional, nos termos do respectivo estatuto.**

**e) Caberá a qualquer candidato a partido político, coligação ou ao Ministério Público, no prazo de 3 (três) dias, contados da publicação do pedido de registro do candidato, impugná-lo em petição fundamentada.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre cota de gênero nas eleições.

A alternativa B está correta. De acordo com o entendimento assentado na Súmula 73 do TSE, o reconhecimento da fraude à cota de gênero resulta na cassação do Demonstrativo de Regularidade de Atos Partidários da legenda e dos diplomas dos candidatos a ele vinculados, independentemente de prova de participação, ciência ou anuência deles, além da inelegibilidade daqueles que praticaram ou anuíram com a conduta e na nulidade dos votos obtidos pelo partido. Portanto, as demais alternativas estão incorretas.

**QUESTÃO 57. De acordo com a Lei nº 11.101/2005, são vedadas a conciliação e a mediação**

**a) nas fases pré-processual e processual de disputas entre os sócios e acionistas de sociedade em dificuldade ou em recuperação judicial.**

**b) na hipótese de haver créditos extraconcursais contra empresas em recuperação judicial durante período de vigência de estado de calamidade pública, a fim de permitir a continuidade da prestação de serviços essenciais.**

**c) em conflitos que envolvem concessionárias ou permissionárias de serviços públicos em recuperação judicial.**

**d) na hipótese de negociação de dívidas e respectivas formas de pagamento entre a empresa em dificuldade e seus credores, em caráter antecedente ao ajuizamento de pedido de recuperação judicial.**

**e) sobre a natureza jurídica e a classificação de créditos, bem como sobre critérios de votação em assembleia-geral de credores.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre a conciliação e a mediação segundo a Lei nº 11.101/2005.

A alternativa A está incorreta. A conciliação e a mediação podem ser utilizadas como mecanismos para resolver conflitos societários, inclusive em empresas em recuperação judicial, não havendo vedação pela Lei nº 11.101/2005 nesse sentido.

A alternativa B está incorreta. A Lei nº 11.101/2005 não menciona uma vedação específica à conciliação e mediação em casos de créditos extraconcursais contra empresas em recuperação judicial durante períodos de calamidade pública.

A alternativa C está incorreta. A Lei nº 11.101/2005 não faz uma vedação específica à conciliação e mediação para concessionárias ou permissionárias de serviços públicos em recuperação judicial.

A alternativa D está incorreta. A Lei nº 11.101/2005 não veda a conciliação e mediação na fase de negociação prévia de dívidas entre a empresa em dificuldade e seus credores.

A alternativa E está correta. De acordo com o art. 20-B, §2º da Lei nº 11.101/2005, é vedada a conciliação e a mediação sobre a natureza jurídica e a classificação de créditos, bem como sobre os critérios de votação em assembleia-geral de credores. A saber: “§ 2º São vedadas a conciliação e a mediação sobre a natureza jurídica e a classificação de créditos, bem como sobre critérios de votação em assembleia-geral de credores. (Incluído pela Lei nº 14.112, de 2020) (Vigência)”

**QUESTÃO 58. A empresa de Tício foi contratada pela empresa de Caio, uma pessoa não ligada a ele em virtude de mandato, de prestação de serviços ou por qualquer relação de dependência, obrigando-se a obter para a empresa de Caio um ou mais negócios, conforme as instruções recebidas. De acordo com os elementos trazidos pelo enunciado e a conceituação do Código Civil Brasileiro, o contrato celebrado entre essas empresas é um contrato de**

- a) Corretagem.
- b) Agência.
- c) Arredamento Mercantil.
- d) Distribuição.
- e) Comissão.

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre a definição de contratos no âmbito do Código Civil, de acordo com os elementos trazidos pelo caso narrado.

A alternativa A está correta. A questão aborda a definição de contratos de corretagem no Código Civil. Consoante o art. 722 do Código Civil, no contrato de corretagem, uma pessoa, não ligada a outra em virtude de mandato, de prestação de serviços ou por qualquer relação de dependência, obriga-se a obter para esta um ou mais negócios, conforme as instruções recebidas.

Esta descrição se encaixa perfeitamente com a situação descrita no enunciado, portanto, as demais alternativas estão incorretas.

**QUESTÃO 59. A empresa ALFA Ltda. pretende submeter em assembleia a fusão com a empresa BETA Ltda. Não há previsão a respeito do quórum de aprovação em seu contrato social e o capital social foi integralmente integralizado. Assim, para aprovação dessa proposta, a deliberação dos sócios, em primeira convocação da assembleia, deve ser aprovada por**

- a) unanimidade dos sócios.
- b) maioria de votos dos presentes.

**c) votos correspondentes a mais da metade do capital social.**

**d) votos correspondentes a 2/3 (dois terços) do capital social.**

**e) votos correspondentes a 2/3 (dois terços) dos presentes.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre o quórum necessário para a aprovação de uma fusão de empresas em uma assembleia de sócios.

A alternativa C está correta. De acordo com o art. 1.076, III, do Código Civil, salvo disposição em contrário no contrato social, a deliberação sobre fusão de empresas deve ser aprovada por votos correspondentes a MAIS DA METADE do capital social. Portanto, essa alternativa está correta, consoante previsão legal nesse sentido: “Art. 1.076. Ressalvado o disposto no art. 1.061, as deliberações dos sócios serão tomadas (Redação dada pela Lei nº 13.792, de 2019) III - pela maioria de votos dos presentes, nos demais casos previstos na lei ou no contrato, se este não exigir maioria mais elevada.

Portanto, sendo a alternativa correta a letra C, que trata da exigência de votos correspondentes a mais da metade do capital social para aprovar a fusão de empresas em primeira convocação da assembleia, consoante a previsão legal nesse sentido, as demais alternativas estão incorretas.

**QUESTÃO 60. Determinada sociedade inicia suas atividades sem a correta e adequada inscrição de seus atos constitutivos. Diante dessa situação hipotética, assinale a afirmação correta.**

**a) Enquanto não inscritos os atos constitutivos, aplicam-se à sociedade, subsidiariamente e no que com eles forem compatíveis, as normas da sociedade limitada.**

**b) Os sócios, nas relações entre si ou com terceiros, podem provar a existência da sociedade por quaisquer meios de prova.**

**c) Todos os sócios respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais, excluídos do benefício de ordem, havendo ou não contratado pela sociedade.**

**d) Os bens sociais respondem pelos atos de gestão praticados por qualquer dos sócios, não sendo válidos, perante terceiros, pactos limitativos de poderes.**

**e) Os bens e dívidas sociais constituem patrimônio especial, do qual os sócios são titulares em comum.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre situação de uma sociedade que inicia suas atividades sem a inscrição adequada de seus atos constitutivos e as consequências jurídicas dessa omissão.

A alternativa A está incorreta. O Código Civil não estabelece que as normas da sociedade limitada se aplicam subsidiariamente a uma sociedade que não inscreveu corretamente seus atos constitutivos. Ou seja, não há base legal no Código Civil que estabeleça que normas da sociedade limitada se aplicam subsidiariamente a uma sociedade que não inscreveu corretamente seus atos constitutivos.

A alternativa B está incorreta. A prova da existência da sociedade, nas relações entre sócios ou com terceiros, depende da correta inscrição dos atos constitutivos (art. 987, CC).

A alternativa C está incorreta. No caso de sociedade em comum, os sócios respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais, conforme o art. 990 do Código Civil. No entanto, a exclusão do benefício de ordem não é uma regra geral, dependendo do tipo de sociedade e da situação específica.

A alternativa D está incorreta. Os pactos limitativos de poderes são válidos perante terceiros, desde que devidamente registrados, sendo ineficaz em relação a terceiros qualquer pacto separado, contrário ao disposto no instrumento do contrato, conforme se extrai do art. 997, parágrafo único do Código Civil.

A alternativa E está correta. De acordo com o art. 986 do Código Civil, se os atos constitutivos não forem inscritos, a sociedade será considerada uma sociedade em comum, onde os bens e dívidas sociais formam um patrimônio especial do qual os sócios são titulares em comum, respondendo solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais. A saber: “Art. 986. Enquanto não inscritos os atos constitutivos, reger-se-á a sociedade, exceto por ações em organização, pelo disposto neste Capítulo, observadas, subsidiariamente e no que com ele forem compatíveis, as normas da sociedade simples.”

#### **QUESTÃO 61. Sobre a liquidação extrajudicial da instituição financeira, é correto afirmar que:**

- a) a liquidação extrajudicial da instituição financeira não poderá ser decretada de ex officio.**
- b) a liquidação extrajudicial de instituição financeira será encerrada por decisão do Banco Central do Brasil no caso de pagamento de 75% (setenta e cinco por cento) dos credores quirografários.**
- c) a decretação da liquidação extrajudicial produzirá, de imediato, o atendimento das cláusulas penais dos contratos unilaterais vencidos em virtude de sua decretação.**
- d) com prévia e expressa autorização do Banco Central do Brasil, poderá o liquidante, em benefício da massa, ultimar os negócios pendentes e, a qualquer tempo, onerar ou alienar seus bens, neste último caso através de licitações.**
- e) os credores serão notificados, por escrito, da decisão do liquidante, os quais, a contar da data do recebimento da notificação, terão o prazo de trinta dias para recorrer, ao Banco Central do Brasil, do ato que lhes pareça desfavorável.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre as disposições legais relativas à liquidação extrajudicial de instituições financeiras no Brasil, conforme estabelecido na Lei nº 6.024/1974.



A alternativa A está incorreta. Na hipótese do art. 44 da Lei nº 6.024/1974, o Banco Central do Brasil pode decretar a liquidação extrajudicial de ofício, conforme o parágrafo único do referido artigo.

A alternativa B está incorreta. Não há previsão na legislação que determine o encerramento da liquidação extrajudicial com o pagamento de 75% dos credores quirografários.

A alternativa C está incorreta. A liquidação extrajudicial não implica o atendimento imediato de cláusulas penais de contratos unilaterais.

A alternativa D está correta. De acordo com o art. 16, §1º da Lei nº 6.024/1974, o liquidante, com prévia e expressa autorização do Banco Central do Brasil, pode ultimar os negócios pendentes e alienar ou onerar bens da instituição financeira em liquidação, em benefício da massa falida, devendo fazê-lo através de licitações: “§ 1º Com prévia e expressa autorização do Banco Central do Brasil, poderá o liquidante, em benefício da massa, ultimar os negócios pendentes e, a qualquer tempo, onerar ou alienar seus bens, neste último caso através de licitações.”

A alternativa E está incorreta. Não há previsão específica na Lei nº 6.024/1974 sobre a notificação por escrito aos credores e o prazo de trinta dias para recorrer ao Banco Central do Brasil.

**QUESTÃO 62. A Lei no 9.279, de 14 de maio de 1996, regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, dentre outras disposições. De acordo com o referido normativo,**

**a) o contrato de licença de uso de uma marca produz efeitos perante terceiros a partir da celebração do negócio.**

**b) a marca de certificação não se confunde com a marca do produto, estando aquela adstrita à compatibilidade do produto ou serviço com determinadas normas ou especificações técnicas.**

**c) a proteção de uma marca não está condicionada a prévio registro, ainda que não seja notoriamente conhecida em seu ramo de atividade.**

**d) para que tenha validade, a prorrogação do registro da marca deve ser formalizada até o termo final da vigência do registro.**

**e) a declaração de nulidade do registro de marca pode ser total ou parcial, gerando efeitos desde a data de deferimento do pedido de registro.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre direitos e obrigações relativos à propriedade industrial.

A alternativa A está incorreta. O contrato de licença de uso de marca só produz efeitos em relação a terceiros após a averbação no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), conforme o art. 140 da Lei nº 9.279/1996: “Art. 140. O contrato de licença deverá ser averbado no INPI para que produza efeitos em relação a terceiros.”

A alternativa B está correta. Conforme o art. 123, II, da Lei nº 9.279/1996, a marca de certificação é usada para atestar a conformidade do produto ou serviço com determinadas normas ou especificações técnicas. Vejamos: “II - marca de certificação: aquela usada para atestar a conformidade de um produto ou serviço com determinadas normas ou especificações técnicas, notadamente quanto à qualidade, natureza, material utilizado e metodologia empregada”

A alternativa C está incorreta. De acordo com o art. 129 da Lei nº 9.279/1996, a propriedade da marca se adquire pelo registro validamente expedido, sendo que a proteção da marca depende de seu prévio registro, exceto para marcas notoriamente conhecidas.

A alternativa D está incorreta. Conforme se extrai do art. 133, §2º da Lei nº 9.279/1996, o pedido de prorrogação do registro da marca deve ser feito durante os últimos seis meses de vigência do registro, podendo ser feito em até seis meses após o termo final mediante pagamento de uma taxa adicional. Vejamos: “§ 2º Se o pedido de prorrogação não tiver sido efetuado até o termo final da vigência do registro, o titular poderá fazê-lo nos 6 (seis) meses subseqüentes, mediante o pagamento de retribuição adicional.”

A alternativa E está incorreta. De acordo com os art. 168 e 169 da Lei nº 9.279/1996, a nulidade do registro pode ser declarada total ou parcialmente, sendo seus efeitos retroativos à data do pedido de registro.

**QUESTÃO 63. Acerca da vigência da legislação tributária, conforme prevê o Código Tributário Nacional, salvo disposição em contrário, entram em vigor:**

**a) os convênios que entre si celebrem a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, na data neles prevista.**

**b) as decisões dos órgãos coletivos de jurisdição administrativa, a que a lei atribua eficácia normativa; 20 (vinte) dias após a data da sua publicação.**

**c) os convênios que entre si celebrem a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, na data de sua assinatura.**

**d) os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas, 30 (trinta) dias após a data da sua publicação.**

**e) as decisões dos órgãos singulares de jurisdição administrativa, a que a lei atribua eficácia normativa; 15 (quinze) dias após a data da sua publicação.**

**Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão aborda o tema Vigência da Legislação Tributária.

A alternativa A está correta conforme art. 103 do CTN: “Salvo disposição em contrário, entram em vigor: III - os convênios a que se refere o inciso IV do art. 100, na data neles prevista”.

A alternativa B está incorreta pois o prazo é de trinta dias e não vinte, conforme art. 103 do CTN: “Salvo disposição em contrário, entram em vigor: II - as decisões a que se refere o inciso II do art. 100, quanto a seus efeitos normativos, 30 (trinta) dias após a data da sua publicação;”.

A alternativa C está incorreta, pois os convênios entram em vigor na data neles prevista, conforme comentários à alternativa A.

A alternativa D está incorreta pois os atos normativos entram em vigor na data da sua publicação, conforme art. 103 do CTN: “Salvo disposição em contrário, entram em vigor: I - os atos administrativos a que se refere o inciso I do art. 100, na data da sua publicação;”

A alternativa E está incorreta pois o prazo é de trinta dias e não quinze, conforme comentários à alternativa B.

**QUESTÃO 64. A Câmara Legislativa de determinado Município pretende alterar a base de cálculo do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU e do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN.**

**Sobre esse tema, é correto afirmar que**

**a) tanto o aumento do IPTU quanto do ISSQN deverão observar o princípio da anterioridade anual e nonagesimal.**

**b) os aumentos do IPTU e do ISSQN devem observar o princípio na anterioridade nonagesimal, porém o aumento do IPTU está exceptuado da aplicação do princípio da anterioridade anual.**

**c) ambos os aumentos deverão observar o princípio da anterioridade anual, porém são exceções à aplicação do princípio da anterioridade nonagesimal.**

**d) tanto o aumento do IPTU quanto do ISSQN deverão observar o princípio da anterioridade nonagesimal, porém são exceções à aplicação do princípio da anterioridade anual.**

**e) os aumentos do IPTU e do ISSQN devem observar o princípio na anterioridade anual, porém o aumento do IPTU está exceptuado da aplicação do princípio da anterioridade nonagesimal.**

**Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**. A questão aborda o tema limitações do poder de tributar.

A alternativa A está incorreta, pois a alteração da base de cálculo do IPTU não está sujeita ao princípio da anterioridade nonagesimal conforme art. 150, III, c c/c § 1º, da CF: “Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: III - cobrar tributos: c) antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, observado o disposto na alínea b;” c/c “§ 1º A vedação do inciso III, b, não se aplica aos tributos previstos nos arts. 148, I, 153, I, II, IV e V; e 154, II; e a vedação do inciso III,

c, não se aplica aos tributos previstos nos arts. 148, I, 153, I, II, III e V; e 154, II, nem à fixação da base de cálculo dos impostos previstos nos arts. 155, III, e 156, I”.

A alternativa B está incorreta por dois motivos. Primeiro, o aumento da base de cálculo do IPTU não precisa respeitar a anterioridade nonagesimal, conforme comentários à alternativa A. Segundo, o aumento da base de cálculo do IPTU está sujeito à anterioridade anual, pois o parágrafo primeiro do artigo 150 da CF determina que a fixação da base de cálculo não estará sujeita ao princípio da anterioridade nonagesimal, conforme comentários à alternativa A.

A alternativa C está incorreta pois não há dispositivo constitucional que excepcione a fixação da base de cálculo do ISSQN da aplicação do princípio da anterioridade nonagesimal.

A alternativa D está incorreta por dois motivos. Primeiro, o aumento da base de cálculo do IPTU não precisa respeitar a anterioridade nonagesimal, conforme comentários à alternativa A. Segundo, não há dispositivo constitucional que excepcione os tributos da aplicação da anterioridade anual estabelecida pelo art. 150, III, b: “Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: III - cobrar tributos: b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou;”.

A alternativa E está correta, pois os aumentos do IPTU e do ISSQN devem observar o princípio da anterioridade anual, conforme comentários à alternativa D, porém o aumento do IPTU está excetuado da aplicação do princípio da anterioridade nonagesimal, conforme comentários à alternativa A.

#### **QUESTÃO 65. Assinale a alternativa correta sobre a interpretação e integração da Legislação Tributária.**

**a) O emprego da equidade poderá resultar na dispensa do pagamento de tributo devido.**

**b) O emprego da analogia poderá resultar na exigência de tributo não previsto em lei.**

**c) A lei tributária não pode alterar a definição, o conteúdo e o alcance de institutos, conceitos e formas de direito privado, utilizados, expressa ou implicitamente, pela Constituição Federal para definir ou limitar competências tributárias.**

**d) Interpreta-se por analogia a legislação tributária que disponha sobre dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias.**

**e) Os princípios gerais de direito público e privado utilizam-se para pesquisa da definição, do conteúdo e do alcance de seus institutos, conceitos e formas, bem como para definição dos respectivos efeitos tributários.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A questão aborda o tema Interpretação e Integração da Legislação Tributária.

A alternativa A está incorreta, pois o emprego da equidade não poderá resultar na dispensa do pagamento de tributo devido, conforme art. 108, § 2º, do CTN: “O emprego da equidade não poderá resultar na dispensa do pagamento de tributo devido”.

A alternativa B está incorreta, pois o emprego da analogia não poderá resultar na exigência de tributo não previsto em lei, conforme art. 108, § 1º, do CTN: “O emprego da analogia não poderá resultar na exigência de tributo não previsto em lei”.

A alternativa C está correta, conforme art. 110 do CTN: “A lei tributária não pode alterar a definição, o conteúdo e o alcance de institutos, conceitos e formas de direito privado, utilizados, expressa ou implicitamente, pela Constituição Federal, pelas Constituições dos Estados, ou pelas Leis Orgânicas do Distrito Federal ou dos Municípios, para definir ou limitar competências tributárias”.

A alternativa D está incorreta pois interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias, conforme art. 111 do CTN: “Interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre: III - dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias”.

A alternativa E está incorreta pois apenas os princípios gerais de direito privado são utilizados para pesquisa da definição, do conteúdo e do alcance de seus institutos, conceitos e formas, ademais, os princípios de direito privado não serão utilizados para definição dos respectivos efeitos tributários, conforme art. 109 do CTN: “Os princípios gerais de direito privado utilizam-se para pesquisa da definição, do conteúdo e do alcance de seus institutos, conceitos e formas, mas não para definição dos respectivos efeitos tributários”.

**QUESTÃO 66. Acerca do princípio do desenvolvimento sustentável, originado no início da década de 1970 com o Relatório Meadows, afirma-se que:**

**a) no campo conceitual, o Relatório Brundtland estabeleceu que o desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a definição dos investimentos e a mudança institucional se harmonizam com passado e presente, para atender às necessidades humanas atuais.**

**b) na Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente, de 1990, a expressão “desenvolvimento sustentável” passa a ser utilizada para incluir a proteção do meio ambiente no desenvolvimento social e político, para as gerações contemporâneas.**

**c) as dimensões do desenvolvimento sustentável, nos termos dos objetivos do desenvolvimento sustentável, são voltadas ao equilíbrio dos aspectos gestão de conflitos das cidades, ambiental e socioeducacional.**

**d) os objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS) são, segundo a declaração Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030, integrados e indivisíveis.**

**e) a Conferência de Estocolmo sobre Meio Ambiente, realizada em 1971, cujos estudos preliminares foram pelo Relatório influenciados, notabilizou-se por prever os conceitos “meio**

**ambiente” e “desenvolvimento” de forma antagônica, para compatibilizar a necessidade de proteger o ambiente no interesse de todos.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**. A questão exige do candidato conhecimento acerca.

A alternativa A está incorreta. O Relatório Brundtland, também conhecido como Nosso Futuro Comum, define o desenvolvimento sustentável como o que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras

A alternativa B está incorreta. A declaração do rio é de 1992 e visa a discussão sobre as medidas para o desenvolvimento sustentável a fim de assegurar o meio ambiente sustentável para as futuras gerações.

A alternativa C está incorreta. As três dimensões do desenvolvimento sustentável são a econômica, a social e a ambiental. Essas dimensões são conhecidas como o tripé da sustentabilidade e são fundamentais para alcançar um desenvolvimento sustentável.

A alternativa D está correta. Os ODS são integrados e indivisíveis e equilibram as três dimensões do desenvolvimento sustentável: econômica, social e ambiental. Eles estimularão a ação para os próximos anos em áreas de importância crucial para a humanidade e para o planeta e abrangem um conjunto mais amplo de temas que os ODM no que diz respeito à saúde. O ODS 3, por exemplo, visa assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades. Abrange os principais temas de saúde, incluindo saúde reprodutiva, materna, neonatal e infantil, doenças infecciosas, doenças crônicas não transmissíveis, saúde mental, acidentes de trânsito, cobertura universal de saúde, saúde ambiental e fortalecimento dos sistemas de saúde (disponível em <https://www.paho.org/pt/topicos/agenda-para-desenvolvimento-sustentavel#:~:te%C3%A3o%20e%20a%20pobreza>, acesso em 14.01.2025).

A alternativa E está incorreta. Meio ambiente” e “desenvolvimento” devem ser interpretados de forma convergente, para compatibilizar a necessidade de proteger o ambiente no interesse de todos e garantir o desenvolvimento sustentável.

**QUESTÃO 67. Sobre as obrigações ambientais e a responsabilidade civil por danos ao meio ambiente, conforme a jurisprudência consolidada do STJ e STF, assinale a alternativa correta.**

**a) A responsabilidade civil da Administração Pública por danos ao meio ambiente, decorrente de sua omissão no dever de fiscalização, é de caráter solidário, não havendo preferência na execução.**

**b) A pretensão de reparação civil, por danos morais ou materiais, em razão de danos ambientais, não está sujeita à prescrição.**

**c) O princípio do poluidor-pagador não admite a responsabilidade objetiva, devendo-se comprovar dolo ou culpa do agente causador do dano ambiental.**

**d) Quanto ao dano ambiental, não é admitida a condenação do réu à obrigação de fazer ou à de não fazer cumulada com a de indenizar.**

**e) As obrigações ambientais têm caráter pessoal (intransmissível), não podendo ser exigidas do novo proprietário de um imóvel que tenha sido danificado pelo proprietário anterior.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**. A questão exige do candidato conhecimento acerca do entendimento dominante dos tribunais superiores acerca do meio ambiente.

A alternativa A está incorreta. De acordo com a Súmula 652 do STJ: A responsabilidade civil da Administração Pública por danos ao meio ambiente, decorrente de sua omissão no dever de fiscalização, é de caráter solidário, mas de execução subsidiária.

A alternativa B está correta. De acordo com o entendimento do STF em sede de Repercussão Geral: É imprescritível a pretensão de ressarcimento ao erário decorrente da exploração irregular do patrimônio mineral da União, porquanto indissociável do dano ambiental causado. STF. Plenário. RE 1.427.694/SC, Rel. Min. Rosa Weber, julgado em 01/09/2023 (Repercussão Geral – Tema 1268) (Info 1106).

A alternativa C está incorreta. Em caso de dano ambiental, a responsabilidade civil é objetiva, na modalidade do risco integral, de forma que não são admitidas excludentes de responsabilidade, tais como o caso fortuito, a força maior, fato de terceiro ou culpa exclusiva da vítima.

A alternativa D está incorreta. Nos termos da Súmula 629 do STJ: Quanto ao dano ambiental, é admitida a condenação do réu à obrigação de fazer ou à de não fazer cumulada com a de indenizar.

A alternativa E está incorreta. Consoante ao entendimento do STJ em recursos repetitivos, “As obrigações ambientais possuem natureza propter rem, sendo possível exigi-las, à escolha do credor, do proprietário ou possuidor atual, de qualquer dos anteriores, ou de ambos, ficando isento de responsabilidade o alienante cujo direito real tenha cessado antes da causação do dano, desde que para ele não tenha concorrido, direta ou indiretamente” (STJ, Tema 1204, REsp 1953359).

**QUESTÃO 68. Em um município, o Secretário de Saúde, ao assumir o cargo, encontra o sistema de distribuição de medicamentos básicos em colapso, com estoques praticamente zerados e contratos com fornecedores irregulares ou vencidos. Diante dessa situação, o gestor decide tomar medidas emergenciais, como firmar contratos temporários com fornecedores locais, sem a realização de licitação, visando atender à demanda imediata da população por medicamentos essenciais, como antibióticos e analgésicos. Após uma representação formulada por um cidadão, o Ministério Público ingressa com ação por improbidade administrativa contra o Secretário, por desrespeito à exigência constitucional de licitação para a contratação de obras, serviços, compras e alienações. Com base nessa situação hipotética e na legislação nacional, é correto afirmar que:**



a) Mesmo diante da necessidade de se respeitarem os princípios da legalidade e da impessoalidade, o ordenamento brasileiro reconhece ser necessário, ao avaliar a regularidade das condutas dos agentes públicos, observar os obstáculos e as dificuldades reais do gestor.

b) Há vício de origem na provocação da ação por improbidade a partir de representação formulada por cidadão diretamente ao Ministério Público, na medida em que o cidadão deve primeiramente formular sua representação à autoridade administrativa competente, à qual caberá instituir comissão verificadora da irregularidade apontada.

c) Se, após a avaliação, concluir-se que houve infração à lei, a natureza da infração e a gravidade dos danos causados à Administração Pública não são relevantes na aplicação de eventuais sanções, assim como os eventuais antecedentes do agente público.

d) A dispensa de licitação fundada em emergência apenas é autorizada pela lei de licitações na hipótese de calamidade pública devidamente reconhecida pelo Congresso Nacional, no território circunscrito do município e desde que os contratos assinados sejam diretamente relacionados ao enfrentamento da calamidade.

e) A lei de improbidade administrativa realmente reconhece como ato de improbidade por atentado aos princípios da Administração Pública a conduta descrita de dolosamente dispensar a licitação fora das situações previstas legalmente.

## Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão versa sobre improbidade administrativa.

A alternativa A está correta, por ser o que determina o art. 22 do Decreto-lei Nº 4.657, nos termos da Lei nº 13.655, de 25 de abril de 2018. vejamos: "Art. 22. Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados. § 1º Em decisão sobre regularidade de conduta ou validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, serão consideradas as circunstâncias práticas que houverem imposto, limitado ou condicionado a ação do agente. § 2º Na aplicação de sanções, serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a administração pública, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes do agente. § 3º As sanções aplicadas ao agente serão levadas em conta na dosimetria das demais sanções de mesma natureza e relativas ao mesmo fato."

A alternativa B está incorreta, por não haver vício de iniciativa, consoante Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992: "art. 14. Qualquer pessoa poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade. § 1º A representação, que será escrita ou reduzida a termo e assinada, conterá a qualificação do representante, as informações sobre o fato e sua autoria e a indicação das provas de que tenha conhecimento. § 2º A autoridade administrativa rejeitará a representação, em despacho fundamentado, se esta não contiver as formalidades estabelecidas no § 1º deste artigo. A rejeição não impede a representação ao Ministério Público, nos termos do art. 22 desta lei."

A alternativa C está incorreta, pois contraria a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, veja: "Art. 17-C. A sentença proferida nos processos a que se refere esta Lei deverá, além de observar o disposto no art.

489 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil): (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021) IV - considerar, para a aplicação das sanções, de forma isolada ou cumulativa: a) os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade; b) a natureza, a gravidade e o impacto da infração cometida; c) a extensão do dano causado; d) o proveito patrimonial obtido pelo agente; e) as circunstâncias agravantes ou atenuantes; f) a atuação do agente em minorar os prejuízos e as consequências advindas de sua conduta omissiva ou comissiva; g) os antecedentes do agente;"

A alternativa D está incorreta, pois o art. 75 da Lei 14.133/21 determina: "É dispensável a licitação: VIII - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para aquisição dos bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a reconstrução de empresa já contratada com base no disposto neste inciso; (Vide ADI 6890)".

A alternativa E está incorreta, pois se enquadrará em "lesão ao erário", vejamos: Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão dolosa, que enseje, efetiva e comprovadamente, perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta Lei, e notadamente: (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021) (...) VIII - frustrar a licitude de processo licitatório ou de processo seletivo para celebração de parcerias com entidades sem fins lucrativos, ou dispensá-los indevidamente, acarretando perda patrimonial efetiva; (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)".

**QUESTÃO 69. A identificação de um bem como bem público é fundamental para a identificação do seu regime jurídico, isto é, do conjunto de normas a serem aplicadas a esses bens, em especial no caso de disputa entre diferentes pessoas pela posse e propriedade desses bens. Assim sendo, pode-se afirmar, corretamente, a respeito da identificação dos bens públicos e de suas características jurídicas que**

**a) Segundo a corrente funcionalista, o critério da classificação de bens indicado no artigo 98 do Código Civil não exaure a enumeração dos bens públicos, podendo ainda ser classificado como tal o bem pertencente à pessoa jurídica de direito privado que esteja afetado a prestação de serviços públicos.**

**b) Os bens de titularidade de empresas estatais afetados aos serviços públicos são impenhoráveis e imprescritíveis, conforme jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, não sendo a não utilização efetiva dos bens uma justificativa para a sua usucapião.**

**c) É inválida a penhora de bens de pessoa jurídica de direito privado que venha a ser sucedida pela União, ainda que realizada anteriormente à sucessão da empresa, devendo a execução, neste caso, prosseguir mediante precatório.**

**d) A corrente doutrinária que distingue entre “domínio eminente” e “domínio patrimonial” o faz como justificativa para a existência de um poder potencial do Estado sobre todos os bens**

existentes em um território, o que a coloca em conflito com a garantia fundamental à propriedade.

**e) Os bens integrantes dos consórcios públicos de direito público, isto é, dos consórcios públicos estruturados na forma de associações públicas, são considerados bens privados, nos termos da Lei nº 11.107/2005.**

## Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre bens públicos.

A alternativa A está correta, por ser, *ipsis litteris*, o teor do enunciado nº 287 da IV Jornada de Direito Civil, veja: "O critério da classificação de bens indicado no art. 98 do Código Civil não exaure a enumeração dos bens públicos, podendo ainda ser classificado como tal o bem pertencente a pessoa jurídica de direito privado que esteja afetado à prestação de serviços públicos."

A alternativa B está incorreta, pois os bens de empresas públicas protegidos pela impenhorabilidade e imprescritibilidade são aqueles afetados ao serviço público, consoante REsp 2173088, de modo que, a contrário sensu, se estão sem utilidade pública, poderiam ser usucapidos. Alternativa controversa, pois o próprio STJ possui entendimento de que o mero não uso do bem não lhe retira as características supracitadas, veja: "Nesse contexto, Nancy Andrigli citou jurisprudência do STJ (REsp 1.719.589) no sentido de que os bens de sociedade de economia mista sujeitos a destinação pública podem ser considerados bens públicos e, portanto, insuscetíveis de usucapião. O fato de o imóvel estar momentaneamente vazio ou desocupado não afasta a caracterização da destinação pública. Essa característica tem recebido uma interpretação abrangente pela corte, de modo a significar a utilização efetiva ou potencial do bem para serviços e políticas públicas (REsp 1.874.632)." (Disponível em: <https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/2024/10102024-Terceira-Turma-afasta-usucapiao-de-imovel-de-sociedade-de-economia-mista-com-destinacao-publica.aspx>. Acesso em: 14 de janeiro de 2025).

A alternativa C está incorreta, pois contraria a Tese firmada pelo STF, no Tema 355 (Leading Case: RE 693112) que determina: "É válida a penhora em bens de pessoa jurídica de direito privado, realizada anteriormente à sucessão desta pela União, não devendo a execução prosseguir mediante precatório."

A alternativa D está incorreta, pois não há tal intencionalidade, consoante leciona José dos Santos Carvalho Filho: "Quando se pretende fazer referência ao poder político que permite ao Estado, de forma geral, submeter à sua vontade todos os bens situados em seu território, emprega-se a expressão domínio eminente. Domínio eminente não tem qualquer relação com o domínio de caráter patrimonial. O sentido da expressão alcança o poder geral do Estado sobretudo quanto esteja em suas linhas territoriais, sendo esse poder decorrente de sua própria soberania. Não quer dizer que o Estado seja proprietário de todos os bens. Claro que não o é. Significa apenas a disponibilidade potencial de que é detentor em razão de seu poder soberano. Com esse sentido, o domínio eminente abrange as três categorias de bens, os quais, em tese, se sujeitam ao poder estatal: 1. os bens públicos; 2. os bens privados; e 3. os bens não sujeitos ao regime normal da propriedade, como, por exemplo, o espaço aéreo e as águas. (...) A noção de domínio eminente, como visto, não pode se confundir com a de domínio patrimonial, porque esta importa a inclusão daqueles bens que o Estado possui na qualidade de proprietário, tal como se fora uma pessoa privada." (CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 28 Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2015.)

A alternativa E está incorreta, pois os bens integrantes dos consórcios públicos de direito público, estruturados na forma de associações públicas, serão considerados públicos, conforme ensina Bárbara Aparecida Rocha, do Estratégia Concursos: "Para Carvalho Filho (2013), os consórcios públicos dotados de personalidade jurídica de direito público, definem-se como associação pública, espécie do gênero de autarquias. De modo que o correto é afirmar que a natureza jurídica básica é a de autarquia. Já para aqueles dotados de personalidade jurídica de direito privado, a natureza jurídica é a de associação de direito privado. Aos consórcios públicos com personalidade jurídica de direito público aplica-se o regime jurídico público. Tal fato lhes garante as prerrogativas aplicáveis a essa categoria de pessoas, como a impenhorabilidade de seus bens com pagamentos por precatórios e a imunidade tributária, respectivamente. Há ainda a garantia da imprescritibilidade de seus bens, não sujeitos à aquisição por usucapião, prescrição quinquenal de dívidas e direitos a favor de terceiros, e por fim, prazos em dobro para recorrer." (ROCHA, Bárbara Aparecida. Lei nº 11.107/2005 e Decreto nº 6.017/2007 Consórcios Públicos para o TRF-6. Disponível em: <https://www.estrategiaconcursos.com.br/blog/consorcios-publicos>. Acesso em: 13 de janeiro de 2025).

**QUESTÃO 70. “(...) a realização de investimentos por meio de PPPs apenas se justificaria nos casos em que os ganhos de eficiência trazidos pela gestão do projeto pelo setor privado fossem superiores à economia que ocorreria ao se recorrer ao financiamento pelo próprio governo. Isso, pois, em casos normais, o governo tem acesso a fontes de financiamento mais baratas que o parceiro privado, o que torna a realização do investimento pelo parceiro privado, de início, menos econômica que a realização pelo próprio Poder Público.” (ARELLANO, Luis Felipe Vidal. Teoria jurídica do crédito público e operações estruturadas: empréstimos públicos, securitizações, ppps, garantias e outras operações estruturadas no direito financeiro. São Paulo: Open Access, 2020). Com base no trecho transcrito e na legislação nacional, é correto afirmar que:**

**a) Os aportes para investimentos em parcerias público-privadas apenas são autorizados nas parcerias contratadas na modalidade de concessão patrocinada, isto é, nas concessões em que, além de pagamento de tarifa pelos usuários, há também o pagamento de contraprestação pelo poder público.**

**b) A contratação de PPP deve ser precedida de licitação na modalidade concorrência ou diálogo competitivo, cuja abertura dependerá de autorização da autoridade competente, fundamentada em estudo que demonstre a conveniência e a oportunidade, com as razões que justifiquem a opção pela forma de parceria público-privada.**

**c) A exigência legal para que os aportes em parcerias público-privadas apenas ocorram após o início da prestação do serviço e a colocação da infraestrutura em funcionamento pelo parceiro privado obriga este a financiar com seu próprio capital os investimentos iniciais.**

**d) A questão mencionada no trecho transcrito é o que justifica a existência, na Lei de Responsabilidade Fiscal brasileira, de limites quantitativos para o endividamento público, mensurado como índice máximo da dívida financeira bruta sobre a receita corrente líquida da União, dos estados, Distrito Federal e municípios.**

**e) A existência de mecanismos de proteção dos interesses dos financiadores em uma parceria público-privada, tais como os chamados *step in rights* ou a possibilidade de realização dos empenhos diretamente aos financiadores, afeta diretamente o custo de capital do parceiro público em uma PPP.**

## **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**. A questão versa sobre as PPPs.

A alternativa A está incorreta, tendo em vista que o aporte de recursos públicos é um meio através do qual o Poder Concedente visa garantir a viabilidade de um projeto, por meio do pagamento à Concessionária, relacionado aos investimentos realizados, sejam obras ou bens reversíveis, conforme §2º do art. 6º da Lei Federal nº 11.079/2004: "Art. 6º A contraprestação da Administração Pública nos contratos de parceria público-privada poderá ser feita por: § 2º O contrato poderá prever o aporte de recursos em favor do parceiro privado para a realização de obras e aquisição de bens reversíveis, nos termos dos incisos X e XI do caput do art. 18 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, desde que autorizado no edital de licitação, se contratos novos, ou em lei específica, se contratos celebrados até 8 de agosto de 2012. (Incluído pela Lei nº 12.766, de 2012)", e que, tanto na concessão administrativa quanto na patrocinada a contraprestação pode não ser suficiente, sendo necessário um aporte de recursos públicos.

A alternativa B está correta, por ser o que determina a Lei n. 11.079/2004 em seu art. 10, veja: "A contratação de parceria público-privada será precedida de licitação na modalidade concorrência ou diálogo competitivo, estando a abertura do processo licitatório condicionada a: (Redação dada pela Lei nº 14.133, de 2021) I – autorização da autoridade competente, fundamentada em estudo técnico que demonstre: a) a conveniência e a oportunidade da contratação, mediante identificação das razões que justifiquem a opção pela forma de parceria público-privada;"

A alternativa C está incorreta, pois inexiste tal determinação. Explica José dos Santos Carvalho Filho: "Relegando a segundo plano os traços diferenciais secundários, pode-se considerar que os contratos de concessão especial sob o regime de parceria público-privada apresentam três características básicas que os distinguem dos demais contratos administrativos. A primeira delas reside no financiamento do setor privado. Esse aspecto indica que o Poder Público não disponibilizará integralmente (até porque não os tem) recursos financeiros para os empreendimentos públicos que contratar. Caberá, pois, ao parceiro privado a incumbência de fazer investimentos no setor da concessão, seja com recursos próprios, seja através de recursos obtidos junto a outras entidades do setor público ou privado. Talvez esse seja o ponto que mais de perto justifique a ideia de parceria, como está na titulação do ajuste." (CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 28 Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2015.)

A alternativa D está incorreta, pois contraria o art. 30 da LRF, que prevê: "Art. 30. No prazo de noventa dias após a publicação desta Lei Complementar, o Presidente da República submeterá ao: § 3º Os limites de que tratam os incisos I e II do caput serão fixados em percentual da receita corrente líquida para cada esfera de governo e aplicados igualmente a todos os entes da Federação que a integrem, constituindo, para cada um deles, limites máximos."

A alternativa E está incorreta, pois não há interferências no custo de capital do parceiro público. Veja: "A Lei Federal nº 11.079/2004 alcança formas para a constituição de garantias em favor dos



financiadores de projetos contratados por meio de Parcerias Público-Privadas, tendo em vista que em muitos casos os recursos aplicados nas parcerias provêm de financiamento. Nesse sentido, o contrato poderá prever: 1. possibilidade de emissão de empenho em nome dos financiadores do projeto em relação às obrigações pecuniárias da Administração Pública; 2. legitimidade dos financiadores do projeto para receber indenizações por extinção antecipada do contrato, bem como pagamentos efetuados pelos fundos e empresas estatais garantidores de parcerias público-privadas; 3. requisitos e condições em que o parceiro público autorizará a transferência do controle ou a administração temporária da sociedade de propósito específico aos seus financiadores e garantidores com quem não mantenha vínculo societário direto, com o objetivo de promover a sua reestruturação financeira e assegurar a continuidade da prestação dos serviços, não se aplicando para este efeito o previsto no inciso I do parágrafo único do art. 27 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995;". (TCE-SP: Parcerias Público-Privadas. Disponível em: <https://www.tce.sp.gov.br/sites/default/files/publicacoes/Parcerias%20P%C3%ABlico-Privadas.pdf>. Acesso em: 13 de janeiro de 2025.)

**QUESTÃO 71.** Suponha que, em decorrência das mudanças climáticas, em 2024, após um tsunami atingir a costa do estado do Rio de Janeiro, uma usina nuclear administrada por uma empresa pública federal sofre um grave acidente técnico durante um procedimento de reparo de danos causados pelo evento climático extremo. Um dos reatores apresenta uma falha inesperada no sistema de refrigeração, levando a um superaquecimento do núcleo e à liberação de materiais radioativos na atmosfera. O vazamento inicial é controlado, mas a liberação contínua de partículas tóxicas se espalha pelo ar e pela água, contaminando a região costeira e os recursos hídricos que abastecem várias cidades próximas. A nuvem radioativa afeta uma área densamente povoada, levando à evacuação emergencial de milhares de residentes. Além do impacto direto à saúde pública, como aumento de casos de doenças respiratórias e contaminação por radiação, a biodiversidade local também sofre danos irreversíveis. Espécies marinhas e terrestres entram em extinção em algumas áreas, e os solos agrícolas próximos são comprometidos pela radiação, causando prejuízos econômicos significativos aos produtores rurais. A empresa que opera a usina alega que o acidente ocorreu por uma falha mecânica imprevista, consequência dos danos causados pelo evento extremo e imprevisível que foi o tsunami, e que todas as normas de segurança estavam em conformidade com os regulamentos vigentes. Com base nessa situação hipotética e na legislação brasileira, é correto afirmar sobre a responsabilidade civil do Estado que

a) O fato de a administração da usina ser realizada por meio de uma empresa pública e não diretamente pela União afasta a possibilidade de responsabilização direta desta pelos danos eventualmente causados pelo acidente, considerando-se que o ordenamento nacional não permite a responsabilização por ato praticado por terceiro.

b) A teoria do risco administrativo é a face no Direito Administrativo da teoria da responsabilidade civil objetiva no Direito Civil. Aplicada à situação descrita no enunciado, ela afastaria a possibilidade de alegação pela União de causas excludentes do nexo causal.

c) A responsabilidade por danos nucleares no Brasil é considerada pela doutrina como exemplo da teoria do risco integral, a qual afasta não apenas a necessidade de demonstração de dolo e culpa, mas também a possibilidade de alegação de causas excludentes do nexo causal por parte da União.

**d) Em razão da aplicação ao caso da teoria do risco administrativo, a comprovação da ausência de culpa ou dolo por parte da União, se comprovada a conformidade na usina em relação às normas de segurança, afasta a possibilidade de responsabilização pela reparação do dano.**

**e) A responsabilidade por danos nucleares no Brasil é considerada pela doutrina como exemplo da teoria do risco integral, a qual afasta a necessidade de demonstração de dolo e culpa, mas mantém a possibilidade de alegação de causas excludentes do nexo causal por parte da União.**

## **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**. A questão versa sobre a responsabilidade do Estado por dano proveniente de usina nuclear.

A alternativa A está incorreta, tendo em vista que a reparação dos danos oriundos de usina nuclear constitui uma hipótese de aplicação da teoria do risco integral; veja o que explica Vinícius Fineto, do Estratégia Concursos: "Já a teoria do risco integral vai além, estendendo a responsabilidade do Estado a danos decorrentes de atividades lícitas e ilícitas. De acordo com essa teoria, o Estado é responsável pelos danos causados por seus agentes, ainda que atuem no exercício regular do poder, devendo arcar com todas as consequências decorrentes de suas ações. Diferentemente da teoria do risco administrativo, a teoria do risco integral não admite excludentes de responsabilidade. De acordo com essa teoria, o Estado é visto como o garantidor da segurança e bem-estar dos cidadãos, devendo arcar com todos os prejuízos decorrentes de suas ações, independentemente de culpa. O foco está no princípio da igualdade, em que o Estado, ao promover suas atividades, deve assumir os riscos e as consequências negativas advindas delas. A aplicação da teoria do risco integral abrange diversos casos em que o Estado pode ser responsabilizado pelos danos causados a terceiros. A critério de exemplo, temos os acidentes de trabalho; a indenização do seguro obrigatório para automóveis (DPVAT); atentados terroristas em aeronaves; dano ambiental e dano nuclear, sendo este último cobrado com mais frequência em provas. Em tais casos, os prejudicados podem ingressar com ações judiciais buscando a reparação pelos danos sofridos. A teoria do risco integral enfatiza a responsabilidade do Estado em garantir a proteção dos direitos individuais e a segurança coletiva, mesmo quando as atividades estatais são exercidas de forma regular." (FINETO, Vinícius Peron. Responsabilidade do Estado: entenda os pontos mais relevantes. Disponível em: <https://www.estrategiaconcursos.com.br/blog/responsabilidade-estado/>. Acesso em: 13 de janeiro de 2025).

A alternativa B está incorreta, pois não se aplica à situação descrita no enunciado, que, conforme supracitado, se encaixa na teoria do risco integral. Veja o que Vinícius Fineto, do Estratégia Concursos, explica sobre a teoria do risco administrativo: "A teoria do risco administrativo estabelece que o Estado deve responder pelos danos causados por suas atividades, independentemente da existência de culpa. Nessa teoria, é suficiente a comprovação do dano, do nexo de causalidade entre a conduta estatal e o dano e da ausência de qualquer excludente de responsabilidade. Assim, o risco administrativo, do qual origina a responsabilidade civil objetiva, exige que o ato ou a omissão seja lesivo ou injusto e que tenha sido praticado por agente público. Essa teoria tem origem na própria Constituição Federal do Brasil, que assim dispõe em seu Artigo 37, § 6º: Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) § 6º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa."



(FINETO, Vinícius Peron. Responsabilidade do Estado: entenda os pontos mais relevantes. Disponível em: <https://www.estrategiaconcursos.com.br/blog/responsabilidade-estado/>. Acesso em: 13 de janeiro de 2025).

A alternativa C está correta, pois, nas palavras de Sérgio Cavalieri Filho: "Responsabilidade por dano nuclear: No artigo 21, inciso XXIII, letra c da Constituição, vamos encontrar mais um caso de responsabilidade civil. Temos ali uma norma especial para o dano nuclear, que estabeleceu responsabilidade objetiva para o seu causador, fundada no risco integral, dado a enormidade dos riscos decorrentes da exploração da atividade nuclear. Se essa responsabilidade fosse fundada no risco administrativo, como querem alguns, ela já estaria incluída no artigo 37, parágrafo 6º da Constituição Federal, não se fazendo necessária uma norma especial." (Disponível em: <http://www.estacio.br/graduacao/direito/revista/revista2/artigo4.htm>> Acesso em: 13/01/2025). Sobre tal teoria, ensina Gabriel Boscioni, do Estratégia Concursos: "Finalmente, a última teoria da responsabilidade civil do Estado é a do Risco Integral, também adotada como exceção no ordenamento jurídico brasileiro. Contrariamente à teoria anterior, esta não admite exclusão da responsabilidade estatal, sendo também de ordem objetiva. Presentes o dano e o nexo causal, nasce para o Estado o dever de indenizar o particular. Isto porque o Estado convola-se na figura de garantidor universal pelos danos causados dentro de seu território nacional. Exemplo da aplicação desta teoria é o dano decorrente de atividade nuclear, por ser expressa previsão da Carta Magna em seu artigo 21, XXIII, "d". Ainda, tem-se os casos de dano ambiental, em que o STJ assentou ser objetiva a responsabilização civil do Estado, sem se importar se a poluição adveio de ação ou omissão, direta ou indireta. Neste caso, quando o Estado é considerado poluidor indireto, a responsabilidade é solidária entre os participantes do dano, porém, de execução subsidiária, em que somente haverá execução contra o Estado após frustrada a execução contra o particular provocador do dano." (BEARSI, Gabriel Boscioni. Teorias da Responsabilidade Civil do Estado. Disponível em: <https://www.estrategiaconcursos.com.br/blog/teorias-responsabilidade-estado/>. Acesso em: 13/01/2025).

A alternativa D está incorreta, pois, conforme acima explicitado, a aplicação seria da teoria do risco integral; já a aplicação da teoria do risco administrativo, conforme leciona Gabriel Boscioni, do Estratégia Concursos, exige como elementos necessários para obrigar o Estado a reparar o dano são a conduta, o dano e o nexo causal: "Seguindo, agora em teoria moderna aplicada como regra no ordenamento jurídico brasileiro, tem-se a Teoria do Risco Administrativo. Sendo esta de ordem objetiva, pois não há que se falar em demonstração de dolo ou culpa. A teoria apregoa que ao Estado se atribui prerrogativas especiais para o exercício de suas funções. Tais atividades possuem riscos próprios e inerentes que podem causar danos aos particulares. Riscos estes que devem ser suportados por toda a coletividade, pois o Estado age em função dela (...) Assim, os elementos necessários para obrigar o Estado a reparar o dano conforme esta teoria são apenas a conduta, o dano e o nexo causal." (BEARSI, Gabriel Boscioni. Teorias da Responsabilidade Civil do Estado).

A alternativa E está incorreta, pois, conforme acima explicitado, a teoria do risco integral impede a possibilidade de alegação de causas excludentes do nexo causal por parte da União.

**QUESTÃO 72. Segundo o artigo 216 da Constituição, “constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade**

brasileira (...).” Nesse sentido, é correto afirmar que, para fins de proteção do patrimônio cultural brasileiro, com base na legislação e na jurisprudência nacional:

a) A Constituição prevê expressamente a competência concorrente da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios para legislar sobre proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.

b) Foram tombados diretamente pelo constituinte originário todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos no território brasileiro.

c) O tombamento é instituído por meio de procedimento administrativo, sem a oitiva do proprietário, consumando-se com a inscrição do bem em um dos cinco Livros do Tombo.

d) Nem todos os entes federados possuem competência para o tombamento de bens, na medida em que o procedimento compete à União e aos municípios, excluindo-se a atuação dos estados.

e) Não se considera legal o chamado tombamento “de baixo para cima”, ou seja, o tombamento de bens da União ou dos estados pelos municípios ou de bens dos estados pelos municípios.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão versa sobre o instituto do tombamento.

A alternativa A está incorreta, por contrariar o que determina a CF, vejamos: "Artigo 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: VII — proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico; VIII — responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico; (...) §1º No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais. §2º A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados. §3º Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades. §4º A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário".

A alternativa B está correta, por ser o que determina o art. 216, § 5º da CF, veja: “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: (...) § 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.”

A alternativa C está incorreta, pois a oitiva do proprietário ocorre, consoante Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que determina: "art 9º O tombamento compulsório se fará de acordo com o seguinte processo: 1) o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, por seu órgão competente, notificará o proprietário para anuir ao tombamento, dentro do prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, ou para, se o quiser impugnar, oferecer dentro do mesmo prazo as razões de sua impugnação".

A alternativa D está incorreta, tendo em vista competir à União, Estados, Municípios bem como ao Distrito Federal a realização do tombamento, nos termos do que determina a CF, vejamos: "Artigo 24.

Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: VII — proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico; VIII — responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;" e conforme acima explicitado, na alternativa A.

A alternativa E está incorreta, tendo em vista que o atual entendimento do STJ é o de que o tombamento entre entes federados indistintamente é possível, veja: "1. A Constituição Federal de 88 outorga a todas as pessoas jurídicas de Direito Público a competência para o tombamento de bens de valor histórico e artístico nacional. 2. Tombar significa preservar, acautelar, preservar, sem que importe o ato em transferência da propriedade, como ocorre na desapropriação. 3. O Município, por competência constitucional comum – art. 23, III –, deve proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos. 4. Como o tombamento não implica em transferência da propriedade, inexistente a limitação constante no art. 1º, § 2º, do DL 3.365/1941, que proíbe o Município de desapropriar bem do Estado. 5. Recurso improvido." (RMS 18.952/RJ, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 26/04/2005, DJ 30/05/2005, p. 266) (g.n.)

**QUESTÃO 73. João Carlos é um tradicional político do Município "X", que, atualmente, está com os seus direitos políticos suspensos em razão de condenação em ação de improbidade administrativa. O atual Prefeito do Município "X" é Jacinto, inimigo de João Carlos há muitos anos e rival político nas últimas eleições. Um pouco antes da sua condenação por improbidade, João Carlos mudou o seu domicílio eleitoral do Município "X" para o Município "Y", vizinho ao primeiro, por razões desconhecidas, e neste Município "Y" estabeleceu uma empresa jornalística como único propósito de publicar denúncias e críticas à gestão de Jacinto. Com a proximidade de novas eleições, João Carlos resolve ingressar com ação popular contra Jacinto, alegando a ocorrência de atos de corrupção em sua gestão. Como forma de conferir maior credibilidade e reforçar a ação, João Carlos decide promover a ação em litisconsórcio ativo com a sua sociedade jornalística, estruturada na forma de uma sociedade limitada. A respeito dessa situação hipotética, é correto afirmar com base na legislação e jurisprudência nacionais, que:**

**a) A legitimidade ativa para a propositura de ação popular se vincula ao domicílio eleitoral, motivo que afasta a legitimidade de João Carlos para a propositura da ação popular contra Jacinto.**

**b) A ação popular não pode ser promovida contra Jacinto, visto que a ação popular deve sempre ser dirigida às entidades de direito público representadas pelo agente e não aos administradores públicos diretamente.**

**c) O Supremo Tribunal Federal reconhece que as pessoas jurídicas detêm legitimidade para a ação popular, na medida em que gozam de personalidade jurídica e possuem, via de regra, capacidade processual para zelar pelo interesse público.**

**d) A ação popular é isenta de custas e ônus de sucumbência, o que afasta a eventual responsabilidade de João Carlos por tais custos na ação promovida contra Jacinto, ainda que comprovada a sua má-fé.**

**e) Por estar com os direitos políticos suspensos em razão de condenação em ação de improbidade administrativa conforme Lei nº 8.429/1992, João Carlos não detém legitimidade para a ação popular.**

## **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**. A questão versa sobre a ação popular.

A alternativa A está incorreta, tendo em vista que o domicílio eleitoral não é requisito, mas meio de prova para sua propositura. Veja o seguinte julgado: "AÇÃO POPULAR. LEGITIMIDADE. CIDADÃO. ELEITOR. A ação popular em questão foi ajuizada por cidadão residente no município em que também é eleitor. Sucede que os fatos a serem apurados na ação aconteceram em outro município. Vem daí a discussão sobre sua legitimidade ad causam a pretexto de violação dos arts. 1º, caput e § 3º, da Lei n. 4.717/1965 e 42, parágrafo único, do Código Eleitoral. Nesse contexto, é certo que o art. 5º, LXXIII, da CF/1988 reconhece a legitimidade ativa do cidadão e não do eleitor para propor a ação popular e que os referidos dispositivos da Lei n. 4.717/1965 apenas definem ser a cidadania para esse fim provada mediante o título de eleitor. Então, a condição de eleitor é, tão somente, meio de prova da cidadania, essa sim relevante para a definição da legitimidade, mostrando-se desinfluyente para tal desiderato o domicílio eleitoral do autor da ação, que condiz mesmo com a necessidade de organização e fiscalização eleitorais. Já o citado dispositivo do Código Eleitoral traz requisito de exercício da cidadania em determinada circunscrição eleitoral, o que não tem a ver com a sua prova. Dessarte, conclui-se que, se for eleitor, é cidadão para fins de ajuizamento da ação popular." (REsp 1.242.800-MS, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 7/6/2011.)

A alternativa B está incorreta, tendo em vista que a ação popular poderá ser proposta contra Jacinto, pois, consoante explica Kássio Henrique, do Estratégia Concursos: "(...) a ação será proposta contra as pessoas públicas ou privadas e as entidades citadas acima, bem como contra as autoridades, funcionários ou administradores que houverem autorizado, aprovado, ratificado ou praticado o ato impugnado, ou que, por omissas, tiverem dado oportunidade à lesão, e contra os beneficiários diretos do mesmo." (ROCHA, Kássio Henrique Sobral. Resumo da Lei da Ação Popular para o concurso do MP-SC. Acesso em: <https://www.estrategiaconcursos.com.br/blog/lei-acao-popular-mp-sc/>. Disponível em: 13/01/2025).

A alternativa C está incorreta, pois o STF possui entendimento no sentido contrário, na forma da Súmula 365: "Pessoa jurídica não tem legitimidade para propor ação popular."

A alternativa D está incorreta, tendo em vista que, conforme determina a CF, havendo má-fé, serão cobradas custas judiciais e ônus da sucumbência, veja: "Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...) LXXIII – qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência."

A alternativa E está correta, pois o cidadão apto a ingressar com uma ação popular é aquele em pleno gozo dos direitos políticos. Veja o que ensina Kássio Henrique, do Estratégia Concursos: "Bom, o cidadão, no Brasil, é aquele brasileiro nato ou naturalizado que está no pleno gozo dos direitos políticos."

Nesse sentido, veja o que diz o parágrafo 3º do artigo 1º da própria lei da ação popular: “Art. 1 § 3º A prova da cidadania, para ingresso em juízo, será feita com o título eleitoral, ou com documento que a ele corresponda.” Desse modo, para ingressar com uma ação popular, é necessário estar portando o título de eleitor, de modo a provar o seu pleno gozo dos direitos políticos.” (ROCHA, Kássio Henrique Sobral. Resumo da Lei da Ação Popular para o concurso do MP-SC. Acesso em: <https://www.estrategiaconcursos.com.br/blog/lei-acao-popular-mp-sc/>. Disponível em: 13/01/2025).

**QUESTÃO 74. Aponta Raymundo Faoro, em sua obra seminal *Os donos do poder*, que:**

**De d. João I a Getúlio Vargas, numa viagem de seis séculos, uma estrutura político-social resistiu a todas as transformações fundamentais, aos desafios mais profundos, à travessia do oceano largo. O capitalismo politicamente orientado – o capitalismo político, ou o pré-capitalismo –, centro da aventura, da conquista e da colonização moldou a realidade estatal, sobrevivendo e incorporando na sobrevivência o capitalismo moderno, de índole industrial, racional na técnica e fundado na liberdade do indivíduo – liberdade de negociar, de contratar, de gerir a propriedade sob a garantia das instituições. (Faoro, Raymundo. *Os donos do poder*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021)**

**Uma tese central das análises de Raymundo Faoro sobre a formação do estado brasileiro consiste em defender que**

- a) os donos do poder lutaram, desde o Brasil colônia, contra a lógica patrimonialista europeia.**
- b) a história sociopolítica brasileira revela a relação indissociável entre o Estado e a Nação.**
- d) a herança neopositivista influenciou as instituições políticas brasileiras no período colonial.**
- d) os estamentos burocráticos das instituições políticas brasileiras distanciaram-se da nação.**
- e) o monetarismo herdado das instituições portuguesas organizou a formação do Estado brasileiro.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**. A questão exige do candidato conhecimento acerca da obra “Os donos do poder”, de Raymundo Faoro.

Conforme aponta Arnaldo Godoy, “O livro é dividido em 16 capítulos, lineares, que transitam das origens do Estado Português ao período de Vargas. No capítulo final, “Viagem redonda: do patrimonialismo ao estamento”, Faoro consolida o argumento central, que traduz pela metáfora do vinho novo nos odres velhos. Isto é, os arranjos institucionais presentes apenas reiterariam as fórmulas estamentais e patrimoniais construídas no contexto da formação do estado português.

Para Faoro a guerra fundamentou a ascensão de uma dinastia originária portuguesa, com a qual se confundia toda a propriedade disponível no Reino. O direito romano surgia como o fundamento

ideológico, normativo e organizacional dessa empreitada. Obviamente, tem-se um acolhimento meramente seletivo da ordem antiga. Os conceitos de município, municipalidade e concelho municipal, adaptados pela monarquia na luta contra a nobreza, seriam, na visão de Faoro, tomados diretamente da tradição jurídica romana.”

Em “Os donos do poder” tem-se uma ênfase nas raízes portuguesas na formação política brasileira. Creio que esse argumento também pode ser sustentado por Lilia Moritz Schwartz, para quem “as instituições que existiam em Portugal foram transplantadas para o Brasil, com o mesmo espírito de rotina burocrática”[2]. Nas primeiras páginas do livro Faoro parece um entusiasta de Portugal, posição da qual se afasta ao longo do argumento. Faoro insistiu que os reis portugueses entenderam a importância da jurisdição como instrumento de poder, pelo que a aliança com os juristas parecia imprescindível (disponível em <https://www.conjur.com.br/2020-ago-30/embargos-culturais-raymundo-faoro-donos-poder-pecado-original/>, acesso em 14.01.2025).

**QUESTÃO 75. Um casal, após um processo de divórcio, solicita ao juiz que conceda a guarda alternada dos dois filhos. Do ponto de vista psicológico, a guarda alternada**

- a) interrompe o processo de continuidade do ser dessas crianças, condição vital para a constituição do self.**
- b) coloca os pais em situação de igualdade como figuras de autoridade, o que garante maior coerência para a condução da educação dos filhos.**
- c) aumenta a hostilidade entre os pais, uma vez que eles precisam manter contatos frequentes, a fim de gerenciarem as tarefas típicas da rotina diária dos filhos.**
- d) evita o aparecimento de conflitos de lealdade, uma vez que os filhos não precisam escolher com qual dos genitores desejam morar.**
- e) traz benefícios para a saúde mental e emocional dos filhos, desde que a divisão do tempo com cada genitor seja equilibrada.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão exige do candidato conhecimento acerca da guarda alternada.

A alternativa A está correta. A psicologia entende que a guarda alternada não é a mais recomendada, tendo em vista que a criança pode perder o referencial de família, em razão das diversas mudanças em seu cotidiano.

A alternativa B está incorreta. Para a finalidade de atribuir as mesmas responsabilidades, recomenda-se a guarda compartilhada. O objetivo deste modelo é que os pais exerçam a guarda conjuntamente. Por consequência, ambos os pais devem tomar as decisões quanto a escolaridade, saúde, lazer, entre demais deliberações.



A alternativa C está incorreta. É recomendada a guarda compartilhada, onde igualmente há o contato entre os genitores, que devem buscar o equilíbrio na relação para condução da educação dos filhos.

A alternativa D está incorreta. Quando os filhos têm pouca idade, isso gera uma dificuldade de adaptação, e, quando atingem uma idade na qual se possui maior capacidade de discernimento, os filhos jovens acabam aproveitando as trocas de residência para fugir de possíveis situações de conflito, quando não conseguem que o pai (ou a mãe) faça aquilo que desejam.

A alternativa E está incorreta. A guarda alternada traz prejuízos aos filhos, pois é necessário que a criança tenha um lar de referência.

**QUESTÃO 76.** Suponha que Paulo Honório é juiz titular da Comarca de São Bernardo e que reside na cidade de Viçosa; os municípios distam menos de 30 km um do outro, e o magistrado todos os dias trabalha presencialmente. Paulo Honório é sempre muito simpático e trata todos com urbanidade, no entanto, na última sexta-feira, no final do expediente, foi procurado, sem agendamento prévio, por Nogueira, advogado recém-formado, que desejava despachar um pedido de tutela antecipada de urgência protocolado há poucas horas. O magistrado avisou a Nogueira que não o atenderia mais naquele dia e que ele voltasse na segunda pela manhã, pois precisava pegar o neto na escola. Após o expediente, Paulo Honório foi jantar com sua família e amigos em um restaurante da cidade e disse para todos ouvirem que Godim ajuizou uma ação de divórcio em face de Glória, na qual pedia alimentos, e que tinha sido distribuída para a Vara que em ele é titular. No final da noite, após se exceder na bebida, Paulo Honório discutiu com sua esposa Madalena no meio do restaurante e esbravejou que o patrimônio de 30 milhões conquistado com a magistratura era todo dele, tendo o valor dos seus bens chocado a todos que ouviram, e a informação gerou uma verdadeira comoção na pequena cidade, surgindo a indagação de como ele poderia ter tantos bens.

Com base na situação hipotética, assinale a alternativa correta.

a) Paulo Honório não descumpriu nenhum dos deveres funcionais do magistrado ao se negar a atender Nogueira, pois recentemente o Conselho Nacional de Justiça publicou uma resolução que impõe que os advogados devem realizar o prévio agendamento, exceto se houver indisponibilidade do sistema.

b) De acordo com a Lei Orgânica da Magistratura Nacional, para que Paulo Honório não descumpra um dos deveres do magistrado ao residir em Viçosa e não em São Bernardo, deverá ter prévia autorização do Presidente do Tribunal de Justiça a que estiver subordinado, que precisa ser renovada a cada dois anos.

c) Como a distância entre São Bernardo e Viçosa é menor do que 50 km, Paulo Honório não descumpra nenhum dos deveres da magistratura ao residir fora da Comarca, pois em tal situação independe de prévia autorização do órgão competente; quanto à conduta dele durante o jantar, como foi após o expediente, não há infração ao Código de Ética da Magistratura.

d) Paulo Honório tem o dever de manter conduta irrepreensível na vida pública e particular e não deveria ter esbravejado o valor do patrimônio adquirido, pois cumpre ao magistrado adotar



as medidas necessárias para evitar que possa surgir qualquer dúvida razoável sobre a legitimidade de suas receitas e de sua situação econômico-patrimonial.

e) Ao comentar com seus amigos e familiares que Godim ajuizou uma ação de divórcio pedindo alimentos, Paulo Honório infringiu um dever expresso na Lei Orgânica da Magistratura Nacional, pois impõe-se que o magistrado tem o dever de guardar absoluta reserva somente das ações que estão sob segredo de justiça, como a de divórcio.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão exige do candidato conhecimento acerca dos deveres funcionais do magistrado.

A alternativa A está incorreta. O art. 7º, inciso VIII, do Estatuto da OAB (8.906/94) estabelece que é direito do advogado "dirigir-se diretamente aos magistrados nas salas e gabinetes de trabalho, independentemente de horário previamente marcado ou outra condição, observando-se a ordem de chegada." O art. 35 da Loman (LC 35/79), em seu inciso IV, dispõe que é dever do juiz "tratar com urbanidade as partes, os membros do Ministério Público, os advogados, as testemunhas, os funcionários e auxiliares da Justiça, e atender aos que o procurarem, a qualquer momento, quanto se trate de providência que reclame e possibilite solução de urgência." Magistrado não pode restringir atendimento a advogado. Assim entendeu o CNJ (PAD 0002680-55.2018.2.00.0000)

A alternativa B está incorreta. De acordo com o artigo 35 da Loman: Art. 35 - São deveres do magistrado: V - residir na sede da Comarca salvo autorização do órgão disciplinar a que estiver subordinado;

A alternativa C está incorreta. Residir na comarca onde trabalha é dever funcional, nos termos do artigo 35 da Loman: Art. 35 - São deveres do magistrado: V - residir na sede da Comarca salvo autorização do órgão disciplinar a que estiver subordinado;

A alternativa D está correta. Nos termos do artigo 35 da Loman: Art. 35 - São deveres do magistrado: VIII - manter conduta irrepreensível na vida pública e particular.

A alternativa E está incorreta. O sigilo deve incidir sobre ações que tramitam em segredo de justiça ou não. Nos termos do artigo 36 da Loman: Art. 36 - É vedado ao magistrado: III - manifestar, por qualquer meio de comunicação, opinião sobre processo pendente de julgamento, seu ou de outrem, ou juízo depreciativo sobre despachos, votos ou sentenças, de órgãos judiciais, ressalvada a crítica nos autos e em obras técnicas ou no exercício do magistério.

**QUESTÃO 77. A evolução da tecnologia digital vivenciada nas últimas décadas tem provocado mudanças nos paradigmas da sociedade, seja no cotidiano da vida das pessoas ou até mesmo no Direito. Fala-se na doutrina que está ocorrendo uma nova revolução tecnológica, chamada de quarta revolução industrial. Nesse contexto é que ganha relevância as noções de smart contracts (contratos inteligentes), inteligência artificial, Blockchain e algoritmos.**

A respeito desse tema, assinale a alternativa correta.

a) O termo inteligência artificial foi cunhado em 1956 por Warren McCulloch, quando, pela primeira vez, utilizou-se algoritmos para reproduzir digitalmente decisões análogas às humanas, valendo-se de estruturas semelhantes às redes neurais. Atualmente, admite-se seu uso nos contratos de Direito Civil, mas veda-se, expressamente, no âmbito dos contratos de Direito Administrativo.

b) Blockchain e bitcoin são termos considerados sinônimos, pois ambos são espécie do gênero moeda virtual, que operam por meio do sistema centralizado de registros peer-to-peer, evitando a falsificação que costumeiramente ocorre com o dinheiro físico.

c) Blockchain é uma base de dados digital que se utiliza do sistema peer-to-peer, que tem por característica singular a capacidade de executar operações econômicas, com transparência, sem a prévia intervenção de um terceiro, mas com a possibilidade de modificação ulterior por vontade humana.

d) A tecnologia do blockchain está sendo implementada no judiciário brasileiro, sobretudo por meio da adoção da jurimetria e da automação da matriz de riscos apresentada pelos advogados às partes antes de acionar o Poder Judiciário. O judiciário brasileiro adotou o blockchain, pois tal ferramenta tem como característica principal o uso da tecnologia centralizada, na medida em que o controle das transações é feito por uma autoridade central única.

e) Os smart contracts são instrumentos contratuais que permitem a automação de comandos previamente estipulados em contratos, por meio do uso de tecnologia como blockchain, mediante a captação de dados obtidos de forma autônoma. Os smart contracts têm como principais características a autonomia, autossuficiência e descentralização, tendo automação na sua execução.

## Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão exige do candidato conhecimento acerca.

A alternativa A está incorreta. O desenvolvimento da ideia de uma “inteligência artificial” data dos idos de 1956, em Dartmouth College, onde alguns jovens especialistas em matemática e lógica passaram a discutir a possibilidade de um computador se comportar ou pensar de forma inteligente. No entanto, um pouco antes, em 1950, Alan Turing já havia publicado um artigo onde se desenvolvia a ideia de criar um computador que pensasse à semelhança dos humanos. É admitido o uso de inteligência artificial no Direito Administrativo.

A alternativa B está incorreta. Blockchain é a tecnologia desenvolvida para o suporte do Bitcoin, mas com ela não se confunde.

A alternativa C está incorreta. O Blockchain é imutável quanto aos registros de transações, daí porque sua confiabilidade.

A alternativa D está incorreta. A finalidade das Blockchain é o caráter econômico do mercado financeiro, ara negociação das criptomoedas. Logo, não possui interesse de utilização pelo judiciário.

A alternativa E está correta. Essa é a correta definição de smart contracts, entendidos como contratos digitais executados automaticamente por meio de um software. Baseados em código, eles são armazenados em uma plataforma blockchain, que é um registro digital distribuído e seguro que armazena todas as transações realizadas na rede (disponível em <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/smart-contracts/>, acesso em 14.01.2024).

**QUESTÃO 78. A respeito do Direito Antidiscriminatório, assinale a alternativa correta.**

**a) Foi com o início dos anos 1940 que surgiram as primeiras legislações com o fim de combater a discriminação de algumas minorias sociais. O Civil Rights Act, promulgado em 1944, na Inglaterra, foi pioneiro como legislação de abrangência mundial, em questões de antidiscriminação.**

**b) A teoria da discriminação organizacional considera o papel de processos inconscientes da cultura institucional na discriminação de grupos de indivíduos no mercado de trabalho; podendo-se exemplificar com a cultura que identifica a relevância da assertividade para o acesso a cargos de chefia, e a presença de estereótipos inconscientes provoca que os homens sejam automaticamente escolhidos, pois há a cultura de que as mulheres não têm tal característica.**

**c) A ausência de intencionalidade é um dos traços característicos da discriminação direta, a qual decorre de falsas generalizações feitas sobre pessoas pertencentes a determinados grupos, que tem, também um caráter interpessoal, mas que não assume um caráter passivo, e sim exclusivamente ativo.**

**d) A discriminação institucional configura-se por meio de operações ocorridas estritamente nas instituições privadas, enquanto a que ocorre nas instituições públicas é denominada discriminação organizacional. A discriminação institucional é atribuída a indivíduos específicos, geralmente detentores de cargos de chefia em grandes empresas e expressa-se especialmente por meio da discriminação estética.**

**e) A luta contra a discriminação resume-se atualmente às ações engendradas pelas instituições públicas, especialmente as chamadas ações afirmativas, que têm caráter temporário e dependem da intermediação do Supremo Tribunal Federal, como se deu com**

**a política de cotas.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**. A questão exige do candidato conhecimento acerca.

A alternativa A está incorreta. A temática racial é certamente um dos pontos mais estudados pelos pesquisadores da jurisprudência da Suprema Corte dos Estados Unidos. Diversos precedentes merecem destaque aqui, a começar pelo caso Dred Scott v. Sandford (1857). Muito antes dele, a legislação dos Estados-membros americanos permitia a instituição da escravidão, a começar por Massachusetts, já em 1641 (<https://www.joaolordelo.com/single-post/direito-da-antidiscrimina%C3%A7%C3%A3o-na-hist%C3%B3ria-constitucional-americana>, ultimo acesso 14.01.2025).

A alternativa B está correta. A discriminação está baseada no caráter histórico e estrutural que se fundamenta nos padrões criados na sociedade de que homens servem para certas funções e mulheres para outras funções específicas.

A alternativa C está incorreta. A intencionalidade é uma das características da discriminação direta.

A alternativa D está incorreta. A discriminação institucional ocorre em instituições do estado, de caráter público.

A alternativa E está incorreta. A luta contra a discriminação não se resume às instituições públicas e tem caráter prolongado, devendo ser observado pelos diversos atores da Administração, e não apenas pelo Supremo Tribunal Federal.

**QUESTÃO 79. A respeito do Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos, assinale a alternativa correta.**

**a) A Corte Interamericana, órgão jurisdicional do sistema regional, tem competência consultiva e contenciosa. A respeito da função consultiva, qualquer membro da Organização dos Estados Americanos, seja ou não parte da Convenção, pode solicitar o parecer da Corte sobre a interpretação da Convenção ou de outro tratado que verse sobre a proteção dos direitos humanos nos Estados americanos.**

**b) A Convenção Americana de Direitos Humanos é o instrumento de maior valor no sistema interamericano, a qual foi assinada em San José, Costa Rica, em 1969, entrando em vigor internacionalmente no ano seguinte, e estabelece que todos os Estados que compõem a região latino-americana têm o direito de aderir à Convenção Americana.**

**c) A Corte Interamericana, no plano contencioso, pode julgar os casos submetidos pelos indivíduos, pelos Estados-partes da Convenção e pelas associações representativas, bem como pode realizar o controle de convencionalidade das leis.**

**d) Ao aderir ao sistema-interamericano, o Estado-parte passa a ter responsabilidade suplementar e adicional relativamente à proteção dos direitos humanos e a aceitar o monitoramento internacional feito pela Comissão Interamericana.**

**e) A Comissão Interamericana tem competência para fazer recomendações aos governos dos Estados-partes, bem como examinar as comunicações encaminhadas pelos indivíduos que contenham denúncia de violação a direito expresso na Convenção, devendo submeter a cada dois anos um relatório à Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre a Corte Interamericana de Direitos Humanos.

A alternativa A está correta. A Corte Interamericana de Direitos Humanos, órgão jurisdicional do Sistema Interamericano, tem competência consultiva e contenciosa. Em sua função consultiva, qualquer

membro da Organização dos Estados Americanos (OEA), seja ou não parte da Convenção Americana, pode solicitar parecer sobre a interpretação da Convenção ou de outros tratados sobre proteção dos direitos humanos na região. As demais alternativas estão incorretas.

**QUESTÃO 80. A respeito do Controle de Convencionalidade, assinale a alternativa correta.**

**a) No âmbito do sistema interamericano e de acordo com a jurisprudência da Corte Americana, a Convenção Americana é o único tratado de direitos humanos que pode ser utilizado como paradigma para o controle de convencionalidade do direito interno.**

**b) No direito brasileiro compete ao Superior Tribunal de Justiça realizar o controle de convencionalidade concentrado, o qual deve utilizar como paradigma todas as normas de direitos humanos incorporadas ao ordenamento jurídico brasileiro, ainda que não tenham status de norma constitucional (materialmente constitucionais).**

**c) O controle internacional de convencionalidade das leis, realizado por meio dos órgãos internacionais de direitos humanos, é o verdadeiro controle de convencionalidade, pois o realizado pelo direito interno é apenas coadjuvante, nunca o principal.**

**d) Atualmente o ordenamento jurídico brasileiro não mais admite o controle de convencionalidade difuso, o que foi consequência da promulgação da Emenda Constitucional nº 45; até então admitia-se e podia ser utilizado como paradigma os tratados internacionais de direitos humanos e os comuns.**

**e) No âmbito do sistema interamericano de direitos humanos a doutrina do controle interno de convencionalidade surgiu formalmente em 26 de setembro de 2006, momento em que a Corte Interamericana de Direitos Humanos julgou o Caso Almonacid Arellano e outros Vs. Chile, e foi em 2006 que a Corte Interamericana levou a obrigatoriedade desse controle, de forma preferencial, para o Judiciário dos Estados-partes, apesar do termo “controle de convencionalidade” já ter tido referência antes.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. No sistema interamericano, outros tratados de direitos humanos, além da Convenção Americana, podem ser utilizados para o controle de convencionalidade.

A alternativa B está incorreta. No Brasil, a competência para realizar o controle de convencionalidade concentrado pertence ao Supremo Tribunal Federal (STF), não ao Superior Tribunal de Justiça (STJ).

A alternativa C está incorreta. O controle de convencionalidade realizado internamente pelos Estados é fundamental e complementar ao controle internacional, não sendo apenas coadjuvante.

A alternativa D está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, a Emenda Constitucional nº 45 não eliminou essa possibilidade.

A alternativa E está correta. O controle interno de convencionalidade foi formalmente introduzida no sistema interamericano em 26 de setembro de 2006, com o julgamento do Caso Almonacid Arellano e outros vs. Chile pela Corte Interamericana de Derechos Humanos, estabelecendo a obrigatoriedade desse controle para o Judiciário dos Estados-partes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos que tenham gostado do material.

Bons estudos!

Para qualquer dúvida, crítica ou sugestão, entre em contato pelos seguintes canais:



E-mail: [yasmin.ushara@estrategia.com](mailto:yasmin.ushara@estrategia.com) / [thiago.carvalho@estrategia.com](mailto:thiago.carvalho@estrategia.com)



Instagram: [estrategiacarreirajurídica](#) / [yasminushara](#)